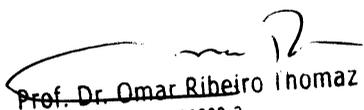


THIAGO OLIVEIRA DA SILVA NOVAES

**Anonimozgratuitos: a transformação da pessoa em
informação e da informação em pessoa**

Janeiro de 2012
Campinas - SP

Onde constou: Janeiro de 2012
Constar: Março de 2012.


Prof. Dr. Omar Ribeiro Thomaz
Matr. 28292-3
Coordenador da Comissão de Pós-Graduação
IFCH/UNICAMP

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

THIAGO OLIVEIRA DA SILVA NOVAES

**Anonimozegratuitos: a transformação da pessoa em
informação e da informação em pessoa**

Dissertação apresentada ao Departamento de Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do grau de Mestre em Antropologia Social

Orientador: Mauro William Barbosa de Almeida

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora no dia 08/03/ 2012.

**CAMPINAS
março de 2012**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
SANDRA APARECIDA PEREIRA-CRB8/7432 - BIBLIOTECA DO IFCH
UNICAMP

N856a Novaes, Thiago O. S., 1979-
Anonimozegratuitos : a transformação da pessoa em
informação e da informação em pessoa / Thiago Oliveira da
Silva Novaes. -- Campinas, SP : [s.n.], 2012

Orientador: Mauro William Barbosa de Almeida
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de
Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Anonimozegratuitos (Tecnologia). 2. Direitos auto-
rais. 3. Internet. 4. Bancos de Esperma. 5. Tecnologia da
reprodução humana. I. Almeida, Mauro William Barbosa de,
1950-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em Inglês: Anonimozegratuitos : person is information and
information is person

Palavras-chave em inglês:

Anonimozegratuitos (Technology)

Copyright

Internet

Sperm Banks

Human reproductive technology

Área de concentração: Antropologia Social

Titulação: Mestre em Antropologia Social

Banca examinadora:

Mauro William Barbosa de Almeida [Orientador]

Ronaldo Rômulo Machado de Almeida

Pedro Peixoto Ferreira

Sérgio Amadeu da Silveira

Data da defesa: 08-03-2012

Programa de Pós-Graduação: Antropologia Social

THIAGO OLIVEIRA DA SILVA NOVAES

**“ANONIMOZEGRATUITOS: A TRANSFORMAÇÃO DA PESSOA EM
INFORMAÇÃO E DA INFORMAÇÃO EM PESSOA”**

Dissertação apresentada ao Departamento de Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do grau de Mestre em Antropologia Social sob orientação do Prof. Dr. Mauro William Barbosa de Almeida.

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 08/03/2012.

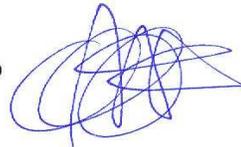
COMISSÃO JULGADORA:

Titulares:


Prof. Dr. Ronaldo Rômulo Machado de Almeida (IFCH) (Presidente)


Prof. Dr. Sérgio Amadeu da Silveira (UFABC)

Prof. Dr. Pedro Peixoto Ferreira (IFCH-UNICAMP)



Suplentes

Profª. Dra. Maria Manuela Ligeti Carneiro da Cunha (Universidade de Chicago)

Prof. Dr. Carlos Emanuel Sautchuk (UNB)

RESUMO

A dissertação apresenta um novo conceito, anonimozegratuitos, que pretende realizar uma dupla operação: a transformação da pessoa em informação e da informação em pessoa. Inserindo-se nos correntes debates da antropologia da ciência e da técnica, o texto descreve o funcionamento de três objetos técnicos na Internet - a WikiPedia, o WikiLeaks e o BitTorrent – relacionando-os às noções de autoria, propriedade intelectual, troca e gratuidade. Trata ainda das técnicas de reprodução assistida em relação à doação anônima e gratuita de sêmen, que provoca uma ruptura sobre o auto-reconhecimento da unidade da espécie humana, situando a emergência da eugenia liberal junto ao modelo tecnocientífico que viabiliza a procriação autônoma de mulheres solteiras e a seleção de material genético para melhoramento da saúde humana.

ABSTRACT

The dissertation presents a new concept, anonimozegratuitos, which promotes a double operation: the transformation of person in information and information in person. Attentive to the current discussions of the anthropology of science and technology, the text describes the operation of three technical objects on the Internet - the WikiPedia, WikiLeaks and BitTorrent - relating them to the notions of authorship, intellectual property and free exchange. It also discusses the techniques of assisted reproduction in relation to free and anonymous donation of sperm, which causes a disruption of the self-recognition of the unity of the human species, placing the emergence of liberal eugenics with the technoscientific model that enables the autonomous reproduction of single women and selection of genetic material for improving human health.

La réponse ne serai-t-elle pas que j'oublie la question?

Georges Bataille

Sumário

Introdução.....	13
Capítulo 1 – A transformação da pessoa em informação anônima e gratuita	
1. Anonimizegratuitos, o conceito.....	18
1.1 Quem tem medo da gripe aviária?.....	20
1.2.A Antropologia Ciborgue.....	29
1.3 Guerrilha Ontológica e os Futuros Imaginários da Internet.....	37
1.4 O Nascimento da Era do Compartilhamento.....	46
1.4.1 A WikiPedia	47
1.4.2 O WikiLeaks	51
1.4.3 Os <i>Anonymous</i>	54
1.4.4 Sobre o Modo de Existência dos <i>.torrent</i>	58
1.4.5 Bram Cohen, o autor do BitTorrent	66
Capítulo 2 - A Economia da Dívida e a Gratuidade na Internet.....	77
2.1 Da Dívida à Dívida – O Homem Endividado.....	81
2.2 Produssumo e o Anti-Commons.....	84
2.3 Anonimizegratuitos e Os Bens Comuns.....	89
Capítulo 3 – A transformação da informação anônima e gratuita em pessoa.....	95
3.1 O Banco de Sêmen.....	99
3.2 Mães Solteiras e Patrimônio Genético Saudável	109
3.3 Os Anônimos e a Fabricação de Filhos.....	113
Conclusão	117
Bibliografia	123

Introdução

Podemos considerar que a presente pesquisa teve início no final de 2003, quando, ao concluir as disciplinas obrigatórias do curso de Antropologia na Universidade Estadual de Campinas, comecei a redigir um projeto de mestrado que buscava relacionar a noção de pessoa e as novas tecnologias. Na abordagem inicial, o projeto tinha como objetivo acompanhar algumas mudanças verificadas na relação de comunicação entre as pessoas, dando destaque para o confronto entre o modelo de interatividade do regime *broadcasting*, de um emissor para todos os receptores, e outro que, inspirado na arquitetura distribuída viabilizada com o protocolo de comunicação TCP/IP da Internet, valoriza a interatividade de todos com todos, típica da organização das redes.

Os caminhos percorridos pelo estudo me levaram, no entanto, a muitas outras diferenças. Preocupado em entender a produção colaborativa de um contingente inumerável de pessoas, voltei-me para a investigação mais cuidadosa sobre a história e a especificidade do funcionamento de alguns objetos técnicos que de alguma maneira não só permitiam como facilitavam essa produção. Ao delimitar minha descrição sobre projetos como a Wikipedia, o WikiLeaks e o BitTorrent, queria entender mais sobre os processos de concretização dessas tecnologias no que elas contribuem para uma estrutura de funcionamento que potencializa com suas especificidades técnicas a ação gratuita de anônimos de várias partes do mundo. Tentando superar a separação que muitas vezes se impõe conceitualmente e coloca as novas tecnologias e sua fria utilidade de um lado, para que atendam aos comandos dos autores de outro, assumi como desafio escrever sobre essas extensões da capacidade humana como uma relação nascida do imbricamento humano-máquina, e dei a essa relação o nome de *anonimozegratuitos*.

Observando os usos sociais que o programa BitTorrent teve nos primeiros anos de seu desenvolvimento, percebi que uma das diferenças mais marcantes dos objetos técnicos abertos em

relação aos objetos fechados é seu caráter ambivalente. O *software livre*, que é disponibilizado gratuitamente na Internet sob uma licença específica de propriedade intelectual, define-se prioritariamente como um objeto em permanente estado de evolução sócio-técnica, opondo-se ao modelo de desenvolvimento do *software* proprietário que vem com todas as suas funcionalidades já prontas em um código fechado. Assim, ao comparar os dois objetos técnicos, o pesquisador tende basicamente a realizar dois tipos de abordagem: uma que compara a eficiência dos objetos técnicos na execução de uma mesma tarefa, como se comparasse a eficiência percebida pelo corpo humano sobre a melhoria do gesto em fixar um prego, e outra que entende o *software livre* como pertencente a um processo de evolução diferente, capaz não apenas de realizar o mesmo trabalho que o *software* proprietário, mas, além disso, ser capaz de se reconfigurar para realizar outros trabalhos. A dificuldade em contrastar esses objetos técnicos não está, portanto, em descrever sua eficiência, mas em entender seus distintos processos de concretização, que refletem, de nossa perspectiva, suas distintas naturezas sócio-técnicas.

Ao reduzir a função da existência dos objetos técnicos à sua utilidade, e associando-a ao consumo desenfreado de mercadorias - que valoriza como melhores as tecnologias “de última geração” -, convivemos com uma espécie de “espectro da alienação técnica” que vem contribuindo para que se ignore a evolução técnica do objeto aberto – aquele que envolve a participação de inteligência coletiva na construção sócio-técnica - bem como nos impede de vislumbrar com as novas tecnologias a intensidade da velocidade como uma alteração paradigmática nos modos de viver contemporâneos: essas novas tecnologias estão mudando nossa relação tanto com o espaço quanto com o tempo. Porque, como nos afirma Michel Serres, as novas tecnologias na verdade não encurtam as distâncias, elas as anulam, trazendo sobre nossa concepção de tempo novas possibilidades de construção da noção de pessoa, que podemos imaginar de maneira diferente dos futuros que já foram imaginados por e para nós.

Dividido em duas partes, o texto apresenta alguns resultados referentes à pesquisa sobre a relação entre a pessoa, a propriedade e novos objetos técnicos em funcionamento na Internet. Na primeira parte, ocuparemos-nos em tentar definir a contribuição conceitual do ciborgue, desde seu surgimento no campo da ciência às potencialidades enunciativas que inspira, como em nossa proposta, de descrição do conceito de *anonimozegratuitos*. O contraste entre a economia da dádiva e a mercantil na Internet pretende iluminar o problema das teorias que as assumem como duas faces da mesma moeda, ou seja, refletem os pressupostos de separação e controle das coisas por sujeitos individuais que dão primazia para as relações de troca e reconhecimento. As diferenças entre os projetos de armazenamento, compartilhamento e troca de arquivos de computador contendo músicas, filmes, jogos, livros, etc., protegidos por direitos de propriedade intelectual, leva-nos a entender o fenômeno das redes conectadas pela Internet como produção de um contexto de troca, produção ou disponibilização de riquezas regido pela abundância imaterial, não a escassez. Assim, a produção, a troca, a venda e a disponibilização gratuita de arquivos foram objeto de uma pesquisa de campo que reuniu conversas, mensagens de *emails* e intensa colaboração com redes virtuais que, somada à participação em debates presenciais sobre o direito autoral, influenciaram a escolha e o modo de me relacionar com os objetos deste estudo. Se bem sucedida, minha intenção não é apresentar uma interpretação pessoal e original da relação humano-máquina no contexto da “virada cibernética”, mas responder à uma construção coletiva que tomei emprestada para apontar alguns problemas teóricos e políticos que envolvem a circulação de arquivos na Internet.

Combinando uma abordagem sobre a autoria, com ênfase na produção coletiva e aberta, interessa-nos compreender o funcionamento da Wikipedia, uma *enciclopédia virtual* que resultou de um arranjo específico entre a colaboração voluntária de usuários conectados e a capacidade de absorção desta produção por uma ferramenta fácil e ágil na Internet. Em uma abordagem

complementar, que pensa o anonimato e a gratuidade de maneira diferenciada desta primeira experiência, apresentarei o trabalho de WikiLeaks, o projeto que vazou informações confidenciais enviadas gratuitamente por anônimos, e vem motivando a reflexão sobre o controle da liberdade de expressão na Internet em relação à fluidez assumida pela informação com as novas tecnologias. Os mecanismos técnicos de compartilhamento de arquivos, bem como os de manutenção de anonimato marcam a emergência de novos atores sociais, onde o papel da informação se mistura à pessoa como um acoplamento humano-máquina, e ações combinadas transnacionais estão dando nova forma para a autoria, seja para compor o trabalho criativo colaborativo como para sabotar e impedir acesso a *sites* considerados alvos em uma verdadeira guerra informacional. Por fim, a descrição do *software* de compartilhamento de arquivos BitTorrent contribuirá com uma reflexão sobre a premissa da troca face à potência da gratuidade que marca a gestão de bens não rivais acessíveis na Internet, e a breve história de seu autor nos fará refletir sobre a ideia de controle que o criador possui sobre os usos que se podem ou não fazer de sua obra, abrindo caminho para debatermos as licenças de propriedade intelectual e suas consequências para o futuro da criação e manutenção dos assim chamados bens comuns.

A segunda parte se volta para questões que envolvem também a noção de pessoa e propriedade, mas sob outro enfoque. Os temas abordados tratarão da procriação autônoma, do direito de personalidade, perpassando a necessidade da maternidade e a fabricação de filhos mediada pelas Técnicas de Reprodução Assistida – TRA. Nesta segunda abordagem, a relação que intento demonstrar indica uma ruptura promovida pelo papel assumido pela informação genética, dessa vez colada em uma materialidade, originária de um sêmen fornecido anônima e gratuitamente, que irá permitir a gravidez de uma mulher solteira, a qual, por sua vez, pretende assumir sem a figura do pai a criação de seu filho. Baseando-me na leitura da bibliografia que encontrei sobre o tema, busquei na prática das mulheres que desejam engravidar de sêmen

anônimo e gratuito uma perspectiva que explicita o conflito entre a ontologia reinante sobre a forma natural da procriação da espécie – é a mulher concebe o filho no seu corpo – para apresentar os elementos de ruptura que atingem nossa unidade como espécie, em que a construção da pessoa humana se transforma com a mediação técnica no processo: há os filhos concebidos “naturalmente” e os filhos que a técnica ajudou a nascer.

Ao despossuir a criança do nome de seu pai, omitindo-lhe também o conhecimento sobre sua origem biológica, dois problemas vêm chamando a atenção: o primeiro diz respeito a uma contradição jurídica, no que tange ao Brasil, que garante o direito de todo filho a ter reconhecido por meio de exame de DNA o seu pai. Com a doação anônima, esse direito se desvanece. Além disso, o discurso de intervenção médica sobre a pessoa pressupõe o consentimento daquele que se submete a tratamento, implante de prótese, etc., o que não é respeitado no caso da intervenção em embriões.

Assim, a pesquisa quer problematizar a valorização do corpo, da maternidade e da fabricação de filhos face ao direito de personalidade da criança, abrangendo desde a discussão sobre a dissolução da unidade do auto-reconhecimento partilhado entre todas as pessoas humanas com ênfase na mediação técnica que impõe novas possibilidades de apropriação tecnológica, trazendo novos entendimentos sobre valores compartilhados como o humanismo e a chegada do pós-humanismo nas sociedades informatizadas.

1. Anonimizegratuitos, o conceito

Todo conceito, dizem Gilles Deleuze e Felix Guattari, “tem componentes, e se define por eles” (1991: 21).

O anonimato, entendido como “estado de alguém ou algo de que não se conhece o nome”¹ tem função, neste ensaio, de apresentar uma relação de produção autoral deliberadamente gratuita, ou seja, tornada pública sem nenhum pagamento. A disponibilização gratuita se diferencia, com *anonimizegratuitos*, da criação de pseudônimos ou outros mecanismos de reconhecimento na rede, incluindo a produção dos conhecidos “avatars”². O anonimato, embora individualizado em cada evento, não se dissocia aqui da noção de gratuidade³, que será desdobrada em vários comportamentos: a desnecessidade de pagamento, retorno ou contrato para a disponibilização de propriedade intelectual ou genética, e a desobediência civil individual ou coletiva protegida por mecanismos técnicos de produção de anonimato.

Diferentemente da busca de atribuições de semelhança e identidade, e além de padrões descritivos ou classificatórios de parentesco, *anonimizegratuitos* não define um sujeito cultural, nem se beneficia das teorias de cultura material que proliferam na disciplina para enfatizar as sensibilidades envolvidas na produção e circulação de bens, seja em arquivos de músicas ou na doação de patrimônio genético; antes, seu papel é tornar possível a implicação simultânea e assimétrica de seus componentes, como a técnica e o humano, promovendo um imbricamento em descrições que

¹ <http://pt.thefreedictionary.com/anonimato> Acesso 20/01/2012.

² “avatar: a visible manifestation or embodiment of an abstract concept; archetype **3**. (Electronics & Computer Science / Computer Science) a movable image that represents a person in a virtual reality environment or in cyberspace.” <http://www.thefreedictionary.com/avatar> Acesso 20/01/2012.

³ “gratuito: *adj* gratuito, gratuita [grɐ'tujtu, grɐ'tujtɐ] 1 de graça, grátis: “um bilhete gratuito”. 2 sem motivo: “um crime gratuito”. <http://pt.thefreedictionary.com/gratuito> Acesso 20/01/2012.

pretendem exprimir o potencial de uma dupla operação, que transforma a pessoa em informação e a informação em pessoa. Neste sentido, mais do que um substantivo, estaríamos tratando de um novo fenômeno: a *anonimogratitude*.

Atualmente, a antropologia vem assumindo-se cada vez mais produtora de conhecimento filosófico, e deixando-se contaminar por formas de escrever que buscam escapar também do enquadramento disciplinar. À sua maneira, antropólogos⁴ vêm reinventando não apenas as teorias que embasam a abordagem sobre o campo em que se inserem, bem como vêm se preocupando em deixar de lado pretensões representativas de qualquer espécie para dar vazão, com seus escritos, a movimentos e percepções reveladoras de uma produção que se pretende inovadora junto à disciplina.

“Os conceitos são centros de vibrações, cada um em si mesmo e uns em relação aos outros. E por isso que tudo ressoa, em lugar de se seguir ou de se corresponder. Não há nenhuma razão para que os conceitos se sigam. Os conceitos, como totalidades fragmentárias, não são sequer os pedaços de um quebra-cabeça, pois seus contornos irregulares não se correspondem. Eles formam um muro, mas um muro de pedras secas e, se tudo é tomado conjuntamente, é por caminhos divergentes. Mesmo as pontes, de um conceito a outro, são ainda encruzilhadas, ou desvios que não circunscrevem nenhum conjunto discursivo. São pontes moventes. Desse ponto de vista, não é errado considerar que a filosofia está em estado de perpétua digressão ou digressividade”⁵.

⁴ “ I am an anthropologist: not a social or cultural anthropologist; not a biological or archaeological anthropologist; just an anthropologist. And in this book I present a very personal view of what, for me, anthropology is. I do not pretend that it is in any way representative: to the contrary, anthropologists reading this book may feel that it strays rather far from their usual preoccupations, and that its centre of gravity lies closer to other fields such as art or architecture”. INGOLD, Tim [2011]. Preface, p. xi. *In: Being Alive – essais on movement, knowledge and description*. P New York: Routledge

⁵ “Les concepts sont centres de vibrations, chacun em lui-même et lês uns par rapport aux autres. C’est pourquoi tout résonne, au lieu de suivre ou de se correspondre. Il n’y a aucune raison pour que les concepts se suivent. Les concepts comme totalités fragmentaires ne sont même pas les morceaux d’un puzzle, car leur contours irreguliers ne se correspondent pas. Ils forment bien un mur, mais c’est un mur de pierres sèches et, si tout est pris ensemble, c’est par des chemins divergents. Mêmes les ponts, d’un concept à l’autre, sont encore des carrefours, ou des détours qui ne circonscrivent aucun ensemble discursif. Ce sont des ponts mobiles. À cet égard il n’est pas faux de considérer que la philosophie est en état de perpétuelle digression ou digressivité”(op. cit: 28).

A escrita ciborgue se mostra então uma alternativa viável e, neste ensaio, percorrerá os rastros deixados pela informação compartilhada na Internet, e também a armazenada em Bancos de Esperma, tendo como objetivo iluminar alguns problemas teóricos e políticos que vêm chamando a atenção no contexto da assim chamada “virada cibernética”. Assim, a *anonimogratitude* funciona para descrever a combinação de seus elementos e projetá-los em uma nova concepção ontológica, viabilizada entre redes.

1.1 “Quem tem medo da febre aviária?”

Dois grupos de cientistas que estavam desenvolvendo uma mutação do vírus H5N1 anunciaram dia 20 de janeiro de 2012 a interrupção de seus trabalhos por dois meses diante das preocupações surgidas com o andamento de suas pesquisas⁶. A decisão foi noticiada nos principais jornais do mundo⁷ e reavivou o debate em torno dos riscos e benefícios da biotecnologia desenvolvida em laboratório. A descoberta que atormenta os cientistas é que a mutação da gripe aviária que criaram é capaz de ser transmitida rapidamente entre os mamíferos e, potencialmente, também entre os seres humanos.

O questionamento sobre os efetivos resultados e a segurança sobre as informações contidas na pesquisa já se tornara objeto de debate público desde agosto de 2011, quando foi anunciada a mutação. Um grupo é vinculado a um laboratório no Centro Médico Universitário de Rotterdam Erasmus, na Holanda, que já havia anunciado, em setembro, os riscos de transmissão do novo

⁶ Disponível em: <http://www.sciencemag.org/site/feature/data/hottopics/biosecurity/Fouchier.Express.pdf>
Acesso em 20/01/2012.

⁷ “Bioterror fears halt research on mutant bird flu”. 20 January 2012. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/news/world-us-canada-16662346> Acesso 20/01/2012. Ver também: “Virus mutant: les chercheurs cessent leurs travaux temporairement”. LeMonde.fr. 20.01.12. Disponível em: http://www.lemonde.fr/planete/article/2012/01/20/virus-mutant-les-chercheurs-cessent-leurs-travaux-temporairement_1632674_3244.html?utm_source=dlvr.it&utm_medium=twitter#xtor=RSS-3208001
Acesso 20/01/2012.

vírus. A outra equipe está situada na Universidade de Wisconsin, no norte dos Estados Unidos, e também já publicara um comunicado na Internet alertando sobre o novo vírus.

A Comissão Nacional de Ciência e Biossegurança dos EUA (NSABB) publicou no dia 21 de novembro de 2011⁸ recomendações para que detalhes importantes das pesquisas com o H5N1 fossem omitidos na publicação dos artigos enviados pelos dois grupos às revistas *Science* e *Nature*, o que provocou reações da comunidade acadêmica e do público internacional. O temor é que se faça uso dessas informações para criação de armas biológicas de destruição em massa.

Em um debate organizado na Internet, outros dois pesquisadores em virologia confrontaram diferentes opiniões sobre os riscos e os benefícios que a fabricação de uma mutação do H5N1 poderia trazer. Andy Pekosz defendeu a importância em se conhecer mais o H5N1 para que estejamos mais bem preparados para lidar com uma pandemia de gripe aviária, caso ela ocorra, e que os benefícios superariam os riscos de tal investida⁹. Já para Michael Osterholm, assumindo a posição de cientistas, a questão seria decidir sobre a publicidade de informações que poderiam ser usadas com propósitos contra a humanidade, o que iria contra a ética profissional dos pesquisadores¹⁰.

O argumento de Pekosz se vale da seguinte constatação:

“...poderíamos obter uma melhor compreensão sobre se temos adequados

⁸ “National Science Advisory Board for Biosecurity Recommendations”. Disponível em: http://www.aaas.org/news/releases/2011/media/1220herfst_nsabb_rec.pdf Acesso 20/01/2012.

⁹ “Andy Pekosz: I think these studies provide us with the opportunity to learn a tremendous amount about influenza transmission in general, as well as providing us with an important information as to how to deal with a pandemic H5N1 if that virus ever were to enter into the human population. So I think there are many more benefits to this research than potential risks”. In: “Should Science be Censored?”. Thursday January 12, 2012. Disponível em: <http://news.sciencemag.org/sciencenow/2012/01/live-chat-shouldscience-be-cens.html> Acesso 20/12/2012.

¹⁰ “We realize this is a highly unusual recommendation for work in the life sciences. Our concern that publishing these experiments in detail would provide information to individuals, organizations that would assist them in developing a potentially human to human transmitted influenza A/H5N1 viruses for harmful purposes. As scientists, we have a single and primary responsibility to "do no harm" as well as to act with humility as we consider the incredible power of life sciences to create microbes that can do such great harm.” (op. cit.) Disponível em: <http://news.sciencemag.org/sciencenow/2012/01/live-chat-should-science-be-cens.html> Acesso 20/01/2012.

estoques de medicamentos antivirais contra o H5N1 se tivéssemos um vírus que achamos ser semelhante a um potencial vírus pandêmico H5N1. Podemos também obter "assinaturas moleculares" que poderiam ser usadas para elencar os milhares de vírus da gripe aviária em algum tipo de ordem baseada no seu potencial para se tornar uma pandemia. Portanto, há muito mais do que apenas a vigilância molecular em que este H5N1 poderia ser usado.”¹¹

Em um artigo intitulado “Um dia ruim para a ciência”, publicado no *blog Virology* no dia 20 de dezembro de 2011, os autores condenam o corte de partes do artigo sobre a mutação do H1N1, acusando a NSABB de censura sobre a circulação de conhecimento:

“O artigo sugere que os detalhes dos experimentos podem ser disponibilizados para virologistas da gripe "que tenham um interesse legítimo em conhecê-los". Quem vai decidir o que constitui um interesse legítimo?”¹²

Atualmente, o vírus H5N1 raramente infecta humanos e não se propaga facilmente de pessoa para pessoa. Entretanto, como vimos, vários pesquisadores e autoridades de saúde pública consideram que o vírus poderia surgir na natureza em uma forma que fosse transmissível entre humanos, o que tornaria a gripe aviária um problema de saúde pública internacional. Assim, justificam, a pesquisa sobre os fatores que afetam a possibilidade de transmissão do H5N1 é importante para que se desenvolvam, no mundo, os mecanismos de prevenção adequados ao combate à doença.

"Eu teria preferido que não tivéssemos causado tanta controvérsia, mas isso já aconteceu e não podemos mudar", disse Ron Fouchier, um dos autores que aceitou revisar seu artigo enviado à *Nature* omitindo “detalhes” que pudessem viabilizar a replicação do experimento. Fouchier é um

¹¹ Andy Pekosz: In response to Michael's 3:23 post. "...we could get a better understanding of whether we have adequate antiviral drug stockpiles against H5N1 if we had a virus that we thought was similar to a potential pandemic H5N1 virus . We might also get "molecular signatures" that could be used to rank the thousands of avian influenza viruses into some sort of order based on their potential to become pandemic. So there is much more than just molecular surveillance that this H5N1 could be used for." In: "Should Science be Censored?". Thursday January 12, 2012. Disponível em: <http://news.sciencemag.org/sciencenow/2012/01/live-chat-should-science-be-cens.html> Acesso 20/12/2012.

¹² The article hints that details of the experiments may be made available to influenza virologists 'with a legitimate interest in knowing them'. Who will decide what constitutes a legitimate interest?". In: "A bad day for science". 20 December 2011. <http://www.virology.ws/2011/12/20/a-bad-day-for-science/> Acesso 20/01/2012.

dos autores da nota que comunica a interrupção dos trabalhos com a mutação do H5N1.

Duas revistas científicas desejam agora publicar as pesquisas e estão negociando com o governo dos EUA para tornar o texto integralmente acessível a todos os "cientistas responsáveis".

Embora tenha se manifestado como *"profundamente preocupada"* com essas descobertas, no final de dezembro de 2011, a Organização Mundial da Saúde (OMS) publicou um comunicado ressaltando a importância de esclarecimento ao público: que se explicitassem os benefícios sociais da investigação e que fossem comunicadas as medidas de precaução para "reduzir os riscos ao mínimo"¹³. Pois é sobre a desconstrução desta ideia de "risco mínimo" que nos debruçaremos.

Uma carta dos cientistas que pesquisam a mutação do H5N1 foi publicada em meio à controvérsia, e endossa o argumento de Andy Pekosz ao afirmar que o conhecimento de mais vírus infecciosos antes que eles sofram mutações na natureza é valioso para a saúde pública. *"Mais pesquisas são necessárias para determinar como os vírus da influenza na natureza se tornam ameaça de pandemia humana"*, diz a declaração, *"para que eles possam ser contidos antes que adquiram a capacidade de transmitir de humano para humano, ou assim que as contramedidas adequadas possam ser implementadas caso a adaptação em seres humanos ocorra."*

Crítico dos estudos, Richard Ebright disse à revista Insider Ciência que a carta *"inclui declarações categoricamente falsas"*, afirmando como duvidosas as garantias sobre a segurança do vírus em laboratórios de pesquisa.

Na carta que trinta e nove pesquisadores assinam anunciando que parariam seu trabalho de investigação por sessenta dias, os autores lembram: *"A habilidade de transmissão do vírus*

¹³ "While it is clear that conducting research to gain such knowledge must continue, it is also clear that certain research, and especially that which can generate more dangerous forms of the virus than those which already exist, has risks. Therefore such research should be done only after all important public health risks and benefits have been identified and reviewed, and it is certain that the necessary protections to minimize the potential for negative consequences are in place". In: "WHO concerned that new H5N1 influenza research could undermine the 2011 Pandemic Influenza Preparedness Framework". Statement. 30 December 2011. Disponível em: http://www.who.int/mediacentre/news/statements/2011/pip_framework_20111229/en/index.html Acesso 20/01/2012.

*adaptado da gripe aviária de humanos para humanos não pode ser testada*¹⁴.

Richard Ebright, biólogo molecular na Universidade de Rutgers, em Piscataway, Nova Jersey, é categórico: “*Este trabalho nunca deveria ter sido realizado*”¹⁵.

Em um artigo de 2005, publicado em uma coletânea de textos sobre gripe aviária, três pesquisadores concluem que uma pandemia de gripe aviária poderia ocorrer sem qualquer interferência de um hospedeiro:

"A demonstração de infecções naturais diretas de seres humanos com os vírus aviários sugere que vírus pandêmicos poderiam emergir como um resultado sem um hospedeiro intermediário. No entanto, para a população humana como um todo, o principal perigo não está, provavelmente, nos vírus que se espalharam diretamente a partir de espécies de aves, mas se as pessoas infectadas com o vírus da gripe aviária tiverem sido infectadas simultaneamente com vírus de gripe “humana”, rearranjo que poderia ter ocorrido com o potencial emergente de um vírus totalmente capaz de disseminação na população humana, mas com H5, H7 ou H9 HA, resultando em uma verdadeira pandemia de gripe”.¹⁶

As controvérsias sobre a pesquisa e a percepção cultural sobre a gripe aviária foram tema de uma palestra do antropólogo Frédéric Keck, em 2008¹⁷. Interessado em entender o medo crescente que a doença causava em distintos países afetados pelo vírus, Keck começou sua

¹⁴ “Whether the ferret-adapted influenza viruses have the ability to transmit from human to human cannot be tested.” Published online 20 January 2012; 10.1126/science.1219412. Disponível em: <http://www.sciencemag.org/site/feature/data/hottopics/biosecurity/Fouchier.Express.pdf> Acesso 20/01/2012 .

¹⁵ “*This work should never have been done*”. In: ENSERINK, Martin [2011]. “Scientists Brace for Media Storm Around Controversial Flu Studies”. 23 November 2011, 4:48 PM. Disponível em: <http://news.sciencemag.org/scienceinsider/2011/11/scientists-brace-for-media-storm.html?ref=hp> Acesso 20/01/2012.

¹⁶ “The demonstration of direct natural infections of humans with avian viruses suggests that pandemic viruses could emerge as a result without an intermediate host. However, for the human population as a whole the main danger is probably not directly the viruses that have spread from avian species, but if the people infected with the avian influenza viruses had been infected simultaneously with a ‘human’ influenza virus, reassortment could have occurred with the potential emergence of a virus fully capable of spread in the human population, but with H5, H7 or H9 HA, resulting in a true influenza pandemic”. ALEXANDER, D. J. & I. CAPUA & I. H. BROWN [2005]. *Avian Influenza – prevention and control*. Neatherlands: Springer.

¹⁷ “Lévi-Strauss and Bird Flu - How to Do the Structural Anthropology of a Virtual”. Conférence prononcée au Centre de philosophie de l’Université de Tokyo le 5 décembre 2008. Disponível em: <http://www.ciepfc.fr/spip.php?article145> Acesso em 8/01/2012.

pesquisa sobre o H5N1 com a seguinte pergunta: “*como os humanos começaram a considerar os pássaros como porta-vírus, e como isso transformou sua percepção do mundo social?*”¹⁸.

A primeira possível resposta que o autor levanta se refere ao fato de o vírus ser geneticamente muito semelhante ao que causou a gripe espanhola, que matou mais de 40 milhões de pessoas, entre 1918 e 1919. O medo de uma pandemia mundial autorizaria, então, ao extermínio em massa de pássaros com possibilidade de transmitirem gripe aviária para humanos?

Para responder a essa questão, o autor compara as distintas metodologias de Lévy-Bruhl e Lévi-Strauss, compondo o debate de uma possível “antropologia estrutural da catástrofe”. Afirma Keck:

“Podemos dizer que Lévy-Bruhl nos permite resolver o problema fenomenologicamente: entrevistar pessoas em lugares diferentes para entender como o medo da gripe das aves produz uma certa percepção do mundo social. Mas este método não responde às objeções clássicas contra *Einfühlung* ou empatia: como posso saber as emoções de medo de um outro ser humano, se não estou em sua posição?”¹⁹

Sem resposta para essa pergunta, Keck demonstra sua preferência pela abordagem estruturalista:

“Aqui Lévi-Strauss é mais útil, uma vez que, à maneira de um clássico durkheimiano, ele nos obriga a estudar a organização social em que essas emoções aparecem, e compará-las para ver as diferenças. O medo de aves não está estruturado da mesma forma em Paris, Nova York, Hong Kong, Cairo ou Jacarta, porque a relação com o meio ambiente não é a mesma nessas diferentes cidades. Embora o espectro de uma pandemia mundial apareça da mesma forma em todos os lugares, a significação que ela ganha varia de acordo com a experiência anterior que estas sociedades têm com animais e com doenças. Isto é o que me permite fazer uma antropologia estrutural de uma catástrofe virtual.”²⁰

¹⁸ “[H]ow have humans come to think of birds as dangerous virus-carriers, and how has it transformed their perception of the social world ?” (*Ibidem*)

¹⁹ “We can say Lévy-Bruhl allows us to adress the problem phenomenologically: interviewing people in different places to understand how the fear of Bird Flu produces a certain perception of the social world. But this method meets the classical objections against *Einfühlung* or empathy: how can I know the emotions of fear of an other human being if I am not in his position?” (*Ibidem*).

²⁰ “Here Lévi-Strauss is more useful, since, in a classical Durkheimian, way, he forces us to study the social organization where these emotions appear, and to compare them to see differences. The fear of birds is not structured in the same way in Paris, New York, Hong Kong, Cairo or Djakarta, because the relation to the environment is not the

E complementa:

“Gostaria agora de afirmar que o virtual é o que produz o universal hoje (as tecnologias que permitem traçar o perfil genético do H5N1 são as mesmas em todos os lugares), mas esse universal assume diferentes formas em organizações sociais que são estruturadas de diferentes maneiras”. (...) “o virtual nos coloca em contato com uma catástrofe que está vindo e o estrutural nos permite dizer que significado ela ganha quando se torna real”²¹.

A análise estrutural de Keck o leva a enumerar várias doenças que vieram dos animais e foram transmitidas para humanos, e em sua análise ganha destaque a Doença da Vaca Louca, por duas razões:

“A Doença da Vaca Louca pode ser assim considerada como um caso paradigmático para compreender doenças animais, não como punição dos seres humanos por Deus ou como ataques da natureza contra os humanos, como na representação clássica das doenças, mas como consequência da transformação das relações entre os seres humanos e os animais. Também é um caso paradigmático porque, pela primeira vez na história moderna, o abate maciço de animais era praticado para proteger a saúde dos seres humanos, causando a morte de milhões de vacas em resposta aos cem casos de doença em humanos”²²

Keck propõe então que a Doença da Vaca Louca funcione como representação das “*estruturas elementares do parentesco viral*”²³, começando por relacionar as doenças transmitidas

same in these different cities. Although the specter of a worldwide pandemic appears in the same way everywhere, the signification that it takes varies according to the previous experience these societies have of animals and of diseases. This is what allows me to do a structural anthropology of a virtual catastrophe.” (*Ibidem*).

²¹ “I would now contend that the virtual is what produces the universal today (technologies that allow to trace the genetic profiles of H5N1 are the same everywhere), but this universal takes different forms in social organizations that are structured in different ways” (...) “the virtual puts us in touch with a coming catastrophe, and the structural allows us to say what meaning it takes when it becomes actual.” (*Ibidem*).

²² “So Mad Cow Disease can be considered as a paradigmatic case to understand animal diseases not as punishments of humans by God or as attacks of nature against humans, as in the classical representation of diseases, but as the consequence of the transformation of the relations between humans and animals. It is also a paradigmatic case because, for the first time in modern history, massive culling of animals were practiced to protect the health of humans, causing the death of millions of cows in regard to the hundred human causalities of the disease.” (*Ibidem*).

²³ “So you can say that Mad Cow Disease allows to draw the « elementary structures of viral kinship »” (*Ibidem*).

de animais para humanos e a diferenciar a reação humana sobre a infecção de outros animais pela mesma doença. Eis a primeira comparação estrutural.

Enquanto a decisão de matar as aves remete, em alguns casos, às perdas humanas ocorridas em 1918, a associação ao extermínio de gatos, que também se infectam com as aves, é totalmente outra... Percebida de maneiras diversas, a mesma doença acabará por opor diferentes grupos sociais: observadores de pássaros, produtores e veterinários tentarão proteger as aves de serem exterminadas, enquanto autoridades de saúde pública, jornalistas e os consumidores irão justificar a destruição maciça dizendo “*é para evitar uma futura pandemia*”. Já os antropólogos, afirma Keck,

“podemos descrever como as novas classificações de animais (silvestres vs domésticos, aves migratórias vs aves, tradicional aves vs industrial de aves) permitem deslocar os termos do conflito, que opõe fundamentalmente os seres humanos e animais em uma nova ecologia do vírus. Assim, podemos dizer que temos de fazer um «virologia selvagem», para tomar emprestado o título do famoso livro de Lévi-Strauss de 1962, em que temos que analisar as mutações do vírus em uma complexa ecologia, a fim de ver como eles são percebidos de forma diferente por seres humanos, dependendo do medo que têm de uma pandemia que possa vir.”²⁴

Uma terceira forma de aplicar o método estrutural é comparar diferenças, e não semelhanças. Assim, quando estudarmos a gripe das aves não devemos nos voltar para a análise das mutações do vírus em si, mas como esta mutação se relaciona com outros fenômenos em diferentes sociedades.

A universalização da possibilidade de pandemia está relacionada, segundo Keck, com as associações que as diferentes localidades ou diversos países estabelecem com as doenças em animais. Ou, nos termos do autor, a diferença da antropologia é que ela “*tenta relacionar esses*

²⁴ “... but as anthropologists we can describe how the new classifications of animals (wild vs domestic, migratory birds vs poultry, traditional poultry vs industrial poultry) allow to displace the terms of the conflict, which fundamentally opposes humans and animals in a new ecology of the viruses. So we can say that we have to do a «savage virology», to borrow the title of Lévi-Strauss’s famous 1962 book, in that we have to analyse the mutations of viruses in a complex ecology in order to see how they are perceived differently by humans depending on the fear they have of a coming pandemic.” (*Ibidem*).

diferentes casos através de um estudo das relações entre os espaços sociais que são expressos de maneira simbólica através da Gripe Aviária”. Porém, a “transmissão do H5N1 de animais para humanos estabelece uma comunicação entre espaços sociais que são estruturados de forma profundamente diferente”.

Para entender como os seres humanos percebem os seres do seu ambiente sob a ameaça de uma catástrofe que possa vir, Keck nos orienta a desenharmos um mapa de eventos anteriores, tentando estabelecer com isso a possível percepção e o significado que esta catástrofe terá a partir de sua memória simbólica, histórica, que, mesmo marginal, é preferível ao entendimento individual. A análise estrutural guardaria ainda uma lição moral: que não tenhamos medo dos eventos futuros, mas guardemos nosso olhar para as relações sociais que se modificaram em função dos acontecimentos que já foram anunciados. Assim, a catástrofe que uma pandemia pode causar nos países assume diferentes expressões, que podem enfatizar desde *“a exposição da saúde dos cidadãos do ocidente”* aos *“altos custos dos medicamentos para os países em desenvolvimento”*...

A apresentação da mutação do vírus da gripe aviária é então aqui evocada para introduzir o contexto de desenvolvimento tecnocientífico em que nos situaremos, e para identificarmos o método que nos orienta a trabalhar os diferentes discursos proferidos por cientistas, editores de revistas, autoridades de saúde pública e cidadãos em geral buscando apresentar uma relação mediada pela técnica que pode assumir um caráter catastrófico. A pesquisa tecnológica que envolve a criação de uma mutação de um vírus sugere um debate que não se limita a entender os posicionamentos éticos e morais dos vários sujeitos envolvidos, mas a tentarmos entender um contexto de produção de pensamento que ainda de funda em “fatos” de pesquisa sobre os quais se construirão novas teorias.

1.2 A Antropologia Ciborgue

Pois avancemos sobre a teoria. Este ensaio tem a proposta de apresentar o funcionamento um novo híbrido, um conceito, resultante da relação humano-técnica, condensado na figura de *anonimoze gratuitos*²⁵. Pretende, com isso, ver problematizadas duas situações: a relação de propriedade e autoria sobre os conteúdos e arquivos compartilhados gratuitamente entre redes conectadas pela Internet; e a relação de anonimato na produção de filhos por mulheres solteiras utilizando sêmen doado e as Técnicas de Reprodução Assistida - TRA, no Brasil.

Usando referências clássicas da disciplina antropológica, este estudo é então uma tentativa de descrever objetos que resumem em si mesmos a complexa relação entre o real e o possível. Para esse fim, utilizando novas formas de observação participativa, a pesquisa assume como campo etnográfico a experiência compartilhada, quer seja entre redes de produção de *software livre* (Silveira 2005) ou dentro de jogos em rede do tipo “Second Life” (Boesllstorff 2008). Neste texto, o intuito é destacar distintas formas de circulação de informação e consequentes desvios de função que produzem os *anonimoze gratuitos*. A crítica ao discurso político que pretendo fazer parte então de uma investigação técnica que lembra a engenharia reversa, mas intenta preservar o mecanismo ontológico da individuação para explorar as virtualidades de novos objetos técnicos abertos, opondo-se ao modelo dos objetos fechados. Uma vez indissociado e múltiplo, *anonimoze gratuitos* trabalha duas operações entre humano e técnica explorando a reversibilidade da relação que ora estende a noção de pessoa sobre a informação que produz ou disponibiliza, ora objetifica a noção de pessoa na informação genética que se manipula com as TRA.

Como nos afirma Latour em seu livro *Jamais Fomos Modernos*:

²⁵ Inspirado nos *atores eles mesmos*, de Latour (1996), e também em *isso é a forma onde está o conteúdo*, de Heiner Müller (2003).

“Os modernos afirmam, de fato, que a técnica nada mais é que uma pura dominação instrumental, a ciência puro arrazoado e puro ato (*Das Ge-Stell*), que a economia é puro cálculo, o capitalismo pura reprodução, o sujeito pura consciência. É o que fingem crer, mas é preciso sobretudo nunca acreditar neles completamente, já que aquilo que afirmam é apenas a metade do mundo moderno, o trabalho de purificação que destila aquilo que o trabalho de hibridação lhe fornece.” (Latour 1994: 65).

O ciborgue é uma inspiração à antropologia das redes, à filosofia da técnica, na medida em que seu propósito é dar vazão a transformações que concernem a possibilidade de pensar e a forma de produzir conhecimento sobre relações mediadas pela técnica. *Anonimozgratuitos* se refere, então, ao campo híbrido de fenômenos de produção, circulação e apropriação de informação na Internet, ao mesmo tempo que apresenta problemas que concernem à produção, circulação e apropriação de material genético humano. Em ambos os casos a noção de pessoa é mobilizada, seja para exprimir um acoplamento com a técnica que resulta em informação entre redes de computadores, ou, objetificando a noção de pessoa por meio da técnica, situa a emergência de uma nova noção de pessoa desnaturalizada, ou melhor, selecionada com a técnica.

A referência maior para entendermos o papel do ciborgue na composição de *anonimozgratuitos* está no já clássico “Manifesto Ciborgue”, publicado originalmente em 1985, escrito por Donna Haraway. Nesse texto, disponível na Internet no *site* da autora, a palavra fronteira tem uma função essencial: é por meio dela que Haraway transita sobre os problemas conceituais que a emergência do ciborgue suscita sobre o desenvolvimento tecnológico nas sociedades pós-industriais. Longe da identidade, dos grupos coesos, das comunidades de diferentes localidades, ou seja, distantes de conceitos que a disciplina antropológica muitas vezes nos convida a observar na realização de uma etnografia, o ciborgue é uma expressão que prevê movimento²⁶, ou, utilizando a etimologia da palavra, ele está sempre *fazendo fronteira (faire*

²⁶ “O ciborgue nos força a pensar não em termos de “sujeitos”, de mônadas, de átomos ou indivíduos, mas em termos de fluxos e intensidades, tal como sugerido, aliás, por uma “ontologia” deleuziana.” (Silva 2000:16).

frontière).

Transgredir, superar ou desfazer fronteiras, eis a síntese que vislumbramos sobre a função do ciborgue.

Essa transgressão pode ser resumida em dois objetivos presentes no manifesto: buscar compreender a realidade social e tecnológica contemporânea sem produzir uma teoria totalizante a respeito dela²⁷; e assumir a impureza das relações tecnocientíficas para evitar os dualismos que ora vêm na tecnologia seu caráter emancipador ora a tomam como fonte de dominação²⁸.

A recusa aos dualismos tem como objetivo assinalar um modelo de produção de conhecimento que se caracteriza pela separação, e substancialização, e que busca fomentar rendimento explicativo no espaço entre esses entes: as coisas que se imagina e entre as quais se pretende estabelecer e descrever relações. Ou seja, ao invés de se voltar para a realidade experimentada por seu objeto, e suas múltiplas conexões com o meio em que se situa, essa maneira de conhecer tem por metodologia antepor o quanto antes um fato, a substância primeira com a qual se estabelecerão relações. Ou como nos diz Strathern em seu *After Nature*: “A teoria é o que é construído depois do “fato””²⁹.

A ciência, como nos lembra Gabriel Tarde, “*consiste em considerar uma realidade qualquer sob estes três aspectos: as repetições, as oposições e as adaptações que ela encerra, e*

²⁷ “Não existe nenhum impulso nos ciborgues para a produção de uma teoria total; o que existe é uma experiência íntima sobre fronteiras – sobre sua construção e desconstrução. Existe um sistema de mito, esperando tornar-se linguagem política que se possa constituir na base de uma forma de ver a ciência e a tecnologia e de contestar a informática da dominação – a fim de poder agir de forma potente.” (Haraway 2000: 107)

²⁸ “[A] produção de uma teoria universal, totalizante, é um grande equívoco, que deixa de apreender – provavelmente sempre, mas certamente agora – a maior parte da realidade. 2 – [A]ssumir a responsabilidade por relações sociais da ciência e da tecnologia significa recusar uma metafísica anticiência, uma demonologia da tecnologia e, assim, abraçar a habilidosa tarefa de reconstruir as fronteiras da vida cotidiana, em conexão parcial com os outros, em comunicação com todas as nossas partes. Não se trata apenas da ideia de que a ciência e a tecnologia são possíveis meios de grande satisfação humana, bem como matriz de complexas dominações. A imagem do ciborgue pode sugerir uma forma de saída do labirinto de dualismos por meio dos quais temos explicado nossos corpos e nossos instrumentos para nós mesmas. (...) prefiro ser uma ciborgue a uma deusa.” (Haraway 2000:108-109)

²⁹ “The theory is that what is constructed is 'after' a fact.” (Strathern 1992:2)

que as tantas variações, tantas assimetrias, as tantas desarmonias impedem de ver”³⁰. Tentando descrever com *anonimozegratuitos* estas relações nada harmoniosas, solicitamos do ciborgue sua ontologia, e o tomamos como referência em sua ambivalente posição de sujeito expandido e de objeto selecionado.

Em uma primeira definição, o ciborgue seria “*um organismo cibernético, um híbrido de máquina e organismo, uma criatura de realidade social e também uma criatura de ficção*” (Haraway 2000: 40). Trilhando os caminhos da pesquisa tecnológica bem de perto, Haraway está atenta ao desenvolvimento físico de novos híbridos, que representam não só o resultado de experimentação, mas sinalizam uma mudança extraordinária sobre nossos próprios corpos (*op. cit.:* 70). Mas ao invés de resistir a essas mudanças, como se fôssemos capazes, o desafio que a autora nos sugere é outro e tem seu funcionamento improvisado dentro das condições impostas pelo desenvolvimento tecnocientífico.

“[A]s ciências da comunicação e as biológicas modernas são construídas por uma operação comum – a tradução do mundo em termo de um problema de codificação, isto é, a busca de uma linguagem comum na qual toda a resistência ao controle instrumental desaparece e toda a heterogeneidade pode ser submetida à desmontagem, à remontagem, ao investimento e à troca”. (Haraway 2000: 70)

O problema da codificação deve ser então estudado com mais atenção. Norbert Weiner criou o termo “cibernética” emprestando-o do grego *kybernetes*, e significa “o piloto de um barco” ou “timoneiro”. O conceito foi inspirado no clássico piloto Palinurus que, conduzindo um barco a velas que se aproximava das rochas, obtinha uma informação visual sobre a posição do barco que lhe permitia ajustar o curso de acordo com essa informação: o piloto move o timão orientado pelo erro – isto é, movendo o timão na direção oposta à do desvio entre o rumo visado e a direção efetiva. Intentando apreender uma realidade em movimento, o conceito que está amplamente

³⁰ “Ainsi, la science consiste à considérer une réalité quelconque sous ces trois aspects : les répétitions, les oppositions et les adaptations qu'elle renferme, et que tant de variations, tant de dissymétries, tant de dysharmonies empêchent de voir”. (Tarde 1898: 8)

adotado se propõe a colaborar com uma teoria que se alimenta de um fluxo constante de informação e dele retira previsões de comportamento dos agentes. Assim comenta Barbrook:

“Graças à retroalimentação, a ordem poderia ser criada a partir do caos. Norbert Wiener argumentou que essa teoria mestra descrevia todas as formas de comportamento intencional. Seja em humanos, seja em máquinas, havia interação contínua entre informação e ação” (2009: 80).

A proposta de Wiener é tratar máquinas e organismos não-humanos e humanos (bem como o próprio cérebro) como um “sistema” explicável pelos mesmos princípios,) apontando para um horizonte que, a partir desta retroalimentação torna concebível construir organismos humanos e não-humanos, e em particular “cérebros” – como na inteligência artificial - , da mesma maneira que construímos máquinas.

Se ficamos sabendo com Barbrook sobre o alcance proposto para a teoria de Wiener, é Gilbert Simondon quem desfere a crítica mais aguda contra o que chamou de verdadeira alienação técnica. Em seu livro de 1958, *Du Mode d'Existence des Objets Techniques*, assim comenta o filósofo das técnicas:

“Neste sentido a Cibernética é insuficiente: tem o imenso mérito de ser o primeiro estudo indutivo dos objetos técnicos, e de apresentar-se como um estudo do domínio intermediário entre as ciências especializadas; mas especializou demais seu domínio de investigação, porque partiu do estudo de um certo número de objetos técnicos; aceitou como ponto de partida o que a tecnologia deve rechaçar: uma classificação dos objetos técnicos operada por critérios estabelecidos segundo os gêneros e as espécies. Não há uma espécie de autômato; somente há objetos técnicos que possuem uma organização funcional que consome diferentes graus de automatismo.” (Simondon 2008: 69).

Se não podemos medir a evolução técnica de acordo com o grau de automatismo dos objetos técnicos, que alternativa temos para pensar o desenvolvimento social de nossas tecnologias informacionais?

Ciborgues já existem há pelo menos meio século, e nasceram, como muitas experiências científicas, da experimentação em um animal. Ao inserir uma bomba osmótica no corpo de um rato, cientistas do Hospital Estadual de Rockland conseguiram, em Nova Iorque, controlar a

circulação de substâncias químicas para acompanhar as modificações surgidas na fisiologia do animal. Em 1960, Manfred Clynes e Nathan Kline escreveram um artigo em que utilizam o termo ciborgue (*cyborg*, de *cybernetic organism*) como alternativa para descrever a ideia de um “homem ampliado”, aquele capaz de suportar os rigores da viagem espacial. (Silva 2000: 133). O ciborgue é, desde então, uma referência para descrever a relação humano-máquina no seio das sociedades tecnocientíficas, um mito que converge a luta contra o inevitável resultado da nossa ideia de progresso ao mesmo tempo em que resulta do desenvolvimento mesmo da relação humano-máquina na virada do século XX para o XXI.

De acordo com Rosi Braidotti:

“Como um híbrido, ou corpo-máquina, o ciborgue, ou a espécie de companhia, é uma entidade de ligação de decisões; uma figura de interrelacionalidade, receptividade e comunicação global que, deliberadamente, confunde as distinções categóricas (máquina/homem, natureza/cultura, masculino/feminino, edípica/não-edípica). Ele permite a Haraway pensar a especificidade sem cair no relativismo, na busca de uma representação adequada de uma humanidade genérica pós-naturalista.”³¹

Essa humanidade pós-naturalista nos obriga a pensar nos fundamentos que nos faziam humanos, desconstruindo as formas que adotamos para nos imaginarmos sujeitos:

“Depois, a ontologia. Aquilo que caracteriza a máquina nos faz questionar aquilo que caracteriza o humano: a matéria de que somos feitos. A *imagem* do ciborgue nos *estimula* a repensar a subjetividade humana; sua *realidade* nos *obriga* a deslocá-la. A imagem da subjetividade humana que tem dominado o nosso pensamento é, como sabemos, aquela que nos foi legada pelo *cogito* cartesiano: a existência do sujeito é idêntica ao seu pensamento.” (Silva 2000: 15)

A proposta de Haraway tem interesse em outra conhecida fronteira da ciência moderna: a que separa o mundo físico do não físico. Atacando essa distinção, a autora espera não só redefinir

³¹ “As a hybrid, or body-machine, the cyborg, or the companion species, is a connection-making entity; a figure of interrelationality, receptivity and global communication that deliberately blurs categorical distinctions (human/machine; nature/culture; male/female; oedipal/non-oedipal). It allows Haraway to think specificity without falling into relativism in the quest for adequate representation of a generic post-naturalistic humanity”. (BRAIDOTTI 2006: 200) Disponível em: <http://tcs.sagepub.com/content/23/7-8/197.full.pdf> Acesso 08/10/2009.

nosso modo de ser, mas abrir espaço para a criação de novos futuros imaginários, além fronteiras, resignificando o corpo.

“O ciborgue é nossa ontologia; ele determina nossa política. O ciborgue é uma imagem condensada tanto da imaginação quanto da realidade material: esses dois centros, conjugados, estruturam qualquer possibilidade de transformação histórica.” (Haraway 2000: 40). (...)“Assim, meu mito do ciborgue significa fronteiras transgredidas, potentes fusões e perigosas possibilidades – elementos que as pessoas progressistas podem explorar como um dos componentes de um necessário trabalho político.” (...) “... os recursos analíticos desenvolvidos pelas pessoas progressistas insistem no argumento de que a técnica envolve, necessariamente, dominação; como resposta, elas apelam em favor de um imaginário corpo orgânico que possa organizar nossa resistência.” (Haraway 2000: 50)

Uma interpretação da realidade como essa precisa recusar a metáfora dominante da “ilusão ótica”, que desvela, descobre, e retorna como êxito ou erro na informática da dominação. Pois, como afirma a autora, com esse “esgarçamento” de fronteiras,

“[n]ão está claro quem faz e quem é feito na relação entre humano e máquina. Não está claro o que é mente e o que é corpo em máquinas que funcionam de acordo com práticas de codificação.” (Haraway 2000: 100).

Delineando uma genealogia da relação entre humano e máquina, Haraway desconstrói a visão utilitarista que ora transpõe para a máquina sentimentos e capacidades humanas, ora apresenta o próprio corpo como a ferramenta ideal de uma mente que o controla. Em ambos os casos, as relações propostas não dão conta da realidade imaginada e vivida com o acoplamento humano-máquina do regime tecnocientífico, sendo consideradas obsoletas:

“Do século XVII até agora, as máquinas podiam ser animadas – era possível atribuir-lhes almas fantasmas para fazê-las falar ou movimentar-se ou para explicar seu desenvolvimento ordenado e suas capacidades mentais. Ou os organismos podiam ser mecanizados – reduzidos ao corpo compreendido como recurso da mente. Essas relações máquina/organismo são obsoletas, desnecessárias. Para nós, na imaginação e na prática as máquinas podem ser dispositivos protéticos, componentes íntimos, amigáveis eus.” (Haraway 2000: 101).

A fusão entre organismo e máquina pertence ao imaginário cinematográfico mundial há

várias décadas. Desde o clássico *Metropolis*, considerado a obra-prima de Fritz Lang, aos super heróis populares do X-Man, o tema da emergência de um humano-máquina melhorado faz parte hoje do cotidiano dos jornais, programas televisivos e revistas científicas. Bebês começam a nascer como genes selecionados ao mesmo tempo em que a técnica é responsabilizada pela poluição e esgotamento dos recursos do planeta.

“Nossos corpos são nossos eus; os corpos são mapas de poder e identidade. Os ciborgues não constituem exceção a isso. O corpo do ciborgue não é inocente; ele não nasceu num Paraíso; ele não busca uma identidade unitária, não produzindo assim, dualismos antagônicos sem fim (ou até que o mundo tenha fim). Ele assume a ironia como natural. Um é muito pouco, dois é apenas uma possibilidade. O intenso prazer na habilidade – na habilidade da máquina – deixa de ser um pecado para constituir um aspecto do processo de corporificação. A máquina não é uma coisa a ser animada, idolatrada, dominada. A máquina coincide conosco, com nossos processos; ela é um aspecto de nossa corporificação. Podemos ser responsáveis pelas máquinas; elas não nos dominam ou ameaçam. Nós somos responsáveis pelas fronteiras. Nós somos essas fronteiras.” (Haraway 2000:106).

A proposta conceitual do ciborgue possui um contorno específico que visa responder a uma situação limite imposta pelo desenvolvimento tecnológico, trazendo consigo a necessidade de novas ferramentas para operar tanto a descrição do avanço da apropriação tecnológica, bem como apontar caminhos para as profundas transformações éticas, sociais e conceituais que estão hoje em curso.

“O ciborgue está determinadamente comprometido com a parcialidade, a ironia, a perversidade. Ele é opositorista, utópico e nada inocente. Não mais estruturado pela polaridade do público e do privado, o ciborgue define uma *pólis* tecnológica baseada, em parte, numa revolução das relações sociais do *oikos* – a unidade doméstica. Com o ciborgue, a natureza e a cultura são reestruturadas: “uma não pode mais ser objeto de apropriação ou de incorporação pela outra.” (Haraway 2000: 43)

Assim, a função do ciborgue para a compreensão do fenômeno da *anonimogratitude* pode ser resumida em sua capacidade de articular agentes de distintas naturezas, antes até mesmo opostas, para enunciar o hibridismo da relação humano-máquina, tomado aqui sob a velocidade e

alcance de redes interconectadas. Informação, propriedade e autoria se interpenetram com *anonimozegratuitos* sugerindo novas formas de compreensão sobre a noção de troca, atingindo também as bases conceituais do que se entendia como da “natureza” da espécie humana. Enfrentando o contexto de desenvolvimento tecnocientífico, não são os robôs autômatos apenas os que fazem circular propriedades intelectuais na Internet, e a pessoa se transforma em informação, como uma alma exterior que se cultua junto ao compartilhamento. O problema se estende, no entanto, ao rumo da melhoria da condição orgânica humana, transformada com a técnica.

1.3 Guerrilha Ontológica e os Futuros Imaginários da Internet

“Fuir, mais en fuyant, chercher une arme”

Gilles Deleuze

No livro *Zona Autônoma Temporária (TAZ)*³², publicado em 1985, Hakim Bey (pseudônimo de Peter Lamborn Wilson) propõe as seguintes definições para *net*, *web* e *contra-net*:

“Já falamos da *net*, que pode ser definida como a totalidade de todas as transferências de informações e de dados. Algumas dessas transferências são privilégio e exclusividade de várias elites, o que lhes confere um aspecto hierárquico. Outras transações são abertas a todos – e deste modo a internet também possui um aspecto horizontal e não-hierárquico. Dados militares e de segurança nacional são restritos, assim como informações bancárias e monetárias, e outras informações deste tipo. Porém, de maneira geral, a telefonia, o sistema postal, os bancos de dados públicos etc. são acessíveis a todos. Desta forma, de dentro da *net* começou a emergir um tipo de *contra-net*, que nós chamaremos de *web* (como se a internet fosse uma rede de pesca e a *web* as teias de aranha tecidas entre os interstícios e rupturas da *net*). Em termos gerais, empregaremos a palavra *web* para designar a estrutura aberta, alternada e horizontal de troca de informações, ou seja, a rede não-hierárquica, e reservaremos o termo *contra-net* para indicar o uso clandestino, ilegal e rebelde da *web*, incluindo a pirataria de dados e outras formas de parasitar a própria *net*. A *net*, a *web* e a *contra-net* são partes do mesmo complexo, e se mesclam em inúmeros pontos. Esses termos não foram criados para definir áreas, mas para sugerir tendências.” (Hakim Bey: 12)

³² Tradução: Patrícia Decia & Renato Resende . Digitalização: Coletivo Sabotagem: Contra-Cultura. Disponível em <http://www.sabotagem.cjb.net> Acesso 10/01/2009.

A longa citação nos traz várias referências importantes, que nos acompanharão para entendermos a experiência de *anonimozegratuiros* na Internet. O livro de Hakim Bey antecipa uma situação de conflito que ultrapassa as noções de começo e fim de guerras, e alerta para o dispositivo tático³³ contido em um combate permanente, de invenção do cotidiano com o uso intenso das novas tecnologias de informação e comunicação. O avanço do ciberespaço como lugar de práticas motivadas pelo desejo de compartilhamento que enfrenta a tentativa de controle exercida por governos, grandes corporações, e detentores de direitos de propriedade sobre a circulação de informação resume em parte a discussão proposta neste capítulo.

“A TAZ [Zona Autônoma Temporária] é um acampamento de guerrilheiros ontologistas: ataque e fuga. Continue movendo a tribo inteira, mesmo que ela seja apenas dados e a *web*.”

A noção de guerrilha ontológica tem para nós uma forte inspiração na filosofia política da pirataria. A guerra de guerrilha recusa a separação entre quem está fora e quem está dentro, quando um evento tem começo ou um fim: para quem luta contra o capitalismo, não há lugar fora do capitalismo, e esse aprendizado os piratas sempre souberam.

Podemos dizer que a pirataria moderna é indissociável da mundialização dos fluxos mercantis, isto é, da formação, nos séculos XVII e XVIII, de um mundo marítimo transatlântico. Desde então, o futuro mundial do capital e a pirataria parecem caminhar lado a lado.

“Haverá sempre tentativas imperialistas clássicas nos dois sentidos que se possa dar à noção de “imperialismo”: de um lado, o alargamento da potência produtiva pela captação de recursos energéticos com preço baixo, de outra parte a criação de novos mercados. Mas essas duas formas de imperialismo estão em declínio essencialmente porque vivemos hoje em um sistema mundializado, um sistema capitalista onde não há mais fora...” (Negri 2008:571)

A integração dos piratas à lógica mercantil não é inocente. Vivida por grupos com valores e sentimentos compartilhados, a pirataria pode ser entendida como uma relação ambígua, resultante

³³ LARA, Paulo José O. M. [2008]. “Fragmentos das táticas da cultura: técnica e política dos usos de mídia”. Dissertação de Mestrado defendida junto ao Dep. de Sociologia da Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <http://cutter.unicamp.br/document/?code=000468151> Acesso 9/10/2010.

de “*um imaginário político ambivalente, onde irão se suceder fases incontestáveis de cumplicidade e aquelas de resistência determinada à ordem estabelecida*” (Keucheyan 2008: 460).

Essa ambigüidade indica uma importante diferença dos piratas para os bandidos sociais: enquanto os piratas só mantêm relações com seus semelhantes, os bandidos sociais³⁴ pertencem a uma sociedade, que por vezes expropriam e agridem, mas não se propõem à transformá-la internamente. Já os piratas, a única sociedade à qual fazem referência, em última instância, è àquela onde outros piratas foram reconhecidos, durante suas longas expedições, constituindo uma experiência de vida cujas crenças e desejos são alternativos aos dominantes, às sociedades dominantes, e capazes mesmo de construir mundos paralelos.

A ambivalência da relação existente entre o capitalismo e a pirataria esclarece as referências a esta última nas teorias críticas contemporâneas. A estratégia da “pirataria” econômica ou cultural até aqui preconizada é resolutamente anti-capitalista. Se ela não visa a revolver pura e simplesmente o capitalismo, sua finalidade é a de criar espaços sociais que, ao menos provisoriamente, se desenvolvam junto com a mercantilização generalizada. O problema é que assim como a pirataria contém uma carga anti-capitalista inegável, sua participação na lógica da acumulação é uma possibilidade que é com freqüência capturada no curso da história, promovendo um efeito perverso sobre os movimentos de contestação dos sistemas capitalista, do trabalho, da

³⁴ “El *bandolerismo social*, fenómeno universal y que permanece virtualmente igual a sí mismo, es poco más que una protesta endémica del campesino contra la opresión y la pobreza: un grito de venganza contra el rico y los opresores, un sueño confuso de poner algún coto a sus arbitrariedades, un enderezar entuertos individuales. Sus ambiciones son pocas: quiere un mundo tradicional en el que los hombres reciban un trato de justicia, no un mundo nuevo y con visos de perfección. Se convierte en epidémico, más bien que endémico, cuando una sociedad campesina que no conoce otra forma mejor de autodefensa se encuentra em condiciones de tensión y desquiciamiento anormales. El bandolerismo social carece prácticamente de organización o de ideología, y resulta por completo inadaptable a los movimientos sociales modernos. Sus formas más desarrolladas, que lindan con la guerra nacional de guerrillas, se dan poco, y resultan, por sí solas, ineficaces.” HOBBSAWN, Eric [1983]. *Rebeldes Primitivos – estudio sobre las formas arcaicas de los movimientos sociales em los siglos XIX y XX*. Barcelona: Ariel, p.25.

propriedade³⁵.

As proposições que fazemos avançar com os usos contemporâneos da pirataria são então análogas às aquelas que vários comentadores formularam a respeito do conceito de multidude³⁶ elaborado por Michel Hardt e Toni Negri. De acordo com Negri, a questão não é tanto de saber se a multidude suplantou a classe operária como novo sujeito de emancipação, e precisa estar apta a distinguir concretamente, uma vez em movimento, as boas multidudes das más, isto é, separar as multidudes portadoras de progresso de multidudes reacionárias. A referência à pirataria, por mais inovadora e estimulante que pareça, afirma Negri, também não deve fugir à essa exigência.

“O problema seria que a Multitude não é um conceito anti-sistêmico, isto é, um conceito que aspira à substituição do atual sistema por um outro.” (...) “Tão logo passamos da produção industrial à produção biopolítica, passamos para um sistema que engloba a própria vida, que borra a distinção entre política e economia. A produção e a vida se tornam idênticas...” (Negri 2008: 573-74).

Em seu livro *No Logo*, Naomi Klein preconiza a chegada do “ruído cultural”, uma tática de luta contra o império das marcas no espaço público. Essa tática está em sintonia com o “desvio” situacionista, inspirando-se também na “política da farsa” praticada durante a contra-cultura norte-americana dos anos de 1960. O objetivo desta prática pode ser entendido como uma tentativa de fazer voltar a capacidade sugestiva da publicidade contra ela mesma, utilizando uma forma de opressão social para denunciar e disputar junto à população seus sentidos e motivações.

³⁵ Para um desenvolvimento do conceito de “pirata” no contexto do financiamento de projetos de arte digital e ativismo no Brasil, ver: BORGES, Fabiane & Thiago O. S NOVAES [2009]. “Mendigos Piratas Videntes”. Disponível em: <http://catahistorias.files.wordpress.com/2011/12/mendigos-piratas-videntes-fabiborges-thiago-novaes.pdf> Acesso 12/01/2012.

³⁶ “Multitude ou multidão é um conceito da Ciência Política e do Direito Constitucional que representa a multiplicidade social de sujeitos, capaz de atuar em comum como agente de produção biopolítica dentro do sistema político. Nos anos 2000, o conceito voltou à ordem do dia, designando o ente político que se opõe ao “Império” - uma nova lógica e estrutura de comando global, descentralizada, conforme descrito pelos filósofos políticos Michael Hardt e Toni Negri, em seus livros *Império* (2000) e *Multidão: Guerra e Democracia na era do Império* (2004). A multidão, para esses filósofos, viria a substituir o conceito de proletariado como categoria de análise. Devido à atual hegemonia do trabalho imaterial, qualquer pessoa - seja ela uma criança, um aposentado, um artista de rua ou mesmo indigente - pode pertencer à nova “classe trabalhadora””. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Multitude> Acesso 08/01/2011.

Desde a metade do século retrasado, quando os primeiros jornais ingleses publicavam em suas edições diárias opiniões políticas voltadas para assuntos de interesse geral, os conhecidos editoriais de hoje, vem ganhando espaço o fenômeno nomeado por Habermas (1978) como a *subversão do princípio de publicidade* promovida por meios privados. Essa subversão consiste basicamente na modelação do trabalho publicitário (*öffentlichkeitsarbeit*) sob a forma de representação (*repräsentation*), fazendo com que esta se autonomize em relação à vida interna da organização, notadamente empresarial, retirando do funcionamento mesmo da *publicidade* o debate público (Habermas 1978:209). Assim, a concentração da propriedade das empresas detentoras de direitos de exploração do serviço de comunicação social, organizada em cartéis e monopólios, facilita o controle das máquinas de circulação dos comunicados de interesse público, resultando mesmo em um único objetivo, confundido com o processo eleitoral: realizar a campanha publicitária (Habermas 1978:219).

Depois de 1968³⁷, e mais ainda a partir da revolução informática e da derrocada da URSS, segundo Negri, assistimos ao nascimento de uma nova força de trabalho que não está mais nas usinas. A máquina publicitária supra definida se tornou então o próprio cérebro humano, um cérebro funcionando em rede.

Estamos rumando, de acordo com Negri, a um mundo baseado na “governança” mais que no “governo”, “governabilidade”, onde o papel da comunicação ameaça a busca de situações políticas estáticas. “*A pluralidade de vozes que se exprimem no trabalho, e mais geralmente pela atividade social se torna cada vez mais importante*”. (Negri 2008: 569).

Consideraremos que o período de formação da sociedade pós-fordista e pós-moderna passou e que a transformação da produção industrial em modo de produção biopolítica se

³⁷ “Alguns filósofos e historiadores afirmaram que a rebelião de 68 foi o acontecimento revolucionário mais importante do século XX, porque não se deveu a uma camada restrita da população, como trabalhadores ou minorias, mas a uma insurreição popular que superou barreiras étnicas, culturais, de idade e de classe.” Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Maio_de_1968 Acesso 08/01/2011.

consolida a cada dia, colocando a vida como um todo à disposição do sistema de trabalho.

No universo das novas tecnologias, as mudanças no regime de trabalho se acentuam e observamos hoje uma apropriação muito expressiva das novas mídias devido à facilidade de acesso e à multiplicação dos dispositivos de auto-produção ou de produção de si que constituem os *sites* pessoais, os *blogs* e suas tecnologias conexas (indexação e *tags*, *podcasting*, *video-blogging*...)

Se considerarmos que a experiência cotidiana das mídias não se caracteriza estritamente na separação entre emissão e recepção³⁸, a comunicação entre pares faz com que essa nova realidade possa ser mais bem descrita sob a metáfora do hipertexto (Lévy 1998: 73). Trata-se de pôr em disputa uma teoria da informação que defende um modelo concebido para emitir, como que em eventos sucessivos associados, propagando uma mesma mensagem fixa e imutável, mas que enfrenta a emergência de múltiplas conexões simultâneas, com o que caracterizamos a chegada da “era da conexão”, não da “era da Internet” ou “era da informação”³⁹. Ainda que vejamos na obra materializada um enorme “campo de possibilidades”, a experimentação nesse sistema segue refém de uma lógica tradicionalmente rígida de transmissão de conteúdos informacionais, quando, na verdade, as relações entre dispositivos tecnológicos de comunicação e transmissão de dados e novas práticas colocam em perspectiva, segundo Fourmentraux, determinadas formas de interação que, mesmo ainda específicas à arte na Internet, são “*reveladoras de novos paradigmas midiáticos*”. (Fourmentraux 2008: 563-64).

A Internet nasceu de um aprimoramento militar: buscando prever a trajetória de aviões-

³⁸ BRECHT, B. [1932]. “Teoria do Rádio”. Tradução de Regina Carvalho e Valci Zuculoto. Disponível em: <http://www.radiolivres.org/node/3667> Acesso 08/01/2011.

³⁹ “We are not in the age of Information. We are not in the age of the Internet. We are in the Age of Connection.” WEINBERGER, David [2003]. In: “Why Open Spectrum Matters - The End of the Broadcast Nation”. Disponível em: http://www.greaterdemocracy.org/framing_openspectrum.html Acesso 12/01/2012.

bombardeiros, Norbert Wiener passou de um exercício de cálculo de probabilidade à promoção da relação entre a caixa-preta e o *feedback* enquanto forma de apreensão dos modos de operação do próprio universo. Concebida pelas forças armadas como uma rede descentralizada de armazenamento distribuído e redundante, o objetivo da DARPA⁴⁰ era evitar perdas de dados, inclusive sob ataques nucleares. Com a instalação de máquinas rodando tecnologias inteligentes nas pontas, como o protocolo TCP/IP de comunicação na Internet, o feitiço parece ter se virado contra o feiticeiro, e a segurança militar sobre as informações passou a ser cada vez mais questionada, utilizando-se das mesmas máquinas que outrora asseguravam seu controle!

Há muitos estudos a serem realizados sob a implosão de relações de controle sobre a informação quando ela se descola de qualquer materialidade. Em nossa abordagem, escolhemos trabalhar com três objetos técnicos que apontem essa relação a partir do trabalho de *anonimozegratuitos*.

⁴⁰ “A DARPA (*Defense Advanced Research Projects Agency*, Agência de Projetos de Pesquisa Avançada de Defesa) foi criada em fevereiro de 1958 (como ARPA) por militares e pesquisadores americanos sob a supervisão do presidente Eisenhower, numa reação dos EUA à vitória tecnológica da então União Soviética com o lançamento do primeiro satélite artificial, o Sputnik. O nome original era apenas ARPA (*Advanced Research Projects Agency*, Agência de Projetos de Pesquisa Avançada), mas foi alterado para DARPA (de Defesa) em março de 1972. Voltou a ser ARPA novamente em fevereiro de 1993, e depois foi alterado de novo para DARPA em março de 1996. O objetivo original da agência era manter a superioridade tecnológica dos EUA e alertar contra possíveis avanços tecnológicos de adversários potenciais. Esse objetivo evoluiu com o tempo, e hoje também inclui criar surpresas tecnológicas para os inimigos dos EUA. A agência é independente, com cerca de 240 funcionários e um orçamento de 3,2 bilhões de dólares, e se reporta diretamente ao Departamento de Defesa. Durante o ano de 1960 os projetos relacionados aos programas espaciais civis foram transferidos para outra agência, a NASA (*National Aeronautics and Space Administration*, Administração Nacional de Aeronáutica e Espaço), e os programas espaciais militares para as três forças militares. Isso permitiu que a DARPA se concentrasse nos programas DEFENDER, Vela e AGILE (também transferidos aos militares no final de 1960) e depois em pesquisa e desenvolvimento (R&D, na sigla em inglês) de natureza exclusivamente militar, como programas de energia, processamento de dados e tecnologias táticas. Havia na época uma grande preocupação da DARPA com relação à segurança nas comunicações em caso de ataque nuclear. Direcionando seus esforços na solução desse problema, a agência (como ARPA) acabou desenvolvendo a ARPANET, precursora da atual Internet. A partir de 1976 a agência realizou pesquisas sobre blindagem e anti-blindagem, reconhecimento a partir do espaço, lasers anti-mísseis de alta energia, guerra anti-submarina, mísseis de cruzeiro, aeronaves avançadas, integração de circuitos eletrônicos, computação avançada de defesa, propulsão espacial, aviões aeroespacial e hipersônico, mísseis anti-mísseis, tecnologia de submarinos e, mais recentemente, sistemas táticos robotizados, próteses controladas diretamente pelo cérebro e exoesqueletos de aplicação militar.” Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Defense_Advanced_Research_Projects_Agency Acesso 12/01/2012.

Em novembro de 2010, o vazamento de documentos diplomáticos tornou o trabalho do site WikiLeaks de grande visibilidade, fazendo de Julian Assange, fundador do site, alvo de processos judiciais na Suécia e nos Estados Unidos. Estranhamente, o que o levou à prisão por nove dias foi a suspeita de estupro, acusado de ter mantido relações sexuais sem preservativo na Suécia, o que é crime naquele país. Grupos conservadores do governo dos EUA qualificaram Assange de traidor, havendo inclusive pedidos de morte para ele.

Logo após os vazamentos de informações diplomáticas, o site do WikiLeaks foi atacado e retirado do ar. Rapidamente, os administradores que mantêm o suporte técnico do *site* listaram em uma página todos os endereços que estavam *espelhando* o WikiLeaks⁴¹, tornando visível o acesso soberano ao material mantido disponível por meio da ação dos usuários que tomaram parte na gestão compartilhada do conteúdo do projeto. Uma vez armazenados em diferentes servidores, o tempo entre o bloqueio do acesso e o utilizado para compartilhar arquivos é muito mais favorável aos que buscam o acesso, tornando as tentativas de controle sobre a circulação de informação ineficazes. Além disso, com a criação de endereços alternativos para acesso “numérico” ao *site*, até mesmo o poderoso bloqueio chinês foi transposto, uma vez que nos EUA a ordem de bloqueio se limitou ao *site* com nome WikiLeaks.

O projeto WikiLeaks usa como um dos princípios de proteção de privacidade na Internet a chamada de *negação plausível*⁴²: a capacidade que uma pessoa suspeita de uso de *software* de criptografia tem para negar de forma inteiramente plausível que haja um arquivo criptografado criado por este *software*. Nem o conteúdo do arquivo ou o nome e/ou a extensão do arquivo, ou mesmo o tamanho deste possuem qualquer ligação com o *software* que os criptografou.

⁴¹ “Sites espelhos são páginas hospedadas em outros domínios de internet, cujos conteúdos são os mesmos. Uma vez que a página principal é atualizada, as demais também sofrem alterações.” In: “Wikileaks cria 507 sites espelhos para fugir do bloqueio” Publicado a 07 Dezembro 2010 por Leiturasubjetiva. Disponível em: <http://pt-br.paperblog.com/wikileaks-cria-507-sites-espelhos-para-fugir-do-bloqueio-43477/> Acesso 12/01/2012.

⁴² Ver: http://fr.wikipedia.org/wiki/D%C3%A9ni_plausible e também: http://en.wikipedia.org/wiki/Plausible_deniability Acesso 05/01/2011.

A *esteganografia* também está entre as especialidades desenvolvidas por aqueles que se preocupam com o crescente controle sobre o fluxo de informação, fazendo com que mensagens transitem ocultamente dentro de imagens, tornando-as imperceptíveis aos “olhos” dos robôs que vigiam a Internet. Como afirma o verbete da Wikipedia: “*se a criptografia é a arte do segredo, a estenografia é a arte da dissimulação*”⁴³.

Trabalharemos então a noção de autoria, deixando-nos contaminar com o peso histórico que a etimologia da palavra carrega, e lhe atribui a imagem de fonte original da criação, para destacar as funcionalidades técnicas de aplicativos que seriam responsáveis pela multiplicação de processos por danos sobre direitos de propriedade intelectual em vários países⁴⁴. Ao contextualizar os embates surgidos com a disseminação de objetos técnicos de compartilhamento de arquivos grandes, escolhemos um conhecido aplicativo de nome BitTorrent para descrever a *tecnicidade* presente nas *redes p2p*, que impõe ao site que mantém um localizador de *torrent* uma relação de responsabilidade sobre a facilitação de acesso e o consumo realizado pelo usuário que faz *download* de material protegido por *copyright*. Trata-se de tentar enunciar os principais dilemas que envolvem a propriedade intelectual sobre arquivos digitais compartilhados entre *redes p2p* no período de 2001 a 2010.

⁴³ Ver: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Esteganografia> ou: <http://fr.wikipedia.org/wiki/St%C3%A9ganographie> Acesso 5/01/2011.

⁴⁴ “Copyright infringement”. In: Enciclopédia Colaborativa WikiPedia. Disponível em: http://en.wikipedia.org/wiki/Copyright_infringement Acesso em 10/12/2010.

1.4 O Nascimento da Era do Compartilhamento

“Good artists, body; great artists: skill”⁴⁵

O programa de computador Napster pode ser considerado uma das primeiras tecnologias de acesso a gigantescos acervos de música na Internet que despertaram o interesse de milhões de usuários em todo o mundo. A rede de comunicação do Napster era construída tendo como base um *software* de compartilhamento que combinava o acesso a arquivos de música em uma janela de conversa que habilitava o livre acesso, inclusive para *download*, de material protegido por *copyright*. Calcula-se em torno de dois milhões de músicas e mais de sessenta milhões de usuários inscritos operantes na rede de compartilhamento do programa. Seu impacto foi assim definido por Giesler e Pohlmann:

“As trocas no Napster podem ser proveitosamente conceitualizadas como uma nova forma de oferecer dádivas que acontece nas redes digitais.”⁴⁶

Shawn Fanning publicou a primeira versão do Napster em 1999. Agregando à janela de busca de acervo o espaço para conversa, o programa funcionava para as pessoas que queriam trocar arquivos de música, e podiam, com isso, encontrarem-se virtualmente com outras – que estavam ali com os mesmos propósitos. Rapidamente o programa foi ficando conhecido, por colegas que passavam pra amigos que eram conhecidos de conhecidos... Pertencente inicialmente a um pequeno grupo marginal, o Napster se tornou rapidamente um programa muito popular. Facilitado o trânsito de informações contendo bens culturais, a era do compartilhamento se caracteriza pela fragilização da ideia de propriedade, sem significar com isso que se refute necessariamente a noção de autoria.

⁴⁵ Recombinação da famosa frase do pintor Pablo Picasso: “Good artists copy, great artists steal”.

⁴⁶ “Napster exchanges can be fruitfully conceptualized as a new form of gift giving that transpires in digital networks.” Giesler & Pohlmann. “The Anthropology of File Sharing: consuming Napster as a gift.” Disponível em: <http://visionarymarketing.com/articles/gieslerpohlgift.html> Acesso 12/01/2011.

Como sugere Sérgio Amadeu da Silveira:

“A informação para ser apropriada, isto é, para tornar-se propriedade privada exige a presença do Estado. Ao contrário do debate sobre a naturalidade da propriedade material, sobre sua condição de direito inerente ao homem; o bem imaterial sempre terá uma autoria, mas nem sempre terá uma apropriação. Ou seja, a informação como sinal coletado, como ideia ou conhecimento produzido nunca será natural, sempre será artificial. É fruto da condição humana e produto de sua inventividade e capacidade cultural”.⁴⁷

Porém,

“Se a idéia de propriedade material pode ser defendida como posse antes do Estado, as características da informação inviabilizam esta condição, principalmente se considerarmos que uma informação pode ser multiplicada, copiada e retransmitida a partir de vários suportes. Impossível proibir que alguém leve na memória algo que viu. Improvável que esta pessoa seja impedida de atualizar, ou seja, desvirtualizar e inserir em uma mídia qualquer a informação sobre aquilo que virá.”⁴⁸

1.4.1 A WikiPedia

A enciclopédia colaborativa WikiPedia completou dez anos de existência em janeiro de 2011⁴⁹, sendo um dos projetos de inteligência coletiva internacional mais bem sucedidos considerando o uso de novas tecnologias. Resultado do encontro entre pessoas interessadas em ajudar na construção da Nupedia, e a posterior abertura para que usuários comuns pudessem

⁴⁷ SILVEIRA, S. A. [2005]. Disponível em: <http://wiki.softwarelivre.org/TeseSA/TeseCapituloVI> Acesso 09/01/2011.

⁴⁸ *Ibidem.*

⁴⁹ “On January 10, 2001, Larry Sanger presented to the public the idea of using a wiki to develop encyclopedic content. Larry Sanger had been hired in 2000 to be Editor-in-Chief for Nupedia, an *opencontent, peer-reviewed* encyclopedia styled the “*free encyclopedia*.” Jimmy Wales, the founder of Nupedia, set Sanger's proposal to use a wiki to create encyclopedic content into motion. On January 15, 2001, Wikipedia was created; at that time it was simply a wiki-based website to be used for writers contributing content to Nupedia. Collaboration would take place at the wiki site and then be submitted to Nupedia for peer review. Wales and Sanger were scarce prepared for the swift expansion of Wikipedia with the result that the Nupedia project was placed on the backburner and all efforts put to the Wikipedia venture.” Disponível em: http://www.associatedcontent.com/article/33632/the_origin_and_history_of_wikipedia.html Acesso 12/12/2010.

também editar conteúdos, o *site* se configura em uma plataforma de multi-usuários, voluntários e cadastrados capazes de redigir, corrigir e acrescentar referências e notas em qualquer artigo, tomando parte na discussão sobre a forma do verbete em uma página específica para isso.

Jimmy Wales, ao enviar *email* para amigos, propunha em 1999 a tarefa de construir uma enciclopédia colaborativa a partir de um *blog*. Procurando um filósofo para dar início ao projeto, Wales incentivou o então estudante de PhD, Larry Sanger, a concluir o quanto antes sua tese para poder se dedicar ao projeto. E assim aconteceu. Em junho de 2000, Larry terminava seu doutorado e voltava-se para desenvolvimento do projeto de conteúdo aberto mantido por pessoas comuns, tal como imaginado por Wales.

Em um artigo narrando a história da WikiPedia, Sanger, um dos seus primeiros colaboradores, elenca nove fatores⁵⁰ que permitiram o funcionamento do *site*, e que valem até os dias de hoje. A colaboração radical, princípio a partir do qual não se assinam os conteúdos, ou seja, surgem da contribuição de *anonimozegratuitos*, é um dos fatores mais relevantes a escolha desse

⁵⁰ “1 Open content license. We promised contributors that their work would always remain free for others to read. This, as is well known, motivates people to work for the good of the world--and for the many people who would like to teach the whole world, that's a pretty strong motivation. 2 Focus on the encyclopedia. We said that we were creating an encyclopedia, not a dictionary, etc., and we encouraged people to stick to creating the encyclopedia and not use the project as a debate forum. 3 Openness. Anyone could contribute. Everyone was specifically made to feel welcome. (E.g., we encouraged the habit of writing on new contributors' user pages, "Welcome to Wikipedia!" etc.) There was no sense that someone would be turned away for not being bright enough, or not being a good enough writer, or whatever. 4 Ease of editing. Wikis are pretty easy for most people to figure out. In other collaborative systems (like Nupedia), you have to learn all about the system first. Wikipedia had an almost flat learning curve. 5 Collaborate radically; don't sign articles. Radical collaboration, in which (in principle) anyone can edit any part of anyone else's work, is one of the great innovations of the open source software movement. On Wikipedia, radical collaboration made it possible for work to move forward on all fronts at the same time, to avoid the big bottleneck that is the individual author, and to burnish articles on popular topics to a fine luster. 6 Offer unedited, unapproved content for further development. This is required if one wishes to collaborate radically. We encouraged putting up their unfinished drafts--as long as they were at least roughly correct--with the idea that they can only improve if there are others collaborating. This is a classic principle of open source software. It helped get Wikipedia started and helped keep it moving. This is why so many original drafts of Wikipedia articles were basically garbage (no offense to anyone--some of my own drafts were sometimes garbage), and also why it is surprising to the uninitiated that many articles have turned out very well indeed. 7 Neutrality. A firm neutrality policy made it possible for people of widely divergent opinions to work together, without constantly fighting. It's a way to keep the peace. 8 Start with a core of good people. I think it was essential that we began the project with a core group of intelligent good writers who understood what an encyclopedia should look like, and who were basically decent human beings. 9 Enjoy the Google effect. We had little to do with this, but had Google not sent us an increasing amount of traffic each time they spidered the growing website, we would not have grown nearly as fast as we did.” Disponível em: http://www.associatedcontent.com/article/33632/the_origin_and_history_of_wikipedia.html Acesso 12/12/2010.

experimento para o nosso estudo. Contudo, interessa-nos considerar criticamente a conclusão que considera uma certa relação histórica entre os voluntários da Nupedia e as possibilidades da ferramenta *wiki* enquanto principal arranjo de sucesso da Wikipedia. Ou seja, o trabalho de *anonimozegratuitos* que tentamos descrever considera o compartilhamento de conteúdo aberto ou o uso colaborativo do *wiki* entre os mecanismos que caracterizam uma nova forma de trabalho entre redes na Internet, não sendo aqui vislumbrado um recorte histórico que permita retomar criticamente as possibilidades da WikiPedia.

Wiki remete a uma abreviação da expressão havaiana “*wiki wiki*”, entendida como algo fácil ou rápido de fazer. O termo foi adaptado por Ward Cunningham após tomar um ônibus no aeroporto de Honolulu, ao som do convite local “*wiki wiki*”. Cunningham instalaria ainda no século passado (1995) o primeiro *site* teste para repositório de soluções correntes para os principais problemas de programação de computadores, incluindo a participação de não-programadores, o que facilitaria o entendimento de um público mais amplo que o de especialistas. Apenas alguns anos mais tarde, a ferramenta seria amplamente conhecida e utilizada por milhões de pessoas.

No começo da WikiPedia, mais de duas mil pessoas já cadastradas como voluntários de Nupedia foram convidadas a tomar parte no novo projeto; e durante seis meses entre 2001 e 2002, Sanger contou com uma assistente, Liz Campeau, para convidar novos colaboradores. Uma vez estabelecida a plataforma, necessitava-se adaptá-la para a colaboração *online*, o que aproximou Sanger do administrador do servidor de Boomis, a empresa patrocinadora que garantia a inexistência de propaganda no *site*, algo bastante consolidado e desejado entre os idealizadores deste projeto de interesse público. O sistema de publicação em sete passos foi substituído por outro mais ágil, enfatizando na ferramenta *wiki* a capacidade de correção rápida, e não uma pretensa vacina contra sabotadores ou voluntários mal intencionados. Como garantia, o *wiki* armazena em

seu histórico todas as alterações feitas, permitindo restituir sites “vandalizados” com as últimas versões elaboradas.

Conteúdo aberto, registrado sob licenças flexíveis de propriedade intelectual, permitindo e incentivando a criação de obras derivadas, mantendo-se a citação sobre a autoria, e mantendo-se os usos do conteúdo fora do comércio. Eis a síntese do fluxo do conteúdo aberto. Para melhorar a enciclopédia, a publicação de rascunhos, uma vez bem feitos, com ênfase na redação de bons verbetes e não tanto nas discussões a que eles levavam, também foram observados entre os nove pontos de destaque. A neutralidade ideológica, curiosamente lembrada para dar vez a um grupo coeso como forma privilegiada de produção coletiva, é seguida pelo “efeito google”: o que fez a WikiPedia se tornar conhecida foi a ferramenta de busca veloz a palavras-chave. Essas características reunidas fornecem um panorama do funcionamento da WikiPedia. Contudo, não dão conta de justificar várias escolhas, como o estabelecimento de um processo de publicação em mais etapas, revisado por pares e editores qualificados, etc. Resumidamente, afirma Sanger:

“A Wikipedia se tornou o que é hoje porque, tendo sido semeada por grandes pessoas com uma ideia mais ou menos clara do que pretendiam alcançar, agimos de forma tomar uma série de decisões livres que determinaram a política do projeto e a cultura de sua comunidade de suporte. O sistema WikiPedia não é nem o único jeito de rodar um wiki, nem mesmo a melhor maneira de levar adiante uma enciclopédia de conteúdo aberto. A junção particular não é um caminho natural, “orgânico”, ou necessário. Ao contrário, ela é artificial, como resultado de uma série de livre escolhas, e poderíamos ter feito diferente em muito casos; e escolhendo diferentemente em alguns assuntos, poderíamos ter levado a um projeto melhor do que o que existe hoje.”⁵¹

Após uma década de existência, a versão em inglês da Wikipedia é a que dispõe da maior

⁵¹ “WikiPedia became what it is today because, having been seeded with great people with a fairly clear idea of what they wanted to achieve, we proceeded to make a series of free decisions that determined the policy of the project and culture of its supporting community. Wikipedia's system is neither the only way to run a wiki, nor the only way to run an open content encyclopedia. Its particular conjunction of policies is in no way natural, "organic," or necessary. It is instead artificial, a result of a series of free choices, and we could have chosen differently in many cases; and choosing differently on some issues might have led to a project better than the one that exists today.” Disponível em: http://www.memoryarchive.org/en/The_Origins_of_Wikipedia,_2001,_by_Larry_Sanger Acesso 10/12/2010.

parte dos artigos, mas o que chama atenção é o número total de páginas e abrangência das línguas em que encontramos conteúdos⁵²: somando mais de 1 milhão de artigos, a WikiPedia está sendo escrita mais de 215 línguas! O conhecimento compartilhado, elaborado e revisado por pares, em condições idênticas, situa bem o papel dos *anonimozegratuitos*, uma força que criou uma junção humano-máquina que transformou os pressupostos da autoria individual, tanto em sua forma idealizada de expressão individual quanto na velocidade e capacidade de atualização constante, constituindo, de nossa perspectiva, uma inspiração advinda do modo de produção do *software livre* para a produção de conhecimento aberto.

1.4.2 O WikiLeaks

O *site* WikiLeaks trouxe novo fôlego à reflexão sobre as possibilidades da Internet. Combinando o *design* da WikiPedia, mas sem abrir para produção de conteúdo, em outubro de 2010 o grupo de jornalistas investigativos e *hackers* liderados por Julian Assange publicou uma série de documentos diplomáticos sigilosos dando início a uma crise internacional. Entre os conteúdos, correspondências diplomáticas que deixaram em situação constrangedora embaixadores que se referiam a governos como “máfias”, filmes que mostravam risadas de soldados norte-americanos matando “inimigos”, além do anúncio de muito mais por vir.

Em dezembro, passada a primeira temporada de batalhas na Internet, envolvendo grupos de apoio e empresas clientes de governos apavorados com a iniciativa, alguns intelectuais publicaram

⁵² “The English language Wikipedia is currently the world's largest wiki. An encyclopedia is a comprehensive written compendium that contains information from all branches of knowledge or a specific branch of knowledge. Wikipedia articles contain both encyclopedic and almanac-like material. Almanac material may contain lists, tables and charts. From its explosive take-off in 2001 it Wikipedia grew to 150, 000 articles by August 2003. In just one month it grew to 300,000 articles in various languages and by 2005 there were over 600,000 articles. The year 2006 saw Wikipedia reach the one million article mark; as of this writing Wikipedia contains 1,136,686 articles. Wikipedia is currently found in 215 languages.” Disponível em: http://www.associatedcontent.com/article/33632/the_origin_and_history_of_wikipedia.html Acesso 10/12/2010.

artigos sobre o fenômeno, cujos principais argumentos passo a discorrer. Misturando liberdade de acesso à informação e profundos conhecimentos técnicos de criptografia, a tarefa do *site* mobilizou um contingente expressivo de simpatizantes e levantou questões que nos interessam para pensarmos o futuro das redes organizadas, especialmente alimentadas pelo trabalho de *anonimozegratuitos*.

Escrito em 12 teses, um artigo assinado por Geert Lovink e Patrice Riemens foi originalmente publicado em uma lista de discussão⁵³, e concilia bem o que tomamos por objeto de reflexão: a relação humano-máquina. Defendem, inicialmente, que, embora não se saiba a duração ou se tenha notícia da formação de qualquer grupo parecido, há um salto qualitativo na disponibilização das informações que tanto desagradaram governos, o que difere enormemente da apologia às tecnologias que geram acesso a muitos tipos de informação. Ao cabo da primeira tese sobre WikiLeaks, difunde-se a ideia que, em se tratando de um projeto-piloto, estaríamos dando apenas os primeiros passos no sentido de uma cultura de exposição da informação muito mais anárquica, avançando sobre a política tradicional da abertura e transparência políticas no trato com documentos de interesse geral. As duas teses seguintes se ocupam em demonstrar a habilidade de WikiLeaks em se tornar rapidamente uma celebridade ameaçadora do poder constituído, mas especialmente sobre os governos e empresas do ocidente, onde a barreira linguística e cultural não interferiria tanto nas agendas dos ativistas. Internamente, o WikiLeaks demanda novas categorias para nomearmos adequadamente o trabalho proposto, que inclui verificação de autenticidade e manutenção do anonimato para o vazamento da informações. A essa última tarefa se soma a crítica ao pretenso “jornalismo investigativo” de WikiLeaks, que seria capaz de desenterrar assuntos, verificar autenticidade, mas, dotado de um corpo reduzido de voluntários, não daria conta de traduzir as informações em um contexto palatável ao grande público. Essa situação decorre

⁵³ Disponível em: <http://www.nettime.org/Lists-Archives/nettime-l-1012/msg00035.html> Acesso 12/12/2010.

também da confusão que a visibilidade de Assange, e seus ideais políticos, tomaram em relação ao próprio site: entendida como uma iniciativa com um rosto bem marcado por detrás, a vocação de WikiLeaks remonta aos valores *hackers* dos anos 80, quando Julian aprendia a língua dos computadores e experimentava seus primeiros ataques contra segurança de redes, mas torna por demais obscuro o processo de obtenção de informação, criando uma atmosfera de espionagem que em nada se parece com a sedutora ferramenta colaborativa *wiki*, aberta a todos. Afinal, como deixarmos de ser apenas os consumidores dos vazamentos do *site*, passando a verdadeiros colaboradores?

A frase que sintetiza o trabalho do grupo não deixa dúvidas: “a coragem é contagiosa”. Lembrando o poeta mineiro Guimarães Rosa, ao dizer “a vida quer de nós é coragem!”, trabalhar dentro de WikiLeaks não é para qualquer um. Para fazer parte do grupo de acesso às informações vazadas, é preciso mesmo “nervos de aço”, como dizem, e um longo aprendizado no trato com informações sigilosas. O risco de o *site* cair em descrédito é muito grande, bastando que alguns dos informantes percam o anonimato, ou que algo publicado seja constatado como inverídico. Em meio a tantas correspondências, um dos gargalos futuros está em conseguir processar e dar publicidade a tantas considerações de interesse público, partindo de um grupo pequeno, coeso e desconhecido de voluntários. Contudo, à luz do volume de informação a que temos acesso, o salto qualitativo vem em boa hora, tornando WikiLeaks um dos bastiões da abertura democrática que promove acesso a informações de interesse cidadão. Um tal avanço não significa necessariamente que o trabalho de *anonimozegratuitos* terá continuidade ou sucesso, uma vez que continuarão existindo tanto o vazamento de informações como as tentativas de controle sobre o fluxo de dados na Internet.

Em outro artigo, cujo título é o sugestivo “WikiLeaks e a Anarquia Digital”⁵⁴, Patrick

⁵⁴ “WikiLeaks et l’Anarchie numérique”. Disponível em: <http://www.larevuedesressources.org/spip.php?article1828> Acesso 12/10/2011.

Lichty nos chama a atenção para o forte descolamento da informação de sua materialidade no contexto da circulação acelerada de arquivos e mensagens, anunciando com o WikiLeaks a chegada de uma nova forma política de gestão de informação entre as sociedades que passaram pela digitalização de seus aparatos de comunicação. O papel do controle, da hierarquia, da centralidade e do acúmulo passa a enfrentar uma “natureza” dispersiva, incontrolável, fugaz da informação em uma luta que tende a um reequilíbrio de forças entre governos, grandes empresas e cidadãos comuns. Assim como previram os teóricos da multidão (Paolo Virno, Toni Negri, Michel Hardt), um novo conflito situa a transformação do capital material em capital cognitivo, tornando inimigos de um poder central os poderes distribuídos de redes e híbridos surgidos como um processo contínuo para minar um modelo de governança que muitas vezes desrespeita o anonimato e ameaça constantemente a privacidade dos que usam a Internet.

1.4.3 Os *Anonymous*

Anônimos (*Anonymous*) teve início com encontros em canais de comunicação *online* entre pessoas e redes descentralizadas, nos EUA, em 2008, voltados para a organização de protestos contra a Igreja Cientologia. Configura-se desde então como um movimento sócio-libertário informal e global de ativismo coletivo independente, cuja infra-estrutura está fortemente baseada em conectividade por meio da Internet.

Embora se divida em muitas outras ações hoje em dia, os ativistas de Anônimos se encontram em manifestações presenciais pontuais, como todos os meses diante da Igreja da Cientologia em Los Angeles e diante das sucursais em outras cidades norte-americanas, desde seu surgimento há quase quatro anos atrás.

Em 21 de janeiro de 2009, os Anônimos deram início a uma ofensiva contra a Igreja

Cientologia, que possui adeptos em várias partes do mundo, incluindo atores famosos, como Tom Cruise. Afirmavam:

“Suas campanhas de desinformação, a supressão da dissidência, sua natureza litigiosa chamaram a nossa atenção nos últimos anos... Anônimos decidiu que essa organização deveria ser destruída”⁵⁵.

Em suas ações, os Anônimos não se caracterizam por nenhum recorte de idade, ocupação ou classe social, nem partido político, mas têm em comum o fato de utilizarem as tecnologias digitais para distribuir e expandir ações, além de compartilharem técnicas de proteção de anonimato. Alguns são pesquisadores na área de segurança de redes, outros são *hackers* autodidatas, mas entre todos os manifestantes anônimos, os técnicos são efetivamente o menor, e talvez mais eficiente grupo. Muitos que aderiram às ações, ou fazem parte de células de Anônimos, não possuem muitos conhecimentos computacionais, tendo garantida sua presença dada a afinidade com os objetivos e meio de promoção de grupos organizados pela Internet.

Os Anônimos se reúnem e se difundem espontaneamente de acordo com as motivações partilhadas, não havendo autoridade hierárquica, informando-se a passando informação por meio de protocolos de edição em tempo real, em interfaces interativas nas quais a informação não é armazenada, desaparecendo automaticamente ao cabo de poucos dias. A mídia preferida é o vídeo, apoiada na possibilidade de ampla divulgação através do Youtube⁵⁶, onde alguns tomam a iniciativa de comunicar chamadas, discutindo-as em comentários no próprio *site*.

Os Anônimos não possuem escritório, não se tendo notícia de nenhum rito burocrático a demandar presença permanente de pessoal, uma vez que agem em comum acordo enquanto voluntários, seguindo os próprios desejos, gratuitamente. Por razões de segurança individual, ou para evitar uma espetacularização de suas ações, ocultam suas identidades também em

⁵⁵ Disponível em: <https://whyweprotest.net/anonymous-scientology/> Acesso 08/01/2011.

⁵⁶ <http://www.youtube.com/> Acesso em 21/12/2011.

manifestações presenciais, quando se valem de máscaras idênticas da personagem do livro e filme conhecido como “*V de Vingança*”.

De 10 de fevereiro a 15 de março de 2009, a estimativa de participação subiu de sete mil para quinze mil pessoas, multiplicando nos três meses seguintes os ataques virtuais contra os sites da Igreja. Em Montreal, Tóquio, Berlim ou Nova Iorque, *Anônimos* está sempre recrutando novos voluntários, passando de um estágio de luta pontual contra um alvo comum, a Igreja da Cientologia, a algo mais amplo que a insatisfação de jovens entre 18 e 21 anos, que marcavam presença nas manifestações contra a Igreja.

Desde outubro de 2010, e especialmente após a prisão de Julian Assange, em dezembro, os *Anônimos* se manifestaram publicamente solidários e ativos em defesa da rede WikiLeaks, com o objetivo de defender a liberdade de informação e apoiar a difusão de vazamentos, sustentando o direito de financiamento da organização WikiLeaks. Em um site próprio, lançaram o “Porque nós Protestamos”, discorrendo sobre seu modo de existir e anseios. Já nas primeiras linhas do *site*, deixa-se claro:

“Anônimos não é uma organização. Não há membros oficiais, guias, líderes, princípios ou representações unificadoras. Ao invés disso, Anônimos é uma palavra que identifica milhões de pessoas (...) que, sem exporem suas identidades expressam várias opiniões sobre muitos assuntos. Ser Anônimos não implica pensar ou agir em comum acordo com outros que são Anônimos. Ao invés disso, descreve-se um jeito de comunicar e promover a mudança social”⁵⁷.

O *site* segue apresentando um histórico de ações que vão além da luta contra a Cientologia, relatando a colaboração com entusiastas do *site* PirateBay - que agrega endereços de filmes para *download* - quando mantiveram uma plataforma de protestos no Irã, permitindo a divulgação de

⁵⁷ “Anonymous is not an organization. There are no official members, guidelines, leaders, representatives or unifying principles. Rather, Anonymous is a word that identifies the millions of people, groups, and individuals on and off of the Internet who, without disclosing their identities, express diverse opinions on many topics. To be Anonymous does not imply thinking or acting in concert with others who are Anonymous; rather, it describes a way of communicating and promoting social change.” Disponível em: <https://whyweprotest.net/community/threads/anonymous-why-we-protest-raising-funds.66163/> Acesso 12/10/2011.

mensagens em tempo real associada à proteção do anonimato *online*. O evento ficou conhecido como “Apoio ao movimento onda verde no Irã” e possui documentação disponível na Internet.

Entre os Anônimos, assim como entre os desenvolvedores do WikiLeaks, há vários que detêm conhecimento sobre os protocolos chamados *esteganográficos* – como utilizar mensagens ocultas em imagens de vídeo, invisíveis aos mecanismos de vigilância de robôs. Os *hackers* utilizam técnicas de criptografia que visam instruir os códigos com códigos independentes das características e lugares do *software* que serviram para produzi-los, ou configurá-los enquanto tecnologias de apagamento da ferramenta e IP dos utilizadores, servindo para destruir os rastros deixados por redes. Julian Assange é especialista em algumas dessas tecnologias capazes de tornar conjuntos de redes em unidades operacionais equivalentes a ferramentas.

Para entender a *anonimogratitude* a que nos referimos, tomaremos emprestada a definição de anonimato proposta por Sérgio Amadeu da Silveira, em que

“o anonimato aqui é entendido como condição ou qualidade da comunicação não-identificada, ou seja, da interação entre vários interagentes que não possuem identidade explícita, ou que ocultam. Como anonímia, ausência de nome ou assinatura, também será considerada a multi-interação, mútuas e reativas, entre humanos e máquinas dotadas de programas informacionais, onde a anonimidade se manifesta perceptível ou de modo sub-reptício.” (Silveira 2009: 115)

As ações atribuídas a *Anonymous* se dão muitas vezes de maneira paralela, separada, onde as pessoas que se juntam em um canal na Internet decidem seu alvo sem submeterem-se a qualquer validação vinda de fora da sala de conversa, sua verdadeira ágora democrática. Com esse tipo de funcionamento, não se pode caracterizar Anônimos como uma organização centralizada, tampouco localizar líderes com poder decisório hierarquizado.

De acordo com a antropóloga Gabriella Coleman, dois grandes grupos, no entanto, detêm maior respeito quando opinam sobre alvos, ações e estratégias: o que mantém a infra-estrutura técnica de comunicação, os tais canais IRC, e outro já reconhecido por trabalhos realizados em

nome de *Anonymous*⁵⁸.

A pesquisadora sobre tecnologia afirma ainda que, tanto na organização quanto durante os ataques aos alvos escolhidos, impera uma ética anti-ego, anti-celebridade que compõe o modo de funcionamento de *Anonymous* e os mantêm coerentes em sua movimentação. Não se trata de um grupo onde se identifique uma determinada orientação política ou ideológica, mas a partir do qual se conclama à ação em nome da cidadania, da liberdade, contra as injustiças.

Anonymous é um também um termo que define tecnicamente, na comunicação entre servidores *proxy*, o lugar das barreiras de segurança de gestão compartilhada entre um utilizador, sua conexão e sua navegação na Internet. Os “*Anonymous Proxy*” são utilizados para encriptar as requisições de um computador na web, assinaturas de *emails* ou ainda para configurar uma rede fechada entre correspondentes ou *sites*. Tornou-se bastante comum entre as *redes p2p* para evitarem os dispositivos de vigilância e o desrespeito ao direito à confidencialidade na Internet.

1.4.4 Do Modo de Existência dos *torrent*

O BitTorrent é um aplicativo licenciado sob as condições da *General Public Licence*⁵⁹ (GPL) que, configurando-se como objeto técnico aberto, mantém uma certa margem de indeterminação que o torna tecnicamente capaz de transitar entre o desenvolvimento de funcionalidades para as *redes p2p*⁶⁰ e as possibilidades de uso por empresas que trabalham com

⁵⁸ COLEMAN, Gabriella [2011]. “1 What is *Anonymous*”. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=7R6LpWD9Vc4> Acesso 08/12/2011.

⁵⁹ Ver <http://www.gnu.org/copyleft/gpl.html> Acesso 12/10/2011.

⁶⁰ “*Peer-to-peer* (tradução literal do inglês de "par-a-par" ou "entre pares"; tradução livre: ponto a ponto; sigla: P2P) é uma arquitetura de sistemas distribuídos caracterizada pela descentralização das funções na rede, onde cada nodo realiza tanto funções de servidor quanto de cliente.” Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Peer-to-peer> Acesso 08/01/2011.

grandes arquivos. Trata-se de um *software* desenvolvido por uma única pessoa e que hoje é utilizado por milhões de consumidores que não pagam direitos autorais sobre os vídeos, músicas, jogos e outros bens culturais que fazem circular entre redes distribuídas na Internet.

A especificidade do BitTorrent é poder gerar uma maior eficiência no trânsito de dados, sobretudo de arquivos grandes: projetado para disponibilizar o arquivo ao mesmo tempo em que o copia, esse sistema transforma uma dificuldade em virtude, pois a cópia não se realiza de uma única fonte, mas de várias, ao mesmo tempo, gerando maior velocidade à medida em que há aumento da demanda. Na prática, esse sistema funciona melhor se o usuário mantiver suas taxas de *download* próximas das de *upload*, assegurando-se estar contribuindo ao mesmo tempo em que se beneficiando da rede em que participa⁶¹.

Hoje, há vários aplicativos para compartilhamento de arquivos disponíveis seguindo o mesmo princípio, tais como Frostwire, eMule, Ares Galaxy e Shareaza. Porém, o avanço dessas tecnologias vem revelando que seus usuários ignoram a pretensa propriedade intelectual sobre as obras consumidas, estimando-se que 95% de todo o conteúdo compartilhado esteja protegido por direitos autorais⁶². Tratando-se de armazenamento distribuído, ou seja, composto de cada acervo de cada máquina a ser disponibilizado para cópia, os direitos autorais sobre as obras contidas em arquivos digitais perdem crescentemente sua função sobre sua circulação social, incapaz de contabilizar um fluxo que, sob arranjo das *redes p2p*, seria algo próximo a contar gotas partindo de nuvens carregadas, prontas para causar uma tempestade!

Uma das ideias mais comuns acerca da Internet é que ela se configura como um espaço de comunicação entre pares, situados em condições idênticas de emissão e recepção de informação.

⁶¹ <http://www.infowester.com/bittorrent.php> Acesso 08/01/2011.

⁶² “Peer to peer file sharing”. http://en.wikipedia.org/wiki/Peer-to-peer_file_sharing Acesso em 10/12/2010.

Entretanto, a distribuição de endereços IP⁶³, por exemplo, é extremamente hierarquizada, pois considera os endereços um bem cada vez mais escasso, dada a limitação do atual sistema baseado no IPv4, que só permite a cada máquina um serviço, destinando a cada uma apenas um IP. A comunicação horizontal entre redes, ao contrário, faz da *web* um lugar de circulação de informação de maneira descentralizada, tendo sido potencializada com a invenção de um protocolo específico para compartilhamento preconiza o armazenamento e recuperação distribuída de arquivos.

A visibilidade do BitTorrent enquanto ferramenta pública de acesso a bens considerados privados, além das ações inerentes aos ataques contra segurança na Internet, distribuindo vírus, fez a procriação dos *torrent* vir acompanhada do fenômeno dos “*bad peers*”, usuários que mantêm altas taxas de *download* entre diferentes arquivos que buscarem, mas baixas taxas de *upload*, provocando um desequilíbrio entre o atendimento de uma demanda e a expectativa proporcional gerada no alcance da rede acessada com os conteúdos solicitados. Ou seja, um bom par no sistema BitTorrent se concentra em menos arquivos, um por vez, acelerando suas cópias ao mesmo tempo em que ajuda outros pares a se conectarem e copiarem com ele os mesmos dados. Como a maioria das pessoas, que somam mais de 40 milhões, não sabe ou não aderiu a essa conduta, proliferaram os últimos anos as comunidades fechadas de compartilhamento baseadas em um sistema de convite, limitando a participação de pares a redes que sempre envolvem algum conhecido. Porém, nem sempre a expectativa se confirma, e iniciantes bem intencionados podem se tornar alvo do julgamento de experientes e pôr em risco o sistema de confiança que mantém essa rede organizada.

⁶³ “O endereço IP é uma sequência de números composta de 32 bits. Esse valor consiste em um conjunto de quatro sequências de 8 bits. Cada uma destas é separada por um ponto e recebe o nome de octeto ou simplesmente byte, já que um byte é formado por 8 bits. O número 172.31.110.10 é um exemplo. Repare que cada octeto é formado por números que podem ir de 0 a 255, não mais do que isso.” Disponível em: <http://www.infowester.com/ip.php> Acesso_12/10/2011.

As melhorias técnicas dos *trackers*⁶⁴ privados do BitTorrent são várias⁶⁵ e sua divulgação entre comunidades virtuais renovou os debates sobre os pressupostos do sistema de convites: o que deveria ser um espaço fechado de compartilhamento entre pessoas em quem se confia, pode subitamente se transformar em local de conflito entre bons e maus usuários. Em meio a ponderações baseadas em estatísticas de doação e segurança entre redes, o comentário de Rycon parece o mais sensato: “*aproveite as comunidades fechadas por seus benefícios, não por sua segurança*”⁶⁶.

Queremos comparar, então, a vida do *torrent* enquanto coisa (“*stuff*”), descrevendo seus arranjos sociais em relação aos tipos de *stuff* que podem ser compartilhados sob a ótica da propriedade intelectual: informação pirata ou bem legalizado?

Após assinar contratos com a representante dos grandes estúdios e gravadoras, a notícia publicada sobre o a adaptação do BiTorrent veio acompanhada da manifestação do criador dos *torrents* se dizendo contrário ao *download* de material sem autorização. Cohen sempre fez questão

⁶⁴ “Um BitTorrent tracker (ou apenas “tracker”) é um servidor que auxilia na comunicação entre dois computadores que utilizam o protocolo P2P BitTorrent. Para que se proceda a uma partilha de ficheiros por BitTorrent é necessário que dois PCs se comuniquem com o servidor. De qualquer forma, o mesmo servidor, não aloja conteúdos e são os próprios peers que os partilham entre si as partes dos ficheiros. Os clientes que estão a proceder downloads BitTorrent, comunicam esse Servidor de torrents, periodicamente, para dar informação sobre novos peers, como também, de estatísticas usualmente relacionadas com os ficheiros partilhados. No entanto, logo após o início da partilha, a comunicação entre os dois PCs continuará sem a interligação com o “tracker”. Assim sendo, um tracker não é mais que um meio de contacto entre duas outras entidades - os peers.” Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/BitTorrent_tracker Acesso 08/01/2011.

⁶⁵ “When private torrent sites first started, they were little known, and small. To join, you had to know about the site, and if you were lucky enough to find a slot you could join (most sites were small, with 10,000 members max). Most private sites were (and are) perceived as exclusive communities. Members who do get in often share more, not only because it is required, but also because they want to be a good member of the community. As time went on, torrents became more popular and the membership of private BitTorrent trackers increased. Part of it was speed, such sites tend to have better ratios of seeds to peers. Other factors are the absence of garbage and the fact that duplicates are kept to a minimum.” “Trading BitTorrent Tracker Invites , Commodity or Curse?” Bem Jones, 15/01/2008 Disponível em: <http://torrentfreak.com/trading-bittorrent-tracker-invites-080115/> Acesso 13/12/2010.

⁶⁶ “As much as all this makes sense, it would be stupid to think investigators couldn’t find a way in... I mean really... this is the internet. So really, this means nothing. People need to stop thinking there is a safe haven, your only safety is that you will be hidden in the huge sea of peers around you. Join private sites for the benefits, not the safety.” Comentário publicado no blog em 15 de Janeiro de 2008 às 20:46, assinado por Rycon. Disponível em: <http://torrentfreak.com/trading-bittorrent-tracker-invites-080115/> Acesso 10/12/2010.

de apresentar sua ideia como solução tecnológica para grandes empresas que demandam intercâmbio de grande volume de arquivos grandes, como a indústria do cinema e a das televisões. Mas sua opção foi licenciar seu *software* sob uma licença que caracteriza esse objeto técnico como aberto, ou seja, onde o acesso ao código fonte é garantido, tanto para a segurança como para criação de obras derivadas do mesmo.

Amparada por documentação de notório conhecimento público, como livros, *sites* e jornais e artigos *online*, a discussão entre autoria e propriedade intelectual que trazemos quer se situar frente à exposição midiática que caracteriza como infrações as práticas cometidas por usuários de *redes p2p*, assim chamada de *pirataria*, comparando copiadores de arquivos a batedores de carteiras. Consideramos que esse tipo de propaganda tenta levar ao público uma mensagem que confunde a natureza dos bens intangíveis com os cálculos apressados sobre estimativas de venda no mercado típicos da economia da escassez. As redes organizadas, por outro lado, sustentadas por valores e conduta ética *hacker*, que fundamenta a produção de objetos técnicos licenciados de maneira a garantir permanente acesso e melhoria ao código-fonte, vêm produzindo bens comuns compartilhados de acesso universal, ao mesmo tempo em que convivem com forte perseguição e tentativa de enquadramento criminal por parte dos detentores de direito sobre bens intangíveis. Eis as condições de trabalho de *anonimozegratuitos*, uma força produtiva cada vez mais consolidada que ameaça as relações de produção supostas em uma economia centralizada de bens digitais.

O impacto da tecnologia de compartilhamento incide sobre a possibilidade de distribuição rápida e eficiente de conteúdo, apresentando-se como de baixíssimo custo se comparada à forma adotada pelo mercado de bens culturais que predominou no século XX. Baseada em serviços sob demanda, a tecnologia envolvida no compartilhamento distribuído permite que uma larga audiência solicite cópias dos arquivos ao mesmo tempo e se agregue a mais outro conjunto de sementes no sistema de fonte descentralizada. Como afirmou Gary Lerhaupt, “*a um custo menor*

que um café (4 dólares pagos de conexão à banda larga) se tivesse conteúdo próprio, eu seria uma televisão”⁶⁷.

Em 2006, após o fechamento de sites como SuprNova.org, que cederam às pressões da grande indústria que continuamente processava seus responsáveis por danos de propriedade intelectual, a repressão sobre os abusos contra direitos autorais se voltou para o site PirateBay, que facilita a busca de arquivos .torrent, e teve seus servidores apreendidos pela polícia sueca em julho do mesmo ano. Iniciava-se uma batalha jurídica que acompanhamos até novembro de 2010, liderada por *hackers* e grandes empresários, mediada por advogados especialistas na matéria e influenciada pela visibilidade que a disputa ganhava na sociedade.

Em fevereiro de 2007, a empresa BitTorrent.Inc lançou serviço legal para *download* de filmes visando atrair pelo menos um terço do público de mais 135 milhões de pessoas que supostamente faziam isso “ilegalmente”⁶⁸ Bram Cohen, o criador do BiTorrent, se manifestava a favor do compartilhamento legal. Em outubro, publicou com a empresa Brightcove um serviço de distribuição de vídeo, o BitTorrent DNA⁶⁹ e a comercialização de sua invenção ganhava novo impulso. Além de boas ideias, Cohen começava a realizar bons negócios.

⁶⁷ “Gary Lerhaupt, a graduate student in computer science at Stanford, became fascinated with *Outfoxed*, the documentary critical of Fox News, and thought more people should see it. So he convinced the film's producer to let him put a chunk of it on his Web site for free, as a 500-Mbyte torrent. Within two months, nearly 1,500 people downloaded it. That's almost 750 gigs of traffic, a heck of a wallop. But to get the ball rolling, Lerhaupt's site needed to serve up only 5 gigs. After that, the peers took over and hosted it themselves. His bill for that bandwidth? \$4. There are drinks at Starbucks that cost more. "It's amazing - I'm a movie distributor," he says. "If I had my own content, I'd be a TV station." *Revista Wired*, janeiro de 2005. Disponível em: http://www.wired.com/wired/archive/13.01/bittorrent.html?pg=2&topic=bittorrent&topic_set= Acesso 15/01/2010.

⁶⁸ “O preço oferecido pelo serviço será de US\$ 1,99 por episódio de programa de TV. Os filmes serão alugados por um período de 24 horas, por US\$ 3,99 para obras novas e US\$ 2,99 para mais antigas. A BitTorrent estima que um filme possa ser baixado em cerca 30 minutos e um episódio de TV em 10 minutos. A empresa decidiu não vender filmes por causa dos altos preços exigidos pelos estúdios. "Estamos tentando convencer os estúdios a manear nos preços. Precisamos dar ao público um preço que eles achem que vale a pena gastar em relação ao que eles já têm gratuitamente", disse Ashwin Navin, presidente e co-fundador da empresa. Além de oferecer conteúdo dos estúdios, o site também permitirá que usuário publiquem seus próprios trabalhos, que competirão em popularidade com filmes de sucesso.” “BitTorrent lança serviço legal para download de filmes”. 26 de fevereiro de 2007 • 12h29 • atualizado às 12h37. Disponível online: <http://tecnologia.terra.com.br/interna/0,,OI1437827-EI4802,00.html> Acesso 12/12/2010.

⁶⁹ Ver <http://www.bittorrent.com/dna> Acesso 12/10/2010.

Assim, o BitTorrent mostrou ser capaz de desempenhar uma função social que segue outros caminhos que não os presentes no discurso de seu criador e maior entusiasta, tradicionalmente tido como o principal responsável por sua existência no mundo. Ou seja, mais do que nos debruçarmos sobre as crenças e desejos mobilizados pelo autor para criar sua obra, melhor seria perguntar sobre as *redes de tecnicidades* que atravessam o BitTorrent e fizeram deste aplicativo responsável por mais de um terço de todo o volume de circulação de arquivos na Internet nos últimos anos.

A forma proposta para programas abertos em oposição aos programas fechados exemplifica bem o problema da criação de autômatos em relação às possibilidades de adaptação de objetos técnicos que mantêm certas zonas de indeterminação como projeto técnico avançado. Todo o trabalho licenciado em GPL carrega esse potencial, essa abertura, em que uma certa *tecnicidade* trabalhada por Bram Cohen ao escrever o programa, associada uma estratégia de divulgação singular, como veremos, e uma duradoura eficiência no compartilhamento de arquivos entre *redes p2p* convivem com o modo de ser da mercadoria.

Se entendemos por *tecnicidade* um conjunto de características que reflete no objeto técnico um relação de implicação sobre o futuro convergindo sobre a atitude do humano em relação ao seu modo de ser no mundo, destacamos a gênese da realidade técnica como aspectos que remontam a pensamentos e funcionalidades que, isolados, pouco diriam sobre a existência do objeto técnico além de os enxergarmos em si mesmos.

Na introdução de sua tese publicada em 1958, Gilbert Simondon descreve os principais problemas vividos pelo humano em relação à técnica, observando duas atitudes contemporâneas contraditórias com respeito aos objetos técnicos:

“[D]e um lado [o homem] os trata como puro conjunto de matéria, desprovidos de verdadeira significação, e que apresentam somente uma utilidade. De outra parte, supõe que esses objetos são também robôs e que estão animados por intenções hostis para com o homem, que representam para ele um perigo permanente de agressão, de insurreição” (Simondon 2008: 32-33).

O mito dos robôs propaga assim o desejo de substituir a exploração do trabalho humano por uma máquina capaz de realizar tão bem ou melhor a atividade social produtiva. Vários filmes imaginam guerras entre humanos e robôs insurgidos contra seus criadores, iluminando problemas extremamente atuais, como a eugenia liberal que a prática de reprodução assistida engendrou desde 1978, como trataremos no terceiro capítulo.

Parte-se em geral da ideia de que quanto mais evoluído é o objeto técnico, mais este caminha para se tornar autônomo em relação a nós. Na passagem do progresso técnico da ferramenta, que estendia seu melhoramento no gesto do artesão, para o instrumento, que modifica a percepção humana sobre a realidade, estamos agora lidando com um modelo de progresso técnico que manteve as premissas da evolução gestual, onde o movimento percebido pelo corpo é a medida da evolução, do melhoramento da ferramenta, possuindo uma evolução que poderíamos designar como linear, confundida com outra evolução que faz do instrumento na caixa-preta a última geração de produtos disponível no mercado.

“O verdadeiro aperfeiçoamento das máquinas não está em aumentar seu grau de automatismo, mas em manter no funcionamento da máquina uma certa margem de indeterminação. Essa margem é o que permite à máquina estar sensível à uma informação exterior. Através dessa sensibilidade das máquinas a informação pode se consumir em um conjunto técnico, e não devido ao aumento do automatismo. (...) A máquina dotada de alta tecnicidade é a máquina aberta, e o conjunto de máquinas abertas supõe o homem como organizador permanente, como intérprete vivente das máquinas, umas em relação às outras.”(Simondon 2008: 33).

Em outro texto, Simondon defende a dignidade dos objetos técnicos e descreve as características dos objetos fechados, tornados meramente utilitários pelo consumo.

“O objeto técnico fechado é aquele que está inteiramente constituído quando pronto para ser vendido; a partir desse momento da mais alta perfeição possível, o objeto só pode ser usado, se degradar, perder suas qualidades, até a desmontagem final e o retorno ao estado de peças desencaixadas.” (Simondon 1961: 231).

Já o objeto técnico aberto é *neotécnico*:

“... ele está sempre, em uma certa medida, em um estado de construção, à imagem de um organismo em via de crescimento.” (Simondon 1961: 231)

A mobilização colaborativa entre redes sugere a capacidade de construção de objetos técnicos a partir da contribuição descentralizada que utiliza ferramentas de comunicação *online* na Internet. A tradução para línguas pouco faladas das distribuições de sistemas operacionais livres também deve ser destacada devido à disponibilização do acesso ao código-fonte dos programas publicados em sites de referência do trabalho colaborativo de *anonimozegratuitos*. Não é a relação de demanda e oferta que organiza o avanço da tradução, mas a possibilidade e o conhecimento necessário para realizá-la.

1.4.5 Bram Cohen, o autor do BitTorrent

Os significados trazidos pela palavra autor sugerem um conjunto de relações que pretendemos demonstrar obsoletas face ao funcionamento tecnológico do compartilhamento de arquivos realizado entre *redes p2p*. O reconhecimento da origem, de uma fonte autêntica, singular, única, na realidade sugere uma formulação que rende pouca eficiência para cópia de arquivos grandes na Internet. Por outro lado, o controle sobre os usos que damos para as coisas existentes no mundo se mostra especialmente interessante quando o criador da obra não valoriza da mesma maneira o objeto técnico que criou e potencializou a circulação de dados para milhões de usuários. Ao contrário, ele condena *as redes p2p* que compartilham ilegalmente material protegido por direitos. E a solução que propõe é convencer, com a digitalização de filmes antigos, que se revise todo o licenciamento de material sob *copyright*, para que possam ser legalmente acessados na Internet⁷⁰...

⁷⁰ “My aim was to change the way people exchanged information over the internet but I didn’t predict how big a role it was going to play,” he said. Unlike Swedish file sharing site The Pirate Bay, Cohen has avoided any brushes with the law. “It’s completely legal to create technical solutions. The reason people get dragged into legal proceedings

Cohen nasceu no estado de Nova Iorque, nos Estados Unidos da América, e escreveu o código do aplicativo em questão sozinho. Publicou sua invenção em uma lista de discussão às onze e meia da noite, cuja temática era “descentralização”, em um email datado de 2 julho de 2001⁷¹. O assunto da mensagem: “BitTorrent – um novo app P2P”.

Cohen provavelmente desenvolveu sua ideia a partir do projeto MojoNation, que permitia a quebra de arquivos confidenciais em “*chunks*”⁷² criptografados e previa distribuir essas unidades em computadores rodando o mesmo *software*. Se considerarmos o tempo que os programas mais comuns levam para copiar um arquivo pesado de uma única fonte em comparação ao sistema distribuído, entenderemos porque o BitTorrent respondeu, em 2009, por 27% a 55% de todo o tráfego de dados da *web*.

Em abril de 2001, Cohen deixou o projeto MojoNation e passou a se dedicar ao BitTorrent, entrando no período que chamou de “*artista faminto*”⁷³ Comparando-se a Mozart, - “*que escrevia lindas melodias tão rápida e perfeitamente que pareciam enviadas por Deus*” -, o fato de ser programador de computadores e criar uma ferramenta de comunicação tão eficiente já seria bastante para ser socialmente considerado gênio. Entretanto, o autor ainda estava por revelar novas características que o aproximariam ainda mais do estereótipo das grandes inteligências das artes e das ciências do ocidente capitalista.

is that they break copyright laws, which I have never done. “On the contrary, we can help the entertainment industry by allowing them to move their programmes and films to the internet and make older material available so people can see it when they want,” said Cohen”. <http://www.metro.se/se/article/2008/04/22/14/3127-48/index.xml> Acesso 10/12/2010.

⁷¹ “My new app, BiTorrent, is now working order, check it out here” Disponível em: <http://finance.groups.yahoo.com/group/decentralization/message/3160> de 2 de Jul de 2001, 11:30pm. Acesso em 10/12/2010.

⁷² “Num modo de organização *frame buffer chunk* (também *chunky* ou *packed pixel*), os *bits* que definem cada *pixel* são agrupados juntos. Por exemplo, se existem 4 *bits* por *pixel* (16 cores), cada *byte* de *frame buffer* define dois *pixels*.” <http://pt.wikipedia.org/wiki/Chunk> Acesso 13/10/2010.

⁷³ Entrevista de Bram Cohen à revista Wired, janeiro de 2005. Disponível em: http://www.wired.com/wired/archive/13.01/bittorrent.html?pg=2&topic=bittorrent&topic_set= Acesso 13/07/2010.

Em entrevista dia 30 de março de 2008, cujo título é “O Jovem Gênio por trás do BitTorrent”, Cohen é anunciado como uma pessoa com Síndrome de Aspergers, descrito como alguém que não tem muitas habilidades sociais, apenas as aprende e manifesta de forma mecânica. O gênio da computação é tratado com ares exóticos e se encaixa com mais perfeição no mito do criador anti-social, afastado das questões mundanas, ocupado com valores e trabalhos mais elevados.

Em outra entrevista, de 2005, o programador afirma que nunca gostou de escolas, tendo dificuldade em fazer amigos. Escreveu suas primeiras linhas de código com 5 anos de idade e diz nunca ter se dado conta de sua patologia antes de aprender a responder e reconhecer sinais sociais, como expressões faciais, lembrando de como poderiam ter sido úteis em ocasiões nas quais se sentiu constrangido⁷⁴.

No verão de 2002, Cohen recolheu material pornográfico gratuito para incentivar *beta testers* a usarem seu programa. Rapidamente o número de usuários cresceu, auxiliando no aperfeiçoamento do sistema, que ganhou fama em 2003. Porém, a exemplo de outros inventores cujo trabalho não está voltado imediatamente para funcionar no mercado, somente em 2004 Bram fundou com seu irmão Ross Cohen e outro parceiro comercial, Ashvin Navin, a companhia BitTorrent.Inc.

Em maio de 2005, o programador anunciou que estava quase terminando um sistema de busca de *torrents*⁷⁵, pensado para recolher informações de cada *torrent* de maneira a contar a quantidade de nós realizando *download* e *upload*. A intenção era criar um sistema capaz de classificar os resultados baseado na relevância e na velocidade de cada *torrent*, permitindo que os

⁷⁴ Entrevista para o site Wrong Planet, publicada em 7/05/2005 em uma comunidade virtual de portadores de Autismo e Síndrome de Aspergers. Disponível em: <http://www.wrongplanet.net/modules.php?name=Articles&pa=showpage&pid=98> Acesso 17/11/2010.

⁷⁵ “BitTorrent deve ganhar sistema de busca”. Carlos Chernij. Segunda-feira, 23 de maio de 2005 – 18h55. Disponível em: <http://info.abril.com.br/aberto/infonews/052005/23052005-8.shl> Acesso 12/10/2010.

mais rápidos e com maior oferta aparecessem primeiro. Em setembro do mesmo ano, o BitTorrent assinou um acordo com a MPPA⁷⁶ e publicou um sistema de busca que somente permitia acesso a filmes licenciados, deixando mais uma vez clara sua intenção de não provocar os que reclamam imensos prejuízos provocados pelo compartilhamento de músicas, filmes, jogos e outros bens móveis, protegidos por leis.

O *site* criado por Cohen para distribuir gratuitamente o aplicativo BitTorrent é bastante simples, com fundo branco e poucas frases:

“BitTorrent é uma ferramenta para baixar arquivos, especialmente os grandes. Ele foi criado por mim, Bram Cohen (sublinhado no site e em letra azul indicando um link para seu site pessoal). Para baixar material, primeiro instale BitTorrent clicando aqui: (link). É isso! Agora clique nos links para começar a baixar”⁷⁷.

Na assinatura do email de anúncio do novo aplicativo, embaixo do nome de Bram Cohen, encontra-se uma frase curiosa se a remetemos aos processo jurídicos que envolvem o BitTorrent: *"mercados podem permanecer irracionais enquanto você puder pagar"*⁷⁸, assinada por John Maynard Keynes, considerado um dos pais da macroeconomia liberal moderna.

⁷⁶ “A partir de agora, usuários do BitTorrent que procurarem por filmes ou programas de TV encontrarão apenas arquivos cuja distribuição é considerada legal. O tradicional sistema de troca de arquivos peer-to-peer (P2P) firmou um acordo com a MPAA (Motion Pictures Association of America). O objetivo é evitar futuros processos judiciais contra a empresa ou mesmo seus usuários. Em comunicado oficial, o criador do sistema, Bram Cohen, disse que a empresa desencoraja o uso de seu sistema para distribuir filmes sem licença. *“Estamos felizes de trabalhar com a indústria de filmes para remover conteúdo não-autorizado do mecanismo de busca do BitTorrent”* [grifo meu], afirmou na nota. “Eles estão indicando o caminho para outras companhias com seu exemplo”, elogiou Dan Glickman, executivo-chefe da MPAA. O acordo é o esforço mais recente de Hollywood no combate à pirataria de seus produtos pela internet. Do lado de Cohen, ele pode representar um indicativo de que sua empresa possa se transformar em um canal privilegiado de distribuição de conteúdo legal. Em setembro, o BitTorrent conseguiu investimentos de US\$ 8,75 milhões para financiar o desenvolvimento de ferramentas de distribuição comercial de conteúdo. Estima-se que 45 milhões de pessoas usem o BitTorrent para trocar arquivos. Ele faz os downloads ficarem mais eficientes, pois é capaz de unificar vários pedaços de arquivos obtidos de computadores de diferentes usuários.” “BitTorrent faz acordo com indústria do cinema”. Quarta-feira, 23 de novembro de 2005 - 13h14 Paulo Silvestre, *do Plantão INFO*. Disponível em: <http://info.abril.com.br/aberto/infonews/112005/23112005-2.shl> Acesso 10/12/2010.

⁷⁷ “BitTorrent is a tool for downloading files, especially large ones. It was created by me, Bram Cohen. To download stuff, first install BitTorrent by clicking here: (link). That's it! Just click on the links to start downloading. Lots of peer to peer magic is going on under the hood, but you don't have to worry about any of it.”

⁷⁸ "Markets can remain irrational longer than you can remain solvent" John Maynard Keynes.

Embora o sistema proposto por Cohen tenha levado a um imenso volume de infrações de direitos nos últimos anos, ele garante que nunca copiou material protegido por *copyright* justamente porque estaria se expondo enquanto presa fácil à fúria dos dirigentes de poderosas empresas comerciais. Seu interesse, na verdade, foi aplicar a arquitetura descentralizada de seu programa para dar conta de criar um ciclo virtuoso entre a demanda e a oferta de bens intangíveis, gerando maior agilidade na circulação de arquivos grandes, em que entendemos a defesa de sua ideia técnica no âmbito da forma, e os arquivos compartilhados, protegidos ou não por direitos autorais, sob as regras de consumo de conteúdo cultural. Porém, ao permitir o acesso ao código-fonte de seu *software*, e dado seu expertise em programação, é difícil acreditar que Bram Cohen ignorava totalmente o alcance possível de sua ferramenta de compartilhamento. Os trajetos vividos pelo BitTorrent enquanto empresa estão então evidentemente muito ligados aos acordos firmados pelo seu criador, que detém além da autoria inalienável sobre a obra, os direitos de propriedade intelectual sobre o que criou. Embora Cohen defenda que tenha inventado algo pensado como sendo estritamente um programa de computador, e sem aparentemente dimensionar o alcance de sua invenção, após quase 10 anos de funcionamento, os *torrents* e as *redes p2p* se multiplicam e justificam o apelo crescente aos serviços de banda larga em todo o mundo com um objetivo claro: o compartilhamento de bens culturais como jogos, músicas e vídeos.

Voltando à noção de ambivalência característica da filosofia política da pirataria, podemos considerar Cohen tanto um capitalista bem-sucedido no mercado da produção de *software*, que trabalha atendendo demandas da grande indústria de entretenimento, ao mesmo tempo em que, como um verdadeiro pirata, ele ajudou a revolucionar a maneira de consumir bens culturais na forma de arquivos digitais através da Internet, mesmo e independentemente de todos os danos causados aos detentores de direitos de propriedade intelectual sobre as obras que seu programa faz circular.

2. A Economia da Dádiva e a Gratuidade na Internet

Este capítulo tem o objetivo de tentar organizar o debate teórico em torno da assim chamada “economia da dádiva” e relacionar alguns de seus postulados com a circulação de arquivos de computador entre redes distribuídas na Internet. Caracterizada por uma imaterialidade abundante, essa circulação significa ignorar muitas vezes o regime de propriedade intelectual que, em tese, protege os interesses dos criadores, dos artistas. Para além do dilema “piratear” o trabalho de alguém ou concordar com o controle sobre todos os arquivos que circulam na Internet, decidi explorar uma forma de trabalho que opera tanto com a noção de dádiva, que possui suas próprias regras de circulação, assim como trabalha também com as possibilidades de circulação de mercadorias. Um híbrido de piratas-doadores, *anonimozegratuitos* é uma força que parte da Internet para implodir conceitos que balizavam desde nossa economia da escassez até nossa forma de nos constituirmos como pessoas.

O tema da dádiva desperta muito interesse e muita controvérsia na recente “tradição” antropológica. Trazendo algumas perspectivas de autores selecionados, pretendo que elas funcionem em contraste com o intuito de desenvolver um argumento que atravessa a identificação de um conjunto de questões sobre a dádiva e a mercadoria, e sugerem a necessidade de um conceito complementar para falarmos da circulação de bens na Internet. Tenho como horizonte de investigação a invenção da gratuidade no mundo virtual. Assim, em ambiente virtual, onde impera a abundância e não a escassez, a oposição entre dádiva e mercadoria não só não dá conta da circulação veloz de riqueza entre redes, como se torna ineficaz sob o avanço do movimento em defesa do *commons*, que está engajado na constituição de acervos e territórios de comunicação livres. Em nossa pesquisa, como pretendo demonstrar, esse comum tem origem muitas vezes no valor da gratidão (Simmel: 1992), e é construído através de uma contribuição específica operada

por *anonimozegratuitos*.

Para pensar esse acervo/território comum de acesso e produção, gostaria de adotar uma perspectiva que nomearei de cultura material da informação. Dessa forma, ao invés de destacar as já tão conhecidas motivações para troca, como a obrigação, o contrato, o pagamento ou crédito, espero apresentar, com o arranjo de *anonimozegratuitos*, um imbricamento de relações que tanto evita a projeção de um *self* para o reconhecimento sobre sua ação/trabalho, quanto demonstra a viabilidade da manutenção de acervos/territórios comuns a partir de valores e práticas compartilhados gratuitamente por não importa quem.

Se bens culturais como textos, música e vídeo, hoje consumidos amplamente, provêm cada vez mais de acervos-nuvem, de bases imateriais de informação acessíveis na Internet, e não mais de bens materiais como livros, fitas-cassete, discos de vinil, como entender essa nova constituição do valor do acesso, que representa o próprio modo de existir dos atores em questão? Pensar a circulação dessas riquezas significa enfrentar uma situação diversa da produção e consumo de bens escassos, onde a materialidade configurava claramente as rotas de troca, organizava os regimes de remuneração e reconhecimento, e dava conta teoricamente do trânsito tanto de mercadorias como de dádivas. Porém, onde não há mais reconhecimento, nem remuneração, existe ainda a troca? Que noção de autoria podemos caracterizar no arranjo específico em que estão mobilizados tanto anônimos quanto tecnologias de produção coletiva de conhecimento?

O problema que elaboramos tem o objetivo de pensar a noção de pessoa mobilizada na autoria e criação de propriedades, dentro de um contexto cultural onde predomina o controle e a manipulação do inato⁷⁹. Se essas características já foram notadas para criticar a projeção de conceitos euro-americanos sobre seus respectivos objetos de pesquisa (Wagner 2010), para analisar o fluxo abundante de arquivos digitais contendo músicas e vídeos, majoritariamente,

⁷⁹ “[A] insanidade do controle humano sobre o inato é a insanidade inerente ao próprio controle.” (Wagner 2010: 240)

precisamos desconstruir os pressupostos que alimentam e legitimam o atual sistema de reconhecimento sobre a produção artística e constituem a base da noção de pessoa que confere direitos de autoria ao indivíduo criador.

Os produtos resultantes do trabalho inventivo de uma pessoa, quando passam a circular socialmente, ganham nome jurídico de *bens móveis* e transitam de acordo com uma lei que pretende proteger os interesses do autor (9.610/98). Atualmente, esse regime enfrenta a ação da *pirataria*⁸⁰, a cópia e distribuição de bens culturais sem a permissão explícita do autor. Entende-se, por outro lado, que o avanço de tal prática é reflexo de uma influência crescente que o modelo de abundância e circulação veloz de informação vem exercendo sobre o controle e artificialização da escassez de bens culturais. Além do lugar social do objeto de arte, interessa-nos perguntar sobre quem decide quem é o artista e o que as novas tecnologias estão ajudando a mudar na forma de produção de arte tanto individual como coletiva.

Ao desenvolver a ideia de *fábrica do sensível*, Jacques Rancière assim situa as disputas sobre a constituição do trabalho artístico:

⁸⁰ “A decisão do Desembargados Luiz Felipe Hadad, publicada em 3 de maio de 2010, confere à pirataria a legitimidade social de prática não condenável: “Cidadão denunciado porque tinha em depósito, para fins de venda a terceiros em uma feira, grande quantidade de CDs e DVDs “pirateados”, em violação de direitos autorais; incidindo o Código Penal no artigo 184, §§ 1º e 2º. Sentença absolutória, baseada na insuficiência de provas. Apelação do MP de 1º grau, com respaldo do MP de 2º grau. Respeitosa discordância. Provas coligidas na etapa policial e na instrução que destroem a versão do réu no interrogatório em que tinha tais objetos de imagem e som, ou apenas de som, para utilização pessoal; o que até contraria lógica elementar. No entanto, razão do provimento de piso por outro fundamento. Fato notório de que em todo o Estado do Rio de Janeiro, e talvez em todo o Brasil, CDs e DVDs são vendidos em grandes quantidades, por ambulantes, e por preços módicos; sobretudo, devido ao alto custo para a grande maioria da população. Fato também notório de que pessoas, mesmo de condição social média, média para elevada, e elevada, através da internet, obtêm cópias de filmes e de obras musicais, relegando ao oblívio os ditos direitos de autor. Positivção de que o réu; operário de “lava-jato”; com baixíssima renda, a complementava com tal atividade, por certo ilícita, porém muito menos lesiva à sociedade do que o comércio de drogas ou a investida violenta ao patrimônio alheio. Rigor de o julgador estar atento à sofrida realidade social deste país, a qual assim continua; embora de pouco alterada nos últimos tempos. Tipicidade que existe no sentido próprio, mas que é afastada in casu pela aceitação social da mesma conduta; e que apenas cessará por medidas sólidas, de governantes e legisladores, combatendo pelas reais origens. Possibilidade de o Poder Judiciário atuar praeter lege, em casos como o vertente, evitando que o máximo do direito se converta no máximo da injustiça; assim evitando atitude farisaica. Princípios, na esteira, contidos no Preâmbulo e no corpo da Carta Republicana. Incidência, por analogia, do artigo 386, III, da Lei de Regência. Recurso que se desprovê.” “Violação de Direito Autoral – Aceitação Social da Conduta – Interpretação Praeter Lege – Absolvição”. Acórdão 134050 – TJ-RJ-2010.” Disponível em: <http://www.coad.com.br/comum/force-download.php?file=/usr/home/www-data/dir/pdf/acordaos/2009.050.06600.pdf> Acesso 14/02/2011.

“O primeiro significado possível para a noção de "fábrica do sensível" é a constituição de um mundo sensível comum, uma habitação comum, pelo entrelaçamento de uma pluralidade de atividades humanas. Mas a idéia de "partilha do sensível" implica algo mais. Um mundo "comum" não é nunca simplesmente o *ethos*, a estadia comum, que resulta da sedimentação de um determinado número de atos entrelaçados. É sempre uma distribuição polêmica das maneiras de ser e das "ocupações" num espaço de possíveis. A partir daí é que se pode colocar a questão da relação entre o "ordinário" do trabalho e a "excepcionalidade" artística.” (Rancière 2006: 42)

A “excepcionalidade artística” responde então ao chamado pelo controle do inato, de maneira a legitimá-lo com a máxima condenação do imitador, descrita no terceiro livro da República de Platão. Uma vez desvalorizado por sua dupla atividade, o imitador promove na sociedade organizada o questionamento da versão original, da especialização, que passaria a se expressar como advinda de uma vocação, “por natureza”:

“Ela [a distribuição do sensível] coloca o trabalho como encarceramento do trabalhador no espaço-tempo privado de sua ocupação, sua exclusão da participação ao comum.” (Rancière 2006: 42).

Situado à margem do confronto dessas posições, que polarizam a produção e o consumo de bens culturais, pretendo apresentar o trabalho de anônimos que permite contrastar ao discurso dos pressupostos inatos da autoria a noção de produção coletiva de multidivíduos (Almeida 2009), pessoas expandidas com as novas ferramentas de criação. Com essa expansão, irrompe uma outra relação entre *coletivo e técnica* que questiona a separação hilemórfica⁸¹ entre arte e artefato, entre forma e conteúdo, trabalho e não-trabalho, expondo, assim, uma certa limitação contida no imaginário que projeta a utilidade como valor intrínseco e exclusivo à existência das coisas em relação aos sujeitos, no caso, os humanos.

⁸¹ “O esquema hilemórfico, de origem aristotélica, tem servido de paradigma universal das operações técnicas e inventivas e, por extensão, para se pensar a gênese do real. Apesar de sua aparência de universalidade explicativa, diz Simondon, o hilemorfismo não é senão tecnológico de modo muito restrito, uma vez que tende a objetivar excessivamente a função do ser vivo. O objeto técnico individuado é pensado como tendo uma individualidade com referência à intenção de uso e, unicamente por intermédio dela, à intenção de fabricação. A partir de um caso extremamente simplificado de ação técnica, o hilemorfismo capta os tipos mais do que os indivíduos, os exemplares de um modelo mais do que as realidades na sua singularidade”. (Diaz-Isenrath 2008:150).

A troca recíproca de arquivos utilizando meios técnicos concorre assim com uma outra versão que, ao assumir o caráter não rival e a velocidade de circulação da informação, aproxima a autoria do consumo de riquezas compartilhadas. A propriedade, passando a desempenhar outro papel que não o da fixidez, está a serviço do movimento, do deslocamento⁸². Assim, a existência dos bens culturais pode não se limitar a entrar em comum acordo com o destino das coisas fabricadas para troca, em que o respeito ao funcionamento legal de circulação para consumo particular é desobedecido e posto em evidência por uma ação compartilhada entre milhões de pessoas que não se vêem com razões para evitar a “pirataria”. O surgimento de um volume enorme de batalhas jurídicas em torno de direitos autorais, demonstrando as posições assumidas pelas partes interessadas em um sistema de distribuição e acesso entre redes, ao se limitar a reproduzir uma disputa dentro de um mesmo pressuposto onto e epistemológico, *como indivíduos trocando coisas*, toma o lugar sobre a reflexão de princípios, certos modos de ser que perderam a eficácia com novos funcionamentos e associações entre técnica e cultura e hoje são suplantados por novos modelos, tanto de autoria quanto de acesso à educação e à cultura.

A ampliação das redes na Internet sugere o formato de *anonimato-arquipélago*, em oposição ao *autor-ilhado*, para produção e compartilhamento de informação, relação esta constituída a partir de um valor correlato para o tratamento de outros bens compartilhados na natureza sob a ética da *gratuidade*⁸³. Inventando novo sentido social para a circulação de bens culturais, o fenômeno que nos chama a atenção vem ganhando evidência no espaço deixado pela representação do *self*, de ênfase na propriedade e acúmulo de reconhecimento.

⁸² “La propriété, pour Tarde, loin d'être ce qui fige et qui suspend, est toujours affair de mouvement, de déplacement” (Latour 2003: 3).

⁸³ “No direito romano, aquilo que chamamos hoje de recursos naturais são então gratuitos e sagrados, e gratuitos porque sagrados, excedendo o humano em sua natureza ou em sua dimensão, esse último sendo um simples usuário, um usufrutador e não um proprietário da natureza.” Collectif d'Artistes [2003]. “Inventer la Gratuité”. Trad. Thiago Novaes. In: *Apropriações tecnológicas - emergência de textos, idéias e imagens do submidialogia#3*. Org. BRUNET, Karla [2008]. Edufba, Salvador.

A emergência da abundância na circulação de bens nos leva a refletir sobre a observação de Alain Testart (2001) ao afirmar que a origem de muitas confusões nas descrições etnográficas sobre economia da dádiva está na indistinção das funções que têm os verbos latinos *dare* e *donare*.

O verbo *dare*, lembra-nos o autor, é usado para exprimir qualquer movimentação, qualquer transferência, e pode se aplicar tanto à dádiva quanto a qualquer outro trânsito de bens. Assim, o verbo dar (em francês *donner*) pode ser utilizado para as mais várias formas de transferência, e não serve apenas para falar sobre a circulação de dádivas.

Essa confusão, acredita Testart, desencadeou-se em outros equívocos, já que, não sabendo diferenciar *dare* de *donare*, a antropologia nunca conseguiu definir claramente o que era uma dádiva, e, por isso, tendeu historicamente a superestimar seu papel nas sociedades primitivas.

Ao desconfundir *dare* e *donare*, outra conclusão ganha importância segundo Testart: que a troca é o contrário da dádiva, assim como aquilo que é pago é o oposto daquilo que ganhamos de forma gratuita. Como nos sugere Simmel:

“A gratidão completa a ordem legal. Toda relação humana repousa sobre a dádiva e a contra-dádiva equivalente. O retorno equivalente de inúmeras dádivas e serviços pode, contudo, ser obtido por contrato. Em todas as trocas econômicas que tomam uma forma legal, em todos os acordos estáveis para um serviço, em todas as obrigações e todas as relações legalizadas, a forma legal reforça a reciprocidade dos serviços e garante essa interação sem a qual o equilíbrio social e a coesão não existem. Existem, contudo, inúmeras relações sobre as quais a forma legal não se aplica, e para as quais o contrato para retorno do equivalente da dádiva está fora de questão. Nesse caso, a gratidão completa a interação de serviços recíprocos, que se estabelece mesmo que o retorno dos serviços não esteja garantido por pressão externa. A gratidão, como mostrei para honra, completa a ordem legal.” (Simmel 1992: 51-52).

Assim, conclui o autor, mesmo considerando a eficiência da circulação de dádivas na produção de alianças, não existe equilíbrio nesse sistema, especialmente se entendemos sua produção como potência que se atualiza, e não uma dívida que pode nunca acabar.

“O que chamamos habitualmente de gratidão, e o sentimento que lhe deu nome estão muito além da forma comum de agradecimento por uma dádiva. Poderíamos mesmo dizer que nesse caso a gratidão não consiste em um retorno

de uma dádiva, mas dentro da consciência de que uma dádiva não pode ser retribuída, que alguma coisa situa o destinatário em uma posição durável de respeito diante do doador e lhe faz tomar consciência do caráter infinito da relação que não pode ser nem rompida nem concretizada pela retribuição de uma dádiva nem por uma outra ação”. (Simmel 1992: 56).

Acompanhando o debate sobre os direitos autorais, nota-se o crescente número de infrações que supostamente os novos serviços de busca e compartilhamento de arquivos digitais entre computadores conectados facilitavam as pessoas a cometerem⁸⁴. Observa-se então a tentativa de defesa de um regime de circulação, que privilegia uma minoria, a partir do qual se impõe um conjunto de restrições de acesso e possibilidades de recombinação de obras que tem como base a junção entre autoria e propriedade sobre os bens que circulam. Hoje, tal sistema nos parece descompassado em relação ao ritmo de aprendizado e consumo de novas tecnologias que organizam, a cada dia, novas redes sociais as mais diversas e operam mesmo no seio da transformação ciborgue. Se preocupa às instituições econômico-jurídicas o estatuto da troca que envolve trabalho e propriedade imaterial de maneira a manter o equilíbrio entre o interesse privado do criador e o acesso público, retorno inevitável, da cultura ao comum da cultura, a autoria e a responsabilidade sobre a circulação de bens intangíveis convivem hoje em distintos modelos de circulação e relação humano-máquina que não os fundados na separação entre natureza e cultura, indivíduo e sociedade, doador e receptor⁸⁵.

“Hoje em dia, a riqueza de uma empresa reside cada vez mais na captação de externalidades. Qualquer externalidade se torna portadora de elementos internos à produção capitalista. Inversamente, a produção se torna inimaginável no

⁸⁴ “O fluxo de mercadorias resulta do acordo que oscila entre rotas socialmente reguladas e desvios competitivamente motivados” (Appadurai 2008: 31).

⁸⁵ “Individual Napster consumers evaluate single transactions in the context of multiplicity. First, a gift is always a perfect copy of an mp3 file stored on the donor’s hard drive. Second, a donor is usually recipient and a recipient is usually donor at the same time but not to each other. Third, it is the recipient and not the donor who initiates a gift transaction. Fourth, donor and recipient are anonymous and gift exchange is usually not reciprocal. Therefore and with respect to the fact that negotiation of equivalent or formal return is absent, Napster’s gifting economy is parasitic because consumers assume the role of host, troublemaker and parasite at the same time.” (Giesler & Pohlmann 2003)

interior da usina, ou no interior de um grande serviço público ou privado. Na economia clássica, a exploração de externalidades é parasitária. A exploração da cooperação social é qualquer coisa de exterior aos processos econômicos propriamente ditos. Por conseguinte, a exploração direta e a valorização direta terminam na bolsa de valores e produzem a “financerização”. Tudo isso é parasitário. Porém, na para a atual compreensão, o parasitismo se tornou, na verdade, a regra, a substância mesma do valor”. (Negri :570).

Tomaremos como referência a produção que revisitou o debate sobre economia da dívida e economia mercantil (Rus 2008) para problematizarmos alguns dos pressupostos que afirmam a troca de dívidas na Internet⁸⁶, contrastando-a com a noção de bem comum.

O fluxo mais veloz de circulação de dívidas na Internet estabelece, em nosso entender, uma importante distinção: o compartilhamento de arquivos de computador não carrega necessariamente a forma da troca!

Nesse sentido, queremos discutir se a troca da dívida não caracterizaria a criação de relações entre pessoas (opondo-se às relações entre coisas mercantilizáveis), mas, ainda fundada na reciprocidade, significaria, antes, a valorização do ato gratuito contribuinte de um repositório comum, de bens comuns. A reciprocidade, implicando em uma memória de dados alimentada pelo trabalho coletivo, não se reconhece no pagamento de uma dívida, ou se limita a responder a uma demanda social troquista, mas, ao contrário, pretende atacar o ponto de partida de todo esse sistema, que é o *equilíbrio* (Villela 2001:206).

A circulação de informação, mais que o armazenamento, comporta sem problemas a existência de parasitas nesse sistema, sobretudo porque se atualiza constantemente e trabalha com a abundância. A técnica, outrora restituidora de uma certa natureza, hiperconecta agora os corpos e possibilita projetos de criação de obras comuns, para livre acesso, recombinação e distribuição. Assim, gostaríamos de contribuir no entendimento que quer desatrelar “*o problema do*

⁸⁶ “...sharing knowledge in the scientific community (Bergquist and Jan Ljungberg 2001), free sharing of files and information on the internet, etc. Apparently, the market economy contains a rather significant amount of transactions that are based on the principle of reciprocity and strongly resemble that of the giteconomy.” (Rus 2008: 84)

conhecimento da criação de valor econômico e pensar de outro modo a invenção técnica” (Díaz-Isenrath 2008: 188), onde a antropologia ciborgue se vê desafiada a produzir, com ferramentas comuns, a antropologia social dos objetos técnicos.

2.1 Da Dádiva à Dívida – O Homem Endividado

Em dezembro de 2011 foi publicado, na França, o livro *La Fabrique de l'homme endetté (A Fábrica do homem endividado)*, escrito por Maurizio Lazzarato. Em uma entrevista - disponível na Internet⁸⁷, o autor discorre sobre os principais mecanismos de interiorização de um comportamento social regido pela dívida. Entre os agentes que promovem essa fabricação, destaca que a dívida não constitui (apenas) um problema econômico, mas resulta mesmo em um estado subjetivo: “a dívida é um projeto político do neoliberalismo”.

Mas no que consiste esse projeto político?

A dívida promove uma relação de poder bastante específica entre credor e devedor, diz Lazzarato, levando ao condicionamento das pessoas em torno de uma moral específica. Se a moral do trabalho nos parece familiar a partir do par responsabilidade-falta (em alemão “dívida” e “falta” se exprimem com a mesma palavra: *Fahler*) a dívida, e sua produção subjetiva, visa algo mais: ela é responsável por criar um indivíduo capaz de prometer.

A capacidade de prometer, que projeta a possibilidade de reembolso, funciona, na verdade, como um mecanismo extremamente eficiente de transferência de riqueza, encobrindo as causas da atual crise econômica. Perdura assim uma espécie de trocadilho, que tem como objetivo principal zelar pela manutenção do modelo de lucro e propriedade que (des) organiza cada vez mais as sociedades pós-industriais.

⁸⁷ Entretien avec Maurizio Lazzarato, par Antoine Mercier, France Culture, 22/12/2011. Disponível em: http://www.cip-idf.org/article.php3?id_article=5938 Acesso 08/01/2012.

Assim, a dívida privada consegue se converter em dívida pública, e algo de muito grave se coloca às coletividades que produzem: diante desta realidade, não se trata mais de planejar e pagar as próprias contas, mas de se preparar para enfrentar a chegada da “dívida infinita, da dívida que não pode ser paga”. Diante desse evidente impasse, apenas um processo de auto-disciplinamento do sujeito é capaz de regular o funcionamento social desta “produção de riqueza futura”. A própria maneira de viver é moldada à maneira de viver com a dívida.

A situação dos jovens acadêmicos dos EUA é iluminadora sobre o processo de constituição dessa disciplina subjetiva da dívida. Antes mesmo de entrar na máquina de trabalho, o jovem estudante já assume o compromisso de pagar por seus estudos, comprometendo seu futuro como um grande investimento presente. Surge a riqueza futura, complemento essencial do funcionamento do tempo da dívida. O sujeito está mobilizado em realizar um investimento que envolve não só o seu futuro, mas o futuro coletivo dos endividados.

Filosoficamente, Lazzarato recorre a Karl Marx, que escreveu em 1844: “*o homem que se endivida deve simular e mentir*”. O crédito, cuja base é a confiança, funciona restringindo e modelando comportamentos: como se consegue crédito? Permitindo que as instituições que oferecem dinheiro emprestado decidam, pelo estilo de vida, se a pessoa merece e quanto merece ter de crédito mercado...

Em um texto seu pouco conhecido, retomado pelo entrevistador, Lazzarato afirma: “*a dívida provoca uma alienação que diz respeito à existência moral, social, à intimidade mesma do coração humano, ela é a suprema desconfiança, é a alienação total*”. É a construção si mesmo que está em evidência com o plano político da dívida, resultando hoje em um movimento de bloqueio que não permite utilizar as tantas possibilidades que o dinheiro oferece porque, afinal, a regra social reinante é: permaneça endividado.

Se a partir de “O Homem Endividado” o papel da dívida ganha destaque na modelação

subjetiva dos cidadãos que vivem sob um regime de economia cada vez mais globalizada, gostaria de tentar tecer algumas linhas de debate teórico sobre um possível contraste entre a economia da dádiva e a chamada gratuidade na Internet. A abordagem tomará como material empírico as redes de troca de arquivos de arquivos que prescindem de autorização dos titulares de direito de propriedade intelectual para promoverem (seu) acesso à educação e à cultura, fazendo circular esses bens na Internet entre redes de produção de pares, e por meio da “pirataria”.

O termo “pirataria” mereceria em si mesmo uma dissertação a parte. Na verdade, uma grande confusão paira sobre o termo pirataria, querendo dizer em geral sobre uma apropriação, sem autorização, de um bem cultural sem pagamento de direito autoral, como no caso da Internet, sendo nomeadora também da venda de produtos falsificados por camelôs, nas ruas. Embora neste último caso haja uma motivação financeira envolvida na disponibilização do produto, pretendo mostrar como a limitação econômica que orienta o entendimento sobre a circulação de bens culturais está mais voltada para explicar o antigo sistema de circulação de produtos escassos, tendo pouco a contribuir com a compreensão do fluxo intenso e incomensurável de arquivos de computador dispostos em nuvens de informação na Internet. A pirataria que acontece nas ruas tem uma natureza totalmente distinta da que ocorre virtualmente, que pode mesmo chegar a mobilizar *redes generalizadas*.

Considerando a existência de uma dialética entre “*concentração em novas árvores informacionais e dispersão em rizomas-rede*”, o antropólogo Mauro Almeida apresenta quatro conseqüências subversivas com a emergência das redes generalizadas na Internet:

“[u]ma delas é a erosão do direito de propriedade intelectual individual”; a segunda que “[r]edes corporificam inteligência coletiva, ou melhor, coletivos inteligentes” a terceira: “[o]s agentes-rede incluem multidivíduos humanos, assim como máquinas, animais, paisagens. Incluem agentes mortos e por nascer; presentes e ausentes; as redes criam avatares para todos!” e “[u]m quarto efeito subversivo: redes multiplicam as ontologias” (Almeida 2009:8).

2.2 Produssumo e o Anti-Commons

Nos últimos anos, o debate sobre licenciamento de propriedade intelectual de produtos que circulam na Internet vem ganhando força, e pode ser resumido basicamente em três abordagens: a primeira enfatiza os direitos de autor tal como arregimentados pelo *copyright*, que assegura todos os direitos reservados da obra a quem a produz; uma segunda, e oposta, pode ser depreendida do movimento *copyleft*, que se vale do *copyright* para manter as condições defendidas pelo modelo de licenciamento do *software livre*, com sua Licença Pública Geral (GPL), que exige das obras derivadas dos bens licenciados sob GPL a manutenção das liberdades permitidas na obra original, funcionando como um mecanismo contaminador de uma política de desenvolvimento tecnológico compartilhado⁸⁸; e por fim, a posição das licenças de propriedade intelectual do Creative Commons (CC), que flexibilizam a propriedade intelectual no sentido de atribuírem aos autores a decisão sobre os usos permitidos às obras que criaram, oscilando entre liberdades totais e parciais para venda e criação de obras derivadas.

Agruparemos, para efeito comparativo, as possibilidades alternativas ao licenciamento em *copyright* como expressão do movimento em defesa do licenciamento aberto, e tentaremos descrever as diferenças internas que promovem distintas apropriações políticas com seu uso. Como nos informa advogado indiano especialista em propriedade intelectual, Lawrence Liang:

“As licenças abertas, longe de ignorarem os direitos do autor, insistem em procedimentos estritos para que esses direitos autorais sejam respeitados” (Liang 2004: 48).

Existem hoje muitos tipos de licença de propriedade intelectual que se apresentam como alternativa para o *copyright*, que seria o tipo mais restritivo de acesso à produção autoral. Além de

⁸⁸ “A condição fundamental é que qualquer pessoa que use *software livre* para criar uma *obra derivada*, ou uma adaptação do *software* deve assegurar que esse *software* também seja licenciado nos mesmos termos e condições, nomeadamente sob a GNU/GPL.” (Liang 2004: 30)

definirem diferentes possibilidades de uso de suas obras, as licenças flexíveis têm sua própria política e maneiras nada ingênuas de exercê-la face ao poder de captura do capital. Hoje existem até mesmo pequenos guias que definem as principais políticas e garantias que as licenças de conteúdo aberto proporcionam.

Dentre as licenças mais conhecidas no movimento do conhecimento livre, exploraremos a diferença entre do licenciamento em CC e em GPL e, com isso, tentar desenhar o horizonte da prática de compartilhamento de informação apropriado por *anonimozgratuitos*.

Para Michel Bauwens, a diferença entre as licenças CC e a GPL pode ser observada nas duas diferentes formas de compartilhar e pensar a autoria junto aos projetos que se propõem ao uso de licenças abertas. Ele argumenta que existem muitos casos em que a necessidade individual de compartilhamento criativo e expressivo é básica, e que o “commons” é um produto do processo criativo individual. Nesse caso, a abordagem do CC seria coerente, pois se fundaria em um fortalecimento da posição de soberania do individual, permitindo a este uma lista de escolhas, entre as quais várias não conduzem à criação de um “commons” que ele considera realmente forte.

Porém, como alternativa a esse tipo de construção, existem outros projetos nos quais, conscientemente, o individual também participa em um projeto comum, como no desenvolvimento de *software* GNU/Linux ou na escrita de um artigo na Wikipedia, onde a contribuição, mesmo que corresponda a uma necessidade individual, é claramente voltada para a construção e fortalecimento do comum.

É por isso que, afirma Jo Ito, as pessoas esclarecidas de Hollywood conhecem, gostam e usam as licenças flexíveis do CC. Porque começaram a compreender a possibilidade de retorno comercial com o uso das licenças do CC, seja para dar visibilidade a artistas menos conhecidos, ou mesmo para promover outros já celebrados. O compartilhamento, com o CC, tem um forte sentido mercantil.

A Internet, ao contrário, uma vez valorizada por conta de seu protocolo TCP/IP, descentralizado e aberto, impulsiona o trânsito abundante, cotidiano e gratuito, que pode ser expresso com mais propriedade, segundo sugerimos, com o sentido de verbo dar, sinônimo no português do passar (“*me passe aqueles arquivos*”). Trata-se de desconfundir teoricamente este verbo, que engendra em uma prática específica, de outro, cujo sentido é realizar uma doação (“*me doe aqueles filmes*”). Embora haja presentes e momentos de oferecê-los na forma digital, importa distinguir os momentos em que a circulação de bens pertence ao mundo do reconhecimento e, talvez, da retribuição e equilíbrio, distinguindo-os do trabalho cotidiano de *anonimoze gratuitos*.

Muitas vezes se argumenta que as redes de compartilhamento de arquivos fazem circular bens culturais sem se darem conta da necessidade de remunerar de seus criadores, os artistas. Acreditam que, se distribuída gratuitamente, a arte desses produtores se tornará cada vez mais escassa, e os mesmos se sentirão desestimulados a continuar a produzir sem o devido reconhecimento de sua obra, que é o resultado de seu trabalho, deixando por fim os fãs sem nada para apreciarem... A polêmica poderia se estender à política de publicação em *blogs* que, comparados à imprensa oficial, mais circulam e republicam informação do que propriamente investigam e dão “furos”, enfatizando-se assim os custos de produção da boa informação. Sob esse raciocínio se pergunta: o que se irá comentar nos *blogs* se a indústria da publicidade colapsar?

Há muitas razões para acreditarmos que músicos continuarão a produzir e jornalistas continuarão a investigar mesmo quando, e especialmente, os usuários participarem, recirculararem e comentarem os trabalhos uns dos outros. Nesses casos, importa que o valor da comunidade, a maneira com a qual as pessoas se envolvem em torno do trabalho colaborativo de um *site*, mobiliza-as, permitindo sua participação e significação coletiva de sua produção.

Qual seria, então, a diferença entre o acesso aberto e o acesso gratuito?

De acordo com Catriona J. MacCallum:

“O verdadeiro significado de acesso aberto (*open access*) não pode ser confundido com acesso gratuito (*free access*). Com o acesso aberto, as pessoas pretendem permitir irrestritos usos para obras derivadas; já com o acesso gratuito isso não acontece”⁸⁹.

A força da publicação aberta não está em permitir que as pessoas possam fazer *download*, continua MacCallum, e terem acesso pessoal à informação. A vantagem está em poder redistribuir e fazer obras derivadas da obra original. Assim, entre as licenças de propriedade intelectual elaboradas pelo CC, a mais liberal é a que permite reusos com obras derivadas, desde que o autor original seja referido como tal na obra derivada. Apenas esse tipo de licença CC⁹⁰, no entanto, pode ser considerada em sintonia com o acesso aberto, que doravante distinguimos do acesso gratuito.

Em um artigo com o título "O movimento Creative Commons como assimilacionismo capitalista"⁹¹, a primeira constatação que nos é ofertada afirma: “*hoje a luta contra a propriedade intelectual está sendo liderada por advogados, professores e membros do governo*”. As máximas que orientavam o movimento não são mais que “*o autor é uma ficção e que a propriedade é um roubo*”, como para Barthes e Proudhoun respectivamente, mas que a lei de propriedade intelectual precisa ser reformada porque agora se infringem massivamente os direitos dos criadores. O problema é que o produtor-controlador tem por objetivo criar uma cultura da leitura, destruindo a vitalidade e o potencial diverso da produção criativa. É a promoção dos interesses de uns poucos privilegiados "produtores" em detrimento de todo o resto do mundo. O *commons* nega o produtor-controlador e insiste na liberdade dos consumidores. O "free" na cultura livre refere-se à liberdade dos consumidores de usar o estoque cultural comum e não ao Estado-opressor que trabalha para a

⁸⁹ <http://biology.plosjournals.org/perlserv/request=getdocument&doi=10.1371/journal.pbio.0050285>
Acesso 08/01/2012.

⁹⁰ <http://creativecommons.org/licenses/> Acesso 08/01/2012.

⁹¹ <http://multitudes.samizdat.net/Copyright-Copyleft-and-the.html> Acesso 09/01/2012.

liberdade dos produtores em controlar o uso de "seu" trabalho. Em princípio, a noção de *commons* cultural revoga a distinção entre produtores e consumidores, vendo-os como atores iguais em um processo contínuo. Eis o sentido que propomos para o uso do termo *produssumo*⁹².

A proposta do licenciamento do Creative Commons é clara: o CC existe para ajudar "você", o produtor, a manter o controle sobre o "seu" trabalho. Você está convidado a escolher entre uma série de restrições que você deseja aplicar ao "seu" trabalho, tal como a proibição de copiar, a de realizar trabalhos derivados, ou proibindo o uso comercial. Supõe-se que, como tudo que associa a ideia de autor a de produtor, aquilo que você faz é sua propriedade. O direito de consumir não é mencionado, tampouco a distinção entre produtores e consumidores de cultura posta em disputa. A missão das licenças do Creative Commons é permitir aos produtores a "liberdade" para escolherem o nível de restrições que deve assumir a publicação de seu trabalho, o que contradiz as condições reais de qualquer base comum de produção. O CC é uma versão mais elaborada de direitos autorais que funciona na verdade como um *anti-commons*, que vende uma lógica capitalista de privatização sob um nome deliberadamente enganoso. Sua finalidade é ajudar os proprietários de propriedade intelectual a tirarem benefício do ritmo rápido de troca de informações, e não a liberarem informações para circulação e recombinação veloz. O CC é um tipo de "trocadilho" que não põe em jogo o "direito" à propriedade privada, mas tenta avançar em um campo de onde não se alteram pressupostos nem de produção de riqueza, nem de consumo. O efeito real das licenças CC é esterilizar o potencial da contestação política e conceitual da colaboração em rede ao âmbito das formas de produção que interessam não só às grandes empresas capazes de alcançar grandes mercados emergentes, bem como manter uma divisão social das sensibilidades de maneira a manter hierarquias e desigualdades da distribuição de mérito. O

⁹² "O termo *Produssumo* foi escrito pela primeira vez na revista "O Cruzeiro", de 1969, e é fruto da investigação de Décio Pignatari sobre a arte (porém não só dela) naquele final de década." Disponível em: <http://www.descentro.org/produssumo> Acesso 08/01/2011.

CC promove uma nova forma de “jabaculé”, mais discreta e eficiente, tentando se adequar ao ritmo veloz das redes de compartilhamento.

Mesmo despotencializando a contestação, o CC se apresenta como radical, como a vanguarda da batalha contra a propriedade intelectual. O CC se tornou uma espécie de marca obrigatória sobre o padrão não-comercial de licenciamento e uma bandeira de luta entre artistas e intelectuais que se consideram geralmente à esquerda e contra o regime de propriedade intelectual. A etiqueta CC é moralmente invocada em inúmeros *sites*, *blogs*, discursos, ensaios, obras de arte e peças de música como se constituísse a condição necessária e suficiente para a revolução oriunda de uma verdadeira "cultura livre". O Creative Commons é, na verdade, alvo de um movimento maior chamado *copyfight*, que é definido como uma luta contra as entidades e pessoas que visam manter a propriedade intelectual atrelada ao seu valor de mercado e tentam evitar que o modelo de *produção-ilhada*, que prima pela autoria individual e proprietária, perca espaço para a *produção-arquipélago*, que revisa boa parte dos pressupostos de construção da autoria individual da pessoa, separada da tecnologia, para pensá-la como um imbricamento em permanente e potente atualização, tal como nos convidam *anonimozgratuitos*.

2.3 Anonimozgratuitos e Os Bens Comuns

Considerados bens que não possuem dono, mas dos quais todos necessitam, assim se caracterizam os bens comuns, que funcionam mais ou menos como a luz do sol e pertencem a uma forma abundante e partilhável infinitamente. Queremos enunciar, então, alguns dos pressupostos desprezados na forma ontológica da mercadoria, identificando os meios que produzem uma espécie de *feitiço da geração de mercadoria por meio da mercadoria* para buscarmos dar conta da situação de circulação em um regime de produção e consumo abundantes.

Quando a produção de bens culturais ganha uma dinâmica mercadológica, esta vem acompanhada da necessidade de reconhecimento sobre o trabalho do produtor inserido no sistema de trocas mercantis. O entendimento sobre o mundo girando em torno de trocas nos trouxe as ideias de prolongamento, extensão para pensarmos a noção de pessoa em relação aos objetos que produzia ou cultuava. Entretanto, gostaríamos de valorizar uma produção que desvia o olhar sobre o indivíduo criador, e suas inspirações e extensões, para examinar com maior minúcia a coisa criada e as possibilidades (in)esperadas que surgiram da concretização daquele trabalho. Afinal, qual o melhor caminho para enxergar a multiplicidade de relações que compõe a descrição da *vida social das coisas* (Appadurai 1986) que cada pessoa faz circular?

O método de desvio proposto considera a conversão da invenção científica em realidade universal e aponta para conceitos que visam à construção de um *ontologia social* (Latour 2008: 7) onde a propriedade do bem cultural na forma de arquivo digital sugere um permanente estado de manipulação, para edição coletiva e publicação aberta.

Assim, a autoria implica decerto muito mais que um modo de organização do sistema liberal do trabalho criativo. Assumindo o indivíduo e a propriedade enquanto unidades operacionais, o *self* pertence a um modo de conceber o artificial e o inato a partir do controle sobre a natureza, supondo uma força específica que acredita ter alcance sobre a perpetuação da própria noção de tempo⁹³.

Uma vez que a lei autoral toma por dado certas relações de produção com meios de distribuição que se encontram em decadência, enfrentando uma *economia política dos bens intangíveis* sem intermediários e extremamente vigorosa, nosso esforço se volta para o entendimento de fenômenos coletivos de transformação potencial do papel da informação, tal como sugere o compartilhamento de arquivos entre redes distribuídas na Internet.

⁹³ Ver o capítulo IV de *A Invenção da Cultura* de Roy Wagner, onde o autor relaciona a construção da pessoa ocidental e a ideia de controle sobre a natureza como determinantes na concepção e projeção da noção cultural de tempo. (Wagner 2010: 126)

Recorremos então à antropologia social e à filosofia da técnica para pensar os conflitos gerados com o advento de dispositivos técnicos que inovam sobre os procedimentos da autoria, trazendo à tona o autor comum, coletivo, que implica teoricamente na desconstrução de uma noção de pessoa bastante específica que passa a enfrentar novos modelos de produção e troca de conhecimento típicos de uma economia da abundância, e não da escassez.

Desconstruindo o indivíduo proprietário das ideias, a imagem em crise é a do gênio criador, chegado de seu último encontro com o invento inato, representação contra a qual se disponibiliza, para criação de obras derivadas, um tipo de acesso no formato de múltiplo-usuário, como oferecido por várias ferramentas *online* de inteligência coletiva.

A pesquisa assume como campo de observação algumas redes organizadas que trabalham na produção de ferramentas de publicação aberta, manutenção de acervo e serviços de comunicação e autoria coletivos, e pretende contribuir para uma *etnografia dos objetos técnicos*, descrevendo as utilidades, escolhas e funções envolvidas na construção de tecnologias.

Ao buscarmos tomar ciência sobre a vida social dos *torrents*, espero ter mobilizado um conjunto de relações que nos levassem aos imaginários engajados nos projetos de compartilhamento de arquivos multimídia, que demandam um aumento da capacidade e melhoria no desempenho técnico da Internet para gerar um sistema capaz de suportar, de maneira mais inteligente, um regime transfronteiriço de troca de arquivos.

A concretização de objetos técnicos contém uma enorme expectativa sobre sua eficiência referenciada na qualidade do exercício das funcionalidades previstas, pressupondo relações que serão disparadas desde autômatos, conjuntos de elementos técnicos arranjados para executar uma função.

Tomando as *redes p2p* como campo empírico de pesquisa, podemos afirmar que elas funcionam através de dispositivos técnicos de comunicação que são hoje utilizados entre grupos e

pessoas que realizam intensa atividade de compartilhamento na rede mundial de computadores. Mesmo valendo-se de ferramentas de trabalho distribuídas, essas redes promovem a ocupação de grande parte de todo o trânsito de dados realizado na Internet. Essas novas formas de organização vêm inspirando a proliferação de plataformas de inteligência coletiva onde não se identifica a produção intelectual original de um único *self*⁹⁴. A extensão do trabalho de uma pessoa se multiplica em várias mãos e mentes, e todo o histórico de construção do conhecimento fica disponível para retrazar a argumentação e o contexto, gerando uma documentação que caracteriza o repositório comum de retroalimentação da colaboração entre *anonimoze gratuitos*.

Os bens móveis tão evidenciados no equilíbrio dos interesses entre autor e sociedade, ao localizarem um pólo produtor e outro consumidor, um credor e um devedor, sugerem uma confusão entre a motivação da dádiva e a reciprocidade que encerra um pagamento, onde se destaca a presença de um custo a ser pago. Tentando contribuir com os estudos de economia geral, dotados de outro pressuposto epistemológico para a troca, perguntamos sobre a forma de consumo tomada por bens culturais distribuídos entre redes, e que relações de despesa envolvem a produção autoral.

Visando combater o primado canônico da autoria, que criou a forma proprietária onde *todos os direitos sobre a circulação das obras estão reservados*, conceberam-se alternativas ao principal obstáculo para circulação de informação digital, o *copyright*, de onde surgiram diferenciadas políticas de licenciamento flexível de propriedade intelectual que viabilizaram uma forma legal de consumir e compartilhar obras digitais.

⁹⁴ “The MUD (Multiple User Domains) technology in cyberspace undermines the notion of Self, or the self-identity of the perceiving subject: the standard motif of 'postmodern' writers on cyberspace, from Stone to Turkle, is that cyberspace phenomena like MUD render the deconstructionist 'decentred subject' palpable in our everyday experience. The lesson is that one should endorse this 'dissemination' of the unique Self into a multiplicity of competing agents, into a 'collective mind', a plurality of self-images without a global coordinating centre, and disconnect it from pathological trauma: playing in Virtual Spaces enables me to discover new aspects of 'me', a wealth of shifting identities, of masks without a 'real' person behind them, and thus to experience the ideological mechanism of the production of Self, the immanent violence and arbitrariness of this production/construction.” (Zizek 1997: 8)

Para além da disputa direta entre detentores de direitos autorais e os consumidores de bens culturais de todas as idades e localidades conectados à Internet, o conflito ontológico que tomamos para investigação se dá à evidência das diferenças propostas em certos modos de conceber o *trabalho vivo, a inovação e a construção de conhecimento colaborativo*, tornados *eficazes* entre redes distribuídas, mas que enfrentam a tentativa de enquadramento de algumas suas práticas sociais em leis que criminalizam atividades cotidianas nas sociedades informatizadas.

Considerando a especificidade técnica envolvida no compartilhamento de arquivos entre computadores, onde não há perda de acervo, dada a possibilidade de composição de cópias integrais a partir de arquivos distribuídos, sem perda de qualidade, sugerimos, na abertura para incremento a partir da busca dentro do que dispõe a *comunidade-arquipélago*, um potencial técnico capaz localizar múltiplos pontos de acesso disponíveis onde havia apenas um ponto de partida e outro de chegada, dando nova forma à noção de rotas de troca.

Somamos nossa pesquisa às análises em que objetos econômicos circulam em diferentes *regimes de valor* entre meios culturais específicos (Appadurai 1986: 4), contribuindo para o entendimento dos embates emergidos em torno da circulação de bens intangíveis movido por um tipo de “desobediência” difícil de conter em um contexto sócio-técnico que permite o funcionamento de tecnologias abertas de compartilhamento de arquivos. Uma vez convertidos em arquivos digitais, os bens armazenados podem ser facilmente disponibilizados para cópia e distribuídos entre redes na Internet.

Segundo Appadurai, a visão de Simmel sobre a filosofia do dinheiro constituía um passo importante no sentido da descrição da *sociogenesis* da troca, onde se constróem as relações de valor, e não o inverso (Appadurai 1986: 56). Ao invés de tomar os fatos sociais por seu resultado, intentamos recompor as trilhas que alguns rastros sociais nos indicaram na realização da circulação de bens intangíveis entre redes distribuídas na Internet. A gratidão e a fidelidade se

somam às forças que combatem a utilização da vida e da linguagem para praticar cálculos de troca (em nome de relações sociais), atuando muito além da produção e consumo de informação, e são chamadas ao pensamento sobre a economia generalizada para compor com outras relações, não imediatas ou reconhecíveis, a noção de gratuidade.

Trata-se de pensar a pessoa em um contexto de relação intensa com tecnologias, ora mediando ora expandindo o humano (Zizek 1997), em quem os fenômenos aqui evidenciados promovem duas diferentes concepções: a separação entre coisas e pessoas a partir da naturalização da apropriação da produção por um *self* inato e acabado⁹⁵ em disputa com a criação de futuros imaginários e bens comuns em uma civilização tecnológica movida por *anonimozegratuitos* na Internet.

⁹⁵ “Strathern afirma que, conforme se pretende nas linguagens internacionais dos direitos de propriedade intelectual, a separação entre coisas e pessoas se torna uma precondição necessária para a implementação dessas prerrogativas, ao menos na medida em que os atributos são considerados como estando já dados, à espera de descoberta ou utilização. O que é atribuído à coisa em questão (desenho, invenção, recurso) orientará divisões entre pessoas (autores ou detentores dos recursos contra o resto do mundo). No caso das patentes, as reivindicações de propriedade dependem da possibilidade de mostrar qual porção da natureza ou que parte de uma ferramenta ou aplicação já existente foi modificada pela tecnologia ou pela nova invenção. Esses direitos, diferentemente de outras formas de propriedade, se fundamentam na evidência dada pelo próprio artefato. Como observa Strathern, há um sentido no qual os chamados direitos de propriedade intelectual dizem respeito a relações e divisões entre pessoas através das coisas e não somente a relações entre pessoas e coisas. Isso porque a reivindicação é feita especificamente sobre a natureza da atividade intelectual incorporada às coisas. Os direitos de propriedade intelectual são unicamente aplicáveis a artefatos, produções humanas, que já foram divididos em componentes, sendo a parte que indica o potencial comercial do conhecimento vista como uma entre as várias partes componentes de um todo”. (Diaz-Isenrath 2008: 155).

3. A transformação da informação anônima e gratuita em pessoa

Em seu livro *After Nature*, Marilyn Strathern nos informa que a construção do parentesco como um domínio específico na disciplina antropológica se deu em uma época específica, ganhando rendimento a partir de sua capacidade de descrição da produção cultural e tornando inteligíveis os modos de coletivização da vida em sociedade. O parentesco foi então desenvolvido sobretudo pela antropologia britânica, entre 1910 e 1960, sendo compreendido como “*o que todas as pessoas fizeram em toda parte com os fatos da natureza humana*” (Strathern 1992: 45-46).

A construção do parentesco se deu sobre a ideia de que os fatos da natureza são universais, enquanto as ideias sobre parentesco variavam (Strathern 1992: 3). Assim, buscando tornar explícito o modo de construção do próprio conhecimento, Strathern nos convida a pensar a noção de “fato da natureza” para definir o sentimento que experimentamos no momento atual, da busca de um acontecimento que marque um começo ou uma referência sobre a qual se definirá o pós-evento (Strathern 1992: 7).

Embora as tecnologias de reprodução assistida – TRA venham questionando a eficácia dessa forma de construção do parentesco, diz Strathern, continuamos agindo sobre a natureza, mesmo com as mudanças ocorridas na atividade simbólica e com a transformação da relação entre humanos e sociedade⁹⁶.

Assumido como uma “identidade primordial” de “relações inevitáveis”, o parentesco foi então apreendido pelos antropólogos como uma “construção simbólica ocorrida depois dos fatos naturais”, sendo descrito como um “microcosmo da relação entre natureza, sociedade e símbolo” (Strathern 1992: 198).

⁹⁶ “We are still After Nature: still act with nature in mind. But I have suggested that the concept that grounded our views of individual consciousness and symbolic activity on the one hand and a relational view of human enterprise and society on the other has been transformed.” (Strathern 1992: 197)

Com o uso das TRA, a seleção natural parece ser reinventada como possibilidade de escolha, habilitando-nos a talvez pensar a chegada do momento em que, a partir dos “replicantes”, que não precisam de base biológica para existirem, levam-nos a imaginar um futuro onde não construiremos o parentesco tendo como base a reprodução humana.

Trata-se de uma “implosão” que sugere uma outra ontologia do social, a partir da emergência do híbrido na construção do parentesco, onde “os atores que o constituem não são apenas humanos”⁹⁷.

O presente capítulo pretende desenvolver algumas evidências dessa “implosão”, para então caracterizar a constituição da pessoa a partir de doação de sêmen anônimo valendo-se do uso de patrimônio genético congelado, que pode ser adquirido para concepção de bebês utilizando as Técnicas de Reprodução Assistida – TRA.

O nascimento de filhos com parcial reconhecimento sobre a autoria genética, como é o caso das experiências com óvulos e sêmen anônimos, situa um conflito partilhado em vários países, em que a prefiguração do bebê, viabilizada pela condição econômica de realizá-la, é criticada pelo ponto de vista que defende o respeito ao direito da criança em saber sua origem genética⁹⁸. Buscando compreender os papéis envolvidos na fabricação de filhos⁹⁹, propomos destaque para a função da técnica que permite alterar do modo de conceber a autoria “natural” sobre o humano, assumindo como problema a mediação da racionalidade médica que busca dar soluções para os anseios de mulheres que querem ter filhos.

⁹⁷ ““Implosion” does not imply that technoscience is “socially constructed”, as the “social” were ontologically real and separate. “Implosion” is a claim for heterogeneous and continual construction through historically located practice, where the actors are not all human”. (Haraway 1997: 68).

⁹⁸ Para uma comparação entre os caminhos sociais percorridos para a adoção de filhos enquanto recurso secundário em relação à possibilidade de uso da reprodução assistida, ver Ramírez-Gálvez 2003, 2009.

⁹⁹ “Os tratamentos disponíveis para remediar a fertilidade bloqueada (*impaired*) tornam explícita a concepção cultural compartilhada de que as pessoas desejam crianças “por conta própria” (*of their own*)” (Strathern 1992b: 20).

Conforme nos afirma Marilyn Strathern:

“Durante o século XX natureza começou a significar cada vez mais biologia (Ingold 1986), fazendo com que a ideia de parentesco natural também se biologizasse. O que passa a contar como natural adquiriu significados específicos. E um dos desafios que essas novas tecnologias reprodutivas carregam é como elas afetarão esses significados no futuro.”¹⁰⁰

A pesquisa não considera, então, a principal justificativa médica para o uso das TRA, a saber, o combate à infertilidade, tomada como imenso transtorno para as pessoas que desejam ter filhos. Ao contrário, interessa-nos o debate que se volta para análise sobre os valores que compõem e legitimam as pessoas a hoje utilizarem-se das TRA para a *fabricação de filhos*, em uma relação de intensa mediação técnica.

Ao nos voltarmos para o parentesco que combina a experiência de gestação da mãe e o uso de patrimônio genético adquirido gratuita e anonimamente em laboratórios de reprodução assistida, apresentamos uma deformação do gráfico parentesco em relação ao proposto a partir da leitura ontológica do mundo natural sobre o qual se organizaria a reprodução social. Ou seja, além da origem genética, a paternidade sócioafetiva é também rejeitada desde o primeiro momento, determinando provavelmente que a criança deverá conviver sem a presença de um pai.

“Uma das mais importantes transformações da situação reprodutiva das mulheres dá-se no campo médico, no qual as fronteiras de seus corpos se tornam permeáveis, de uma nova forma, “à visualização” e à “intervenção” das novas tecnologias. (...) No contexto das práticas de reprodução cibernéticas, esse instrumento artesanal parece inadequado para expressar a política do corpo necessária na negociação das novas realidades que aí surgem.” (Haraway 2000: 82)

As teorias de descendência e propriedade assumem a forma da consangüinidade para sua autoria, mas se vêem enfraquecidas com o sentido da responsabilidade técnica sobre o corpo digitalizado (Corrêa 2009), provocando uma enorme transformação em curso, em que assumimos

¹⁰⁰ “In twentieth-century culture, nature has increasingly come to mean biology (cf. Ingold 1986). In turn this has meant that the idea of natural kinship has been biologised. What is to count as natural has acquired rather specific meanings. And one challenge that the new reproductive technologies hold is how they will affect these meanings in the future” (Strathern 1992b: 19).

a fabricação da vida enquanto uma continuidade entre técnica e cultura, cujo processo alienador revela as propriedades do patrimônio genético como conjuntos de informação mais ou menos compatíveis, reunidos em listas de doadores disponíveis, transformados em portadores de bens comuns.

“[O]s organismos e a política organicista, holística, dependem de metáforas do renascimento e, invariavelmente, arrematam os recursos do sexo reprodutivo. Sugiro que os ciborgues têm mais a ver com regeneração, desconfiando da matriz reprodutiva e de grande parte dos processos de nascimento.” (Haraway 2000: 107)

Exploraremos alguns trabalhos sobre as implicações do crescimento do uso das Técnicas de Reprodução Assistida¹⁰¹ nos últimos anos, observando as relações que permeiam a constituição da pessoa a partir da fecundação de um óvulo, que pode estar já congelado a espera do momento certo de ser fecundado¹⁰², a partir do desejo de uma mulher que planeja independentemente do parceiro sua maternidade futura, utilizando e o sêmen de um doador anônimo.

“A medicina moderna também está cheia de ciborgues, de junções entre organismo e máquina, cada qual concebido como um dispositivo codificado, em uma intimidade com um poder que nunca, antes, existiu na história da

¹⁰¹ “De 219 mil a 246 mil bebês nascem a cada ano no mundo graças ao desenvolvimento das técnicas de reprodução assistida, segundo um estudo internacional publicado no periódico científico *Human Reproduction*. A pesquisa indica um grande aumento no número de procedimentos do tipo: mais de 25% em apenas dois anos, de 2000 a 2002. Os pesquisadores usaram dados de 1.563 clínicas em 53 países, mas ressaltam a insuficiência de dados em partes da Ásia, África e Oceania.” *Agência Fapesp*, “Reprodução assistida tem aumento”, 1/6/2009. Disponível em: <http://www.agencia.fapesp.br/materia/10576/reproducao-assistida-tem-aumento.htm> Acesso 10/10/2010.

¹⁰² “A Sociedade Americana de Medicina Reprodutiva (SAMR) diz que o congelamento de oócitos é um procedimento experimental e como tal não deveria ser o de eleição para mulheres que desejam retardar sua reprodução. Em conjunto com a Sociedade de Técnicas de Reprodução Assistida (STRA), a SAMR criou um comitê que concluiu que o congelamento de oócitos não é um tratamento médico estabelecido e as chances de sucesso ainda são muito pequenas. Os 10 itens das recomendações estabelecem a importância do aconselhamento antes do tratamento e orienta o médico a fornecer todas as informações sobre os métodos, resultados clínicos, taxas de sucesso e riscos dessa técnica. O comitê estimou que as taxas gerais de nascimentos por oócito foi de apenas 2% para mulheres usando oócitos descongelados pelo método lento. Em mulheres que tiveram seus óvulos congelados por vitrificação, as taxas de nascimentos foram semelhantes, 4%. Além disso, os números destacados na publicação estão provavelmente superestimados, como por exemplo, mulheres acima de 35 anos usando oócitos congelados possuem chances significativamente menores de engravidar. Mulheres com câncer ou outra doença necessitando de tratamento imediato devido ameaça a sua fertilidade, poderiam considerar o congelamento de oócitos, com todos os esclarecimentos de que se trata de procedimento experimental, diferentemente das saudáveis, que poderiam optar por tratamento mais eficiente.” Dr. Gilberto da Costa Freitas. In “*As mulheres deveriam reconsiderar o congelamento dos seus óvulos*”. Disponível em: <http://fertilizacaoinvitro.zip.net/> Acesso 9/10/2010.

sexualidade. O sexo-ciborgue restabelece, em alguma medida, a admirável complexidade replicativa das samambaias e dos invertebrados – esses magníficos seres orgânicos que podem ser vistos como uma profilaxia contra o heterossexismo. O processo de replicação dos ciborgues está desvinculado do processo de reprodução orgânica”. (Haraway 2000: 40-41).

A abordagem considera alguns trabalhos publicados sobre o tema das TRA, cujos desdobramentos perpassam a necessidade de ser mãe (Strathern 1995b), a partir do que tentaremos problematizar o anonimato da doação (Salem 1995), a seleção de gametas (Costa 2005) e a eugenia liberal (Habermas 2004) enquanto relações que atravessam a vida social do Banco de Esperma. Auxiliados pela noção de ciborgue, enunciaremos o surgimento de uma pessoa que possui metade de seu patrimônio genético de origem desconhecida, pondo em desordem o sistema de transmissão de propriedade estabelecido pela família consangüínea, forçando assim um questionamento no sistema jurídico, que responde também pelas garantias de dignidade da pessoa humana, desde o nascituro, a partir do direito de reconhecimento da origem genética.

3.1 O Banco de Sêmen

O Banco de Sêmen substituiu nos últimos anos a preferência sobre o uso de esperma fresco na IA, especialmente durante o período de descoberta do vírus da AIDS¹⁰³ (Salem 1995: 41). As TRA viram na criopreservação de gametas ou pré-embriões, reguladas pelo Conselho Federal de Medicina, no Brasil¹⁰⁴, a possibilidade de extensão a longo prazo da fertilidade¹⁰⁵, apresentando a

¹⁰³ No Canadá, um informe foi publicado no dia 7 de dezembro de 2010 alertando sobre os riscos do uso de esperma fresco, que o mesmo deveria ser evitado para minimizar os riscos de transmissão de doenças infecciosas: “Health Canada is informing Canadians about the potential dangers of using fresh donor semen for assisted conception. (...) The safety of donor semen intended for assisted conception is paramount. To this end, Semen Regulations set forth requirements that are aimed at minimizing the potential risk of transmitting infectious agents to mother and child. Donor semen for assisted conception must be processed in accordance with the Semen Regulations and quarantined for a minimum of six months. The donor must be screened and tested before and after the donation in order to minimize the risk of transmission of infectious disease”. 7 de dezembro de 2010. Disponível em: http://www.hcsc.gc.ca/ahc-asc/media/advisories-avis/2010/2010_218-eng.php Acesso 12/12/2010.

¹⁰⁴ “V – Criopreservação de gametas ou pré-embriões 1 - As clínicas, centros ou serviços podem criopreservar

homens em vias de realizarem vasectomia, tratamentos químicos, bem como para os que são cotidianamente desafiados em profissões de risco e atletas, a alternativa de manterem sua capacidade reprodutiva, de terem filhos com sua parcela de descendência genética assegurada. A enciclopédia colaborativa Wikipedia dá a seguinte definição:

“Criopreservação ou crioconservação é um processo onde células ou tecidos biológicos são preservados através do congelamento a temperaturas muito baixas, tipicamente -196 C (o ponto de ebulição do nitrogênio líquido)”.¹⁰⁶

Esse conjunto de características ilumina, em nosso entender, o problema do surgimento da pessoa em condições que agridem sua integridade moral em relação à alteridade de reconhecer-se humano em relação aos seus pares. A assimetria no modo de se ver em relação aos demais da espécie condenaria as TRA a precursoras de um processo de eugenia e racismo na produção de filhos¹⁰⁷. Entretanto, a discussão pública, além das denúncias já explicitadas, deveria se voltar, no entender de Tânia Salem, para o questionamento sobre os modos de ser e conceber a vida¹⁰⁸.

A crítica sobre a dispensa de embriões refere-se em geral ao mesmo princípio de luta pelas garantias de respeito à vida e se agrava na medida em que essa dispensa põe em disputa o

espermatozoides, óvulos e pré-embriões. 2 - O número total de pré-embriões produzidos em laboratório será comunicado aos pacientes, para que se decida quantos pré-embriões serão transferidos a fresco, devendo o excedente ser criopreservado, não podendo ser descartado ou destruído. 3 - No momento da criopreservação, os cônjuges ou companheiros devem expressar sua vontade, por escrito, quanto ao destino que será dado aos pré-embriões criopreservados, em caso de divórcio, doenças graves ou de falecimento de um deles ou de ambos e quando desejam doá-los.” A resolução 1.358/92 está disponível na íntegra em: http://www.portalmédico.org.br/resolucoes/cfm/1992/1358_1992.htm Acesso em 13/07/2010.

¹⁰⁵ Na Inglaterra, embora fique em média armazenado no máximo por 10 anos, uma amostra de sêmen congelado por 21 anos deu origem a um bebê: “It is believed to be oldest sperm ever used successfully in IVF treatment. (...) “Normally in the UK it is only stored for 10 years, but there is scope to keep it for longer under special circumstances - such as developing testicular cancer at a young age.” Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/health/3745085.stm> Acesso 10/07/2010.

¹⁰⁶ <http://pt.wikipedia.org/wiki/Criopreserva%C3%A7%C3%A3o> Acesso 09/12/2010.

¹⁰⁷ Sobre o racismo na seleção de gametas, ver Costa 2004.

¹⁰⁸ “Não se trata apenas de manter um posicionamento contrário a todas as formas eugênicas e racistas, já tão denunciadas, mas de escolher responsabilmente a própria forma de viver. Para que isso ocorra, é necessária a ampliação da discussão pública desses fatos biotécnico-científicos (biotecnológicos) e das condições de gênero em que eles são desenvolvidos.” (Tamanini 2004: 100).

crescimento do embrião e a vida da gestante: o ano de 2000 registrou taxas de gestação quádruplas (número máximo de embriões a serem inseminados) no Brasil quatro vezes maior que nos EUA, incluindo casos de quintuplos, indicando que a recomendação do CFM não vinha sendo respeitada (Corrêa 2004: 87).

Em 2010, um relatório internacional foi lançado como livro pelo Instituto de Valores Americanos com o título “O nome do meu pai é doador”¹⁰⁹. O estudo, organizado por três autores, conta com o apoio de mais de 20 outros pesquisadores que compõem uma comissão que se ocupa em promover seminários, publicar livros e atuar junto ao debate público sobre questões de parentesco que nos afetarão no futuro. Trata-se de uma importante referência a que a pesquisa teve acesso, enfocando o problema da doação de sêmen do ponto de vista dos filhos gerados com a participação das TRA, contrapondo-se às abordagens que se limitaram a poder buscar entender as crenças e desejos das pessoas que buscavam auxílio das TRA ou se submetiam ao procedimento de IA.

Partindo da oposição entre dois pólos ideais, concepção natural e fabricação da pessoa - em que esta segunda é composta de uma seleção de gametas compatíveis e da caracterização fenotípica dos doadores - queremos contextualizar o desenvolvimento de técnicas de reprodução¹¹⁰ que entram em choque com os direitos de personalidade e de origem genética, pondo em diferentes registros a dignidade da pessoa. As leis que incentivam ou moderam a pesquisa na área da saúde são bastante distintas entre vários países¹¹¹. Porém, em todas essas situações de intervenção,

¹⁰⁹ MARQUARDT, Elizabeth, Norval D. GLENN e Karen CLARK [2010]. ““My Dadys' name is Donor” - a new study of young adults conceived through sperm donation”. A report released internationally by the Commission on Parenthood's Future. Nova Iorque: Institute of American Values.

¹¹⁰ Beatriz Preciado preferiria o termo técnicas de produção: “Falamos de reprodução artificial. Você diz que não deveria se chamar reprodução, mas produção artificial: fabricação de uma espécie inteiramente nova” (2008: 161).

¹¹¹ “Na Itália a doação de sêmen e óvulos é proibida. A lei austríaca admite apenas o uso de esperma de uma terceira pessoa em circunstâncias extremamente excepcionais e desde que o esperma seja introduzido direto na mulher. Ou seja, a fecundação não pode acontecer *in vitro*. Já a doação de óvulos é proibida em qualquer caso, assim

parte-se de um novo plano de produção sobre o “natural”. Em síntese, trata-se de renunciar ou não à necessidade de normatizar sobre práticas sociais atuais, onde se “desvanece a fronteira entre o que “somos” e a disposição orgânica que “damos” a nós mesmos” (Habermas 2004: 17).

A convivência desses dois modos de auto-referência lembra o conflito entre criador e criatura vivido no filme “Blade Runner”, em que se destaca o perspectivismo contido no corpo fabricado que produz uma reflexão sobre si mesmo e deseja superar a limitação de seu tempo de vida, inscrita por seu criador em todos os códigos genéticos dos replicantes existentes. Afirma o replicante Nexus 6: “*Nós não somos computadores, Sebastian, nós somos físicos*”¹¹².

Nossa hipótese geral, então, parte de diferenças entre as formas de constituição do inato nas pessoas, pondo em contraste duas possibilidades de referência às autorias: uma em que a pessoa reconhece como suas algumas características herdadas a partir dos gens dos pais biológicos e aquela que reconhece os desejos fenotípicos e processo de seleção que resultaram em uma parentela simples, com intervenção técnica, cuja responsabilidade final é aqui atribuída e promovida à exclusividade do laço materno. A ausência de normatização sobre os limites da manipulação genética já permitiu o nascimento de centenas de milhares de filhos de doadores anônimos e convida a enfrentarmos o problema da “*autocompreensão ética da espécie, compartilhada por todas as pessoas morais*” (Habermas 2004: 57).

“Um indivíduo programado eugenicamente precisa conviver com a consciência de que seu patrimônio hereditário foi manipulado com o propósito de exercer uma influência sobre sua manifestação fenotípica.” (Habermas 2004: 76)

como na Alemanha, Croácia, Suíça e Noruega”. Danielle Nogueira 2000 “*Itália debate se libera doação de esperma e óvulo*”. (11/10/2010 11:56h) Disponível em: <http://www.advsauade.com.br/noticias.php?local=1&nid=5397> Acesso em 10/12/2010. “Sabe-se que a doação de esperma é aceita na Alemanha, Bélgica, França, Suécia, Noruega e Dinamarca, enquanto a doação de óvulos não é aceita na Bélgica, França e Dinamarca. No Líbano, a doação de óvulos é permitida, desde que usada pelo marido da doadora, ou seja, na situação única em que o homem possui mais de uma esposa, entretanto a doação de espermatozoides não é permitida, em qualquer hipótese (José Gonçalves FRANCO JUNIOR, 2002), *apud* Tamanini 2004: 85 (nota 44).

¹¹² “We're not computers Sebastian, we're physical”. Ridley Scott in *Blade Runner; O caçador de Andróides (filme)*.

Os procedimentos médicos relacionados às TRA estão cada vez mais disponíveis em vários países, promovendo diferentes relações devido à imposição do anonimato em uns, da gratuidade em outros e restringindo certos procedimentos médicos, como por exemplo, a inserção de mais de 4 óvulos para fecundação. Ao efetivar o processo que chamaremos de eugenia liberal¹¹³, a questão é como pensar a “finalidade da pessoa em si mesma”, enquanto ser único, que deveria poder ter uma vida insubstituível como relação de reconhecimento com seus pares. Eis o argumento apresentado por Habermas para pensar a individuação e a universalização da autoria na condução da própria vida entrando em conflito com a manipulação genética, ou a produção de soluções para a fertilização, viabilizadas com o processo médico.

Em uma de suas palestras em Tóquio, em 1986, Claude Lévi-Strauss abordou o problema da relação de parentesco com a doação anônima dando ênfase ao posicionamento moral em defesa da transparência: que as crianças saibam que as TRA participaram de seu nascimento. Já sobre saberem a identidade dos médicos e do doador do patrimônio genético que viabilizou suas vidas, Lévi-Strauss dividiu as legislações na Europa entre as que exigiam ou não permitiam o anonimato e comentou:

“A Suécia renunciou ao anonimato, a tendência inglesa parece seguir o mesmo sentido, enquanto que na França, a opinião pública e a lei vão no sentido oposto. Mas mesmo os países que admitem a transparência parecem de acordo com os outros para dissociar a procriação da sexualidade. Porque, para se limitar ao caso mais simples, aquele da doação de esperma, a opinião pública não o julga admissível senão quando tem lugar em laboratório e por intervenção de um médico: método artificial que exclui entre o doador e a receptora qualquer contato pessoal, qualquer partilha emotiva e erótica. Ora, tanto para a doação de esperma como para a do óvulo, o desejo de que as coisas se passem no anonimato parece contrário aos dados universais que, mesmo em nossas sociedades, mas sem dizê-lo, fazem com que esse tipo de serviço aconteça com mais frequência do que quando se crê “em família” (Lévi-Strauss 2011).

¹¹³ “Habermas apresenta-se a favor de uma regulamentação ou proteção jurídica, a fim de que evitemos nos acostumar com a eugenia liberal. Mas, o que é a eugenia liberal? E em que se distingue de outras, por exemplo? Habermas distingue eugenia liberal de eugenia conservadora. A eugenia liberal busca o aperfeiçoamento da raça humana orientado pelo mercado-livre e pelas preferências individuais. A eugenia conservadora tem um núcleo que irradia o critério de orientação do processo de aperfeiçoamento, em geral o Estado” (Feldhaus 2005: 312).

O direito de procriação autônoma, entretanto, modifica o problema que a doação de gametas proporciona, uma vez que elimina também a parentela sócio-afetiva do seu papel complementar. Estabelecendo o paralelo com o caso do aborto, em que a escolha da mulher tende a predominar sobre a reprodução, a produção independente de filhos é de interesse de homossexuais, transexuais e outros gêneros, e envolve atores e decisões que não se estão contidos na autonomia da interrupção da gestação. Passamos a considerar nosso objeto de análise, o Banco de Sêmen, no que este se relaciona com o desejo de maternidade monoparental, disparado pela possibilidade de apropriação da autoria tecnocientífica sobre a disponibilização anônima e gratuita, cuja propriedade genética generosamente se oferece a compor com o desejo de fabricação um experimento, um híbrido que enfrenta em sua existência uma forma única entre dessemelhantes.

O aspecto rizomático do parentesco em questão nos sugere um deslocamento ontológico de produção de subjetividade mediada pela técnica, gerando a expectativa de super-filhos, onde a mãe agora planeja sua própria cria, diferentemente do “encontro casual”, e quer se ver atendida em alguns desejos, muitas vezes, como cor de olhos e cabelo do bebê. Esses desejos autorizariam os médicos a partirem para um método racista de seleção de doadores, bem como de gametas¹¹⁴, realizando um deslocamento da concepção “natural” mediado por instrumentos e prática médica, clínicas privadas e doadores, promovendo um tipo de conversão que transforma em informação, saudável ou não, o patrimônio genético de uma pessoa.

Preocupado em descrever as múltiplas transformações operadas para fazerem funcionar dispositivos de entendimento sócio-afetivo, a venda de serviço médico e a produção de filhos independente, nosso conjunto de relações pretende fazer falar coisas manipuladas por um certo entendimento tecnocientífico, apontando também para uma disputa no funcionamento da noção de

¹¹⁴ “Considero que “raça” constitui-se numa noção em que características fenotípicas como cor de pele, tipo de cabelo, formato do nariz, entre outros, são utilizadas como parâmetro para classificação.” (Costa 2004: 236)

propriedade. Tentando traduzir valores, condutas e opiniões em material de análise, explicitaremos uma crise de fronteiras entre natureza e cultura, indivíduo e sociedade, que abre espaço para o híbrido e o coletivo configurarem novas formas da narrativa sobre a construção da sexualidade, bem como sobre a origem e produção da vida.

“O ciborgue é uma criatura do mundo pós-gênero: ele não tem qualquer compromisso com a bissexualidade, com a simbiose pré-edípica, com o trabalho não-alienado. O ciborgue não tem qualquer fascínio por uma totalidade orgânica que pudesse ser obtida por meio da apropriação última de todos os poderes das respectivas partes, as quais se combinariam, então, em uma unidade maior. Em certo sentido, o ciborgue não é parte de qualquer narrativa que faça apelo a um estado original, de uma “narrativa de origem”, no sentido ocidental, o que constitui uma ironia “final”, uma vez que o ciborgue é também o telos apocalíptico dos crescentes processos de dominação ocidental que postulam uma subjetivação abstrata, que prefiguram o eu último, libertado, afinal, de toda dependência – um homem no espaço.” (Haraway 2000: 42-43).

Após compreendermos a prefiguração desse “eu último” como a proposta de acoplamento humano-máquina que está na origem do problema sugerido por *anonimoze gratuitos*, a realidade da eugenia liberal não se imporá sem uma crítica política ao modelo de desenvolvimento tecnológico que submete o próprio humano à condição de objeto. Como nos afirma Laymert Garcia dos Santos,

“É claro que a ideia de “natureza humana” encontra-se aí bastante abalada, para não dizer dissolvida. Se organismos humanos e máquinas se resumem a processamento de informação, a evolução da vida e a evolução da computação passam a ser análogas” (2003: 284).

Considerando a legislação brasileira, que entende a filiação genética como determinante no reconhecimento do parentesco, queremos contextualizar o surgimento de uma pessoa que resulta da combinação de alto investimento privado e uma gratuidade anônima, podendo constituir as bases de uma noção familiar e herança patrimonial nucleada apenas na mãe. Além de descrever algumas das técnicas utilizadas para auxiliar a fecundação, apresentaremos aquelas que estão diretamente responsáveis pelo processo de seleção de embriões, seja porque foram descobertos

sem genes cancerígenos conhecidos, ou porque definem o gênero dos bebês.

Em 1953, ocorreu a primeira fertilização com sucesso a partir de sêmen congelado, mas apenas em 1978 ela foi bem sucedida em uma mulher, dando origem a Louise Brown, na Inglaterra. Por seu feito, o pesquisador Robert Edwards recebeu em 2010 o prêmio Nobel de Medicina.

Há basicamente dois tipos de processos de IA na mulher: a inseminação intrauterina¹¹⁵ e a inseminação intra-cervical¹¹⁶. Ambas são consideradas técnicas simples e representam uma ajuda na fecundação ao se inserir diretamente no útero, ou no cervix da mulher, uma amostra preparada de sêmen, aproximando-o do(s) óvulo(s). Vale ressaltar que nessa técnica, apenas o material masculino sofre manipulação, seleção, mas ela vem acompanhada de estímulo, com drogas hormonais, à produção de óvulos da mulher. A segunda, intra-cervical, dedica-se a inserir o sêmen através do cervix, utilizando um cateter fino e flexível¹¹⁷ que poupará todo o esforço do sêmen para chegar ao óvulo, aumentando enormemente as chances de fecundação.

Alguns Bancos de Sêmen no mundo autorizam a seleção de gênero dos embriões. Embora os métodos utilizados não assegurem 100% de sucesso, as chances de ser capaz de determinar o

¹¹⁵ “[A Inseminação Intra-uterina] consiste no ajuste ovulatório da mulher (time) e na colocação dos espermatozoides capacitados na cavidade uterina após a postura ovular, facilitando assim a fertilização dos óvulos. Neste procedimento a mulher recebe hormônios indutores do crescimento folicular até que se obtenha acima de 2 folículos com diâmetro médio de 18 milímetros. Completado o desenvolvimento folicular, é realizada uma injeção de hCG para que ocorra a ruptura folicular e liberação dos óvulos. Decorridas 38 a 40 horas, após o hCG, se colocará no interior do útero, acima de 3 milhões de espermatozoides capacitados. Este procedimento não é invasivo e não necessita da utilização de anestésicos. A fertilização ocorrerá no local onde naturalmente ela ocorre, ou seja, nas trompas de falópio (sendo então necessário que as trompas da paciente estejam em perfeitas condições). Com tal procedimento tenta-se facilitar a fertilização colocando juntos espermatozoides e óvulos. Os índices de sucesso estão em torno de 16% por tentativa, sendo que após 4 tentativas seguidas, este índice pode chegar a 42% de sucesso”. Disponível em: <http://reproducaoassistida.com.br/inseminacao.htm> Acesso 9/02/2010.

¹¹⁶ Os tipos de IA variam de acordo com o local de inseminação na mulher, podendo ser realizada ainda de forma intratubária, intraperitoneal e intrafolicular. Disponível em: http://www.fertil.com.br/fert_trat_inseminacaoArt.asp Acesso 12/10/2009.

¹¹⁷ “During the artificial insemination process, a thin, flexible catheter tube is used to put sperm into the cervix or through the cervix directly into the uterus.” Fitzpatrick, Diane. “How Artificial Insemination Works?” <http://www.life123.com/parenting/pregnancy/infertility/how-artificial-insemination-works.shtml> Acesso 12/10/2011.

sexo de uma criança aumentam consideravelmente por meio do processo “swim-up”¹¹⁸. Há dois tipos de indução ao “swim-up”: um que realiza uma dupla lavagem do sêmen e posteriormente o centrifuga, e outro chamado de método direto, ou simples, que não centrifuga¹¹⁹. Utilizando um extensor de esperma, conectado ao doador, o esperma ejaculado fresco é levado a um tubo de ensaio onde fica depositado no fundo. Após cerca de meia-hora, os espermatozóides mais leves com cromossomo “Y” terão nadado para cima, deixando o pesado cromossomo “X” do esperma no fundo, permitindo assim a seleção e armazenamento de acordo com o gênero. Quando utilizada a centrífuga, o método ficou conhecido como Percoll e foi bastante utilizado nos anos de 1980, mas sua eficácia se tornou discutível posteriormente em publicações na área, surgindo então alternativas às duas técnicas¹²⁰.

O método mais efetivo na escolha do sexo dos filhos por encomenda é o chamado Diagnóstico Genético de Pré-Implantação¹²¹ (DGPI), aplicando à determinação do gênero uma

¹¹⁸ “The success rate for conceiving a female child after intervention (treatment group A) was 86.7% effective ($p = 0.002$) as compared to the control group A. Couples seeking a male child (treatment group B) were 89.2% effective ($p = 0.0002$) as compared to the control group B. This study reveals that the modified swim-up method with additional monitoring results in statistically significant gender preselection”. Ver: Khatamee MA, Horn SR, Weseley A, Farooq T, Jaffe SB, Jewelewicz R [1999]. “A controlled study for gender selection using swim-up separation.” New York University School of Medicine, New York, N.Y., USA. *Gynecol Obstet Invest*; 48(1), pp.7-13.

¹¹⁹ Para uma comparação entre os dois métodos, ver Approbato, Mario Silva; Moura, Katia Karina; Neves Junior, José; Cunha Junior, Carlos; Garcia, Ricardo; Faria, Renato da Silva; Benedetti, Leonardo Noramba [1995]. “Estudo comparativo de dois métodos de capacitação de sêmen: swim-up simples e swim-up com centrifugação”. *Rev. Bras. De Ginecologia e Obstetrícia*, 17(1), pp.52-60, jan.-fev. Disponível em: <http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=ADOLEC&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=165208&indexSearch=ID> Acesso 7/11/2010.

¹²⁰ BOTTCHEER-LUIZ, Fátima [1996]. “Pre-seleção sexual *in vitro*: comparação entre os métodos de Percoll e Swim up e proposta de nova técnica”. Tese de Doutorado em Ciências Biológicas aprovada no Programa de Pós-Graduação em Genética e Biologia Molecular da Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <http://cutter.unicamp.br/document/?code=vtls000103646> Acesso 13/10/2010). Ver também: ESTEVES, Sandro Cassiano [1998]. “Criopreservação de espermatozóides humanos selecionados pela técnica de “swim-up”: efeitos sobre a vitalidade, motilidade e integridade acrossômica após o descongelamento”. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Cirurgia da Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <http://cutter.unicamp.br/document/?code=vtls000134766> Acesso 13/10/2010. Ou ainda: NEVES, Paulo Augusto [1991]. “Comparação entre duas técnicas de capacitação de espermatozóides para reprodução assistida”. Dissertação de Mestrado defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Cirurgia da Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <http://cutter.unicamp.br/document/?code=000034917> Acesso 10/12/2010.

¹²¹ “O DGPI é uma técnica extremamente eficaz, que analisa uma única célula do embrião que é biopsiado a

técnica, tida como revolucionária, que permite a identificação do DNA com a chamada reação em cadeia da polimerase¹²²: trata-se de ampliar cópias do DNA para mapeamento a partir de uma única célula, sem o uso de organismos vivos para isso¹²³. A cuidadosa avaliação sobre a saúde dos embriões, uma vez definido o sexo, pode então partir para a verificação de diferentes doenças associadas ao cromossomo X e Y, tomando-se amostras celulares de cada embrião.

Mesmo quando utilizado para prevenir um eventual aborto, o uso do DGPI divide opiniões.

Afirma Habermas:

“Com a rejeição de uma gravidez indesejada, o direito da mulher à autodeterminação colide com a necessidade de proteção do embrião. No outro caso [DGPI], a proteção à vida do feto entra em conflito com as considerações dos pais, que, ponderando a questão como se fosse um bem material, desejam ter um filho, mas recusam a implantação se o embrião não corresponder a determinados padrões de saúde. Nesse conflito, os pais não são envolvidos de improviso; eles aceitam desde o princípio o embate ao mandarem fazer um exame genético do embrião.” [Itálico no original], (Habermas 2004: 43).

Para o tratamento de infertilidade, muitos outros processos são indicados, um a um, ou antes partindo da vontade do médico ou do paciente. Para o interesse de nossa pesquisa, voltamo-

partir do terceiro dia de desenvolvimento. Esta metodologia tem como finalidade identificar embriões gerados por processos de reprodução assistida, os quais sejam portadores de aberrações cromossômicas numéricas que envolvam os cromossomos X, Y, 13, 16, 18, 21 e 22. A metodologia mais utilizada para a realização do DGPI é a técnica de hibridização *in situ*, utilizando-se sondas fluorescentes para os cromossomos citados. Este é um método eficiente e que deve ser discutido com casais cuja idade da mulher seja acima dos 39 anos, casais com cariótipo alterado ou ainda casais com histórico familiar de presença de portadores de cromossomopatias.” Wolff, Philip; Martinhago, Ciro Dresch; Ueno, Joji. [2009]. “Diagnóstico genético pré-implantacional: uma ferramenta importante para a rotina de fertilização *in vitro*?” / *Femina* 37(6), pp. 297-303, jun. Disponível em: <http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=LILACS&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=534073&indexSearch=ID> Acesso 10/12/2010.

¹²² “O processo de PCR foi descrito por Kary Mulis, em 1983, tendo-lhe sido posteriormente, em 1993, atribuído o Prêmio Nobel de Química pelo seu trabalho. Em 1989, a Hoffman La Roche & Perkin-Elmer Corporation patenteou este processo. O método PCR é usado habitualmente nos laboratórios de investigação médica e biológica para uma variedade de tarefas, como a detecção de doenças hereditárias, que é a identificação de "impressões digitais" genéticas, a construção de árvores filogenéticas (de relação entre espécies), a clonagem de genes, testes de paternidade, exames para detecção de agentes patogênicos e etc.” “Reação em cadeia da polimerase”, Wikipédia. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Rea%C3%A7%C3%A3o_em_cadeia_da_polimerase Acesso 12/12/2010.

¹²³ Para uma visualização, em animação, da reação em cadeia da polimerase, visite o endereço: <http://www.biomolweb.kit.net/pcrr.swf> (acesso 13/10/2010). Ver também outra animação de Heitor Marques Honório, da Universidade de São Paulo, disponível em: <http://pcrfilme.vilabol.uol.com.br/> Acesso 13/10/2010.

nos para esses dois procedimentos entendendo-os como os mais comuns na geração de filhos por mulheres solteiras utilizando as TRA, que, dotadas de patrimônio genético saudável, querem se valer de sêmen doado anônima e gratuitamente.

3.2 Mães Solteiras e Patrimônio Genético Saudável

Em agosto de 2009, sentado em uma sala de espera, deparei-me com um artigo sobre mães solteiras e sêmen anônimo¹²⁴ publicado em uma revista de grande circulação no país, que me chamou a atenção por dois motivos: a percepção que tive sobre o público a que se dirigiam as informações e a relação entre os discursos forjados a partir do impacto da mediação técnica na procriação da espécie humana.

Logo nas primeiras linhas, associei minha visão crítica sobre o modelo liberal de reprodução assistida com uma ideia mais ou menos definida de *self made woman*, deixando que o texto se desenrolasse no sentido da oposição entre o desejo individual de ser mãe à possibilidade social de realizá-lo. A conclusão era destacar como obstáculos ao uso das TRA o preconceito (sobre a liberdade individual) e o custo econômico¹²⁵.

“*Querer ser mãe a todo custo encontra agora um novo poder de decisão sobre a hora e a maneira de ter filhos!*” - sintetizava a manchete. Comparando essa “maneira” ao uso da pílula anti-concepcional, enquanto técnica que permitiu planejar muito melhor a gravidez, a reportagem apresentava o congelamento de óvulos e sêmen como um prolongamento da fertilidade da mulher,

¹²⁴ JORDÃO [2009]. “Elas decidem como e quando ser mães”. Revista IstoÉ, 19/08/2009. Disponível em http://www.istoe.com.br/reportagens/16713_ELAS+DECIDEM+COMO+E+QUANDO+SER+MAES Acesso 10/05/2010.

¹²⁵ “Batalhou por seus objetivos, separou-se do marido e engravidou de um doador anônimo. Perdeu o emprego, mora em uma casa simples na periferia, mas se diz “uma mulher realizada”. “O custo não sai por menos de 10 mil reais” (Jordão 2009: 64).

que agora prescindir de parceiro para engravidar (Jordão 2009: 64).

Valerie Solanas publicou “O Manifesto Scum” em 1967, texto em que desenvolve seus ideais feministas e apresenta a proposta de destruição do sexo masculino. O motivo: “*o macho é um acidente biológico, (...) uma fêmea incompleta, um aborto ambulante, mutilado no estágio de gene.*” Em meio a suas críticas evolucionistas, Solanas antecipava em uma década¹²⁶ os resultados da pesquisa de Robert Edwards, consolidados em 1978, que realizaram a fecundação de embriões fora do útero, auxiliando no nascimento de mais de 4 milhões de pessoas até 2010¹²⁷, ficando bastante conhecidas as técnicas de Fertilização in Vitro - FIV, ou com o nome popular de bêbe de proveta.

No Banco de Sêmen, a futura mãe tem acesso a informações biológicas do doador – como cor de olhos, cabelos, altura, peso – e outras mais pessoais, como profissão e religião, mas nada que indique a identidade do doador. No Brasil, assim como em boa parte do mundo, não há legislação específica sobre o assunto, mas segue-se a resolução 1.358/92, do Conselho Federal de Medicina, que determina em seu artigo quarto: “óvulo e embrião não podem ser comprados nem vendidos e a doação é sempre anônima.”

A maternidade utilizando as TRA pode combinar, além da doação de sêmen, a doação de óvulos, abrindo nova discussão sobre a existência de três mães: a que doa os óvulos, a que realiza a gestação e a mãe que efetivamente cuidará do bebê. Nesse sentido, como afirma Tânia Salem, as TRA promovem uma democratização da dúvida sobre a maternidade, antes exclusiva do sexo

¹²⁶ “Hoje é tecnicamente possível reproduzir sem a ajuda dos machos (e, aliás, das fêmeas) e buscar o nascimento de fêmeas, apenas. Precisamos começar a fazer isso imediatamente. Conservar o sexo masculino não tem sequer o objetivo incerto da reprodução” (Solanas 2000: 9).

¹²⁷ Dado fornecido pela Fundação Nobel. Disponível em: <http://g1.globo.com/ciencia-saude/noticia/2010/10/nobel-de-medicina-vai-para-criador-de-metodo-de-fertilizacao-vitro.html> Acesso em 17/10/2010.

masculino¹²⁸.

O uso da tecnologia ainda é tomado, contudo, como último recurso na escala natural, sendo descrito mesmo como “extremo” no caso da gravidez de óvulos e sêmen doados¹²⁹.

Outro artigo, publicado também em 2009, especula sobre a maior independência da mulher para procriar, ressaltando a inserção feminina no mundo do trabalho como responsável pelo aumento, de 2005 para 2007, para 20% dos casos de uso das TRA solicitados por mulheres que querem viabilizar seu sonho de maternidade, independentemente da vontade de um parceiro¹³⁰.

Em um artigo circulado por ocasião da reunião de Antropologia do Mercosul em Buenos Aires (2009), cujos principais argumentos se encontram desenvolvidos em sua tese¹³¹ (2003), Ramírez-Galvéz trabalha as TRA em relação aos caminhos percorridos na adoção de crianças, enfrentando problemas de distribuição que fogem ao propósito de nosso presente texto. Mesmo

¹²⁸ “Quando implicam doação feminina, as TRA subvertem premissas usuais sobre a maternidade. O conceito de mãe biológica, tradicionalmente unitário, agora segmenta-se em dois: a “mãe” que doa os ovos e a mãe que gesta no útero. Assim, um sujeito pode agora, no limite, ter três mães, caso se contemple a possibilidade de a mãe social recorrer a duas doadoras diferentes. A norma legal amplamente adotada, que define como mãe a mulher que pare o bebê, torna-se discutível no contexto das novas técnicas, em especial na do “empréstimo do útero”. Abre-se, portanto, o debate sobre qual critério que define a maternidade. Como se vê, as TRA têm ao menos um efeito “democrático” no que concerne aos sexos: a questão sobre a “verdadeira” progenitora, ou melhor, de quais os critérios que a fundamentam – diz hoje respeito não só à paternidade, como veremos em seguida, mas também à maternidade” (Salem 1995: 39).

¹²⁹ “O medo do preconceito. Aos trinta e oito anos descobriu que não ovulava, e não teria condições de engravidar naturalmente: partiu para uma solução extrema, e engravidou de óvulo e sêmen doados. Aos quarenta e um anos ela é mãe de gêmeas que, assim como no trabalho de I.D.S., não sabem como foram geradas” (Jordão 2009: 66).

¹³⁰ “Recebo pelo menos três emails de solteiras por semana, querendo saber os trâmites para adquirir sêmen de doadores anônimos”, disse Vera Fehér Brand, diretora do Pro-Seed. O crescente número de mulheres procurando por doadores de sêmen anônimo tem gerado um problema nos bancos de espermatozoides. Segundo a diretora, a grande procura tem gerado a falta de doadores. Para o diretor científico do banco Fertility, Edson Borges Júnior, esse crescimento na procura de mulheres solteiras é mais um sinal da independência econômica conquistada por elas nos últimos anos. “São mulheres que se dedicaram à profissão, estão bem financeiramente, no limite da idade para engravidarem, mas sem tempo ou mesmo disposição para saírem atrás de alguém para ser o pai do seu filho”, completou o diretor.”. “Mulheres Solteiras têm procurado mais Bancos de Sêmen”. *Agência Estado*. Publicado em 19/11/2009. <http://www.abril.com.br/noticias/comportamento/mulheres-solteiras-tem-procurado-mais-bancos-semen-513453.shtml>. Acesso em 12/07/2010.

¹³¹ “Ocupamo-nos da reprodução da vida humana em laboratório e das implicações, modificações ou relações concomitantes que a opção tecnológica para se ter filho poderiam estar trazendo para outras formas de superar a falta involuntária de filhos, atentando para os sentidos sócio-políticos que uma e outra opção trazem”. (Ramírez-Galvéz 2009: 2).

entendendo o potencial da tecnologia para vencer todos os obstáculos que a natureza impõe às mulheres para uma reprodução tardia, ou mesmo independente, interessa-nos a afirmação de que

“contudo, o propósito de tais tecnologias não parece ser somente o de permitir uma configuração de famílias consanguíneas, como também o de produzir filhos com as características que seus pais desejam” e, ainda, que “a substituição tecnológica das funções corporais além de deslocar o lugar central das mulheres no processo reprodutivo e sua capacidade de agenciamento, universaliza e descontextualiza a reprodução de seus componentes sócio-culturais.” (Ramírez-Galvéz 2009:3).

Neste sentido, como pensar o filho próprio, biológico, em relação ao filho de outros, adotado, introduzido como um estranho no ninho, de uma linhagem genética diferente, onde trazemos um terceiro componente, o anonimato, como forma privilegiada de transmissão de informação, constituindo uma informação que desloca para a experiência de ser mãe a legitimidade da propriedade consanguínea?

Ou seja, para além de soluções individualizadas e privatizadas, típicas do contexto consultório-laboratório, no qual o médico se arroga o controle do processo, submetendo-o a sua lógica, mediada por uma racionalidade específica, abrindo margem à proliferação de inúmeros desejos cuja realização é habilitada pela capacidade econômica que dá acesso ao uso da tecnologia (Ramírez-Galvéz 2009: 12-13), como pensar a emergência desse híbrido composto de propriedades genéticas em relação à gestão sobre o que é ou não do humano, incluindo a dimensão técnica das TRA que impulsiona a informação anônima a constituir o surgimento de novas pessoas?

Estamos de acordo, portanto, com Strathern (1992b; 1998), considerando uma realidade em que as novas tecnologias reprodutivas conceptivas estão habilitando as pessoas a produzirem desejos cuja satisfação não estava naturalmente disponível, criando novas pessoas, novas coisas cujos valores ainda estão obscuros para nós.

Pretende-se problematizar, então, uma concepção sobre o “*processo de modernização que,*

por via da tecnologia, reativa, reforça ou reafirma valores conservadores atribuídos à família nuclear-consanguínea como modelo ideal” (Ramírez-Galvéz 2009b: 7) face ao modelo de gestão consanguíneo que assume o sêmen e óvulos como informação anônima e gratuita na experiência conceitual.

Entendemos que nossa abordagem situa-se no plano da produção de filhos por encomenda, ressaltado o caráter individual e privado de realização de crenças e desejos, sem perpassar a distribuição de crianças que devem ser acolhidas, como o faz Ramírez-Galvéz, trazendo claramente com sua pesquisa uma clássica oposição entre indivíduo e sociedade. Contudo, assumindo o agenciamento proposto pelo banco de sêmen, apresenta-se, ainda que parcialmente, a existência de uma filiação social comum, que resultará em um diferenciado regime de herança de patrimônio material, exclusivamente matrilinear, ainda que, por direito, caso se prove, hipoteticamente todo filho tem direito à herança dos bens dos pais.

3.3 Os anônimos e a fabricação de filhos

“[A] retórica da dádiva mascara a relação com a mercantilização de partes do corpo”

(Ramírez-Galvéz 2009a: 92)

A experiência da Inseminação Artificial não exige, em todos os casos, o uso de patrimônio genético anônimo. Ao contrário: as primeiras inseminações buscavam na proximidade do parentesco a compatibilidade necessária para manter a semelhança fenotípica em família, como na doação de óvulos entre irmãs. Além disso, sendo resultante de detida pesquisa em laboratório, registra-se um largo histórico de filhos gerados a partir da doação de esperma de médicos e estudantes de medicina, como no caso do Dr. Kirk Maxey, do Michigan, dos EUA, que afirma ter

ajudado a gerar mais de 400 filhos entre 1980 e 1994, doando sêmen duas vezes por semana¹³².

A venda de sêmen, mantido o anonimato, é permitida em vários países, buscando afastar com a impessoalidade doadores de receptores, tratando a relação de aquisição de patrimônio genético como compra e venda de bens. Como afirma Salem:

“O pagamento da doação de sêmen em dinheiro é corrente em diversos países, sendo frequentemente visto como um estímulo destinado a aumentar a oferta de doadores. Assinala-se também que, graças a entrada de dinheiro no circuito, o ato da doação fica caracterizado como uma transação comercial e, portanto, como impessoal, anônima e isenta de considerações emocionais ou éticas. Não é por outro motivo que a política de pagamento é muitas vezes defendida pelos que se posicionam em favor do anonimato: é ela que afiança e legitima, no seu entender, a decisão de elidir as relações entre as partes.” (Salem 1995: 42)

Em dezembro de 2006, o *Jornal Washington Post* publicou uma matéria em que um(a) filho(a) de doador anônimo de sêmen reivindica saber sua origem genética:

“Estou aqui para lhes dizer que, emocionalmente, muitos de nós não estamos bem. Não pedimos para nascer nessa situação, com essas limitações e confusões. É hipócrita da parte de pais e profissionais médicos assumirem que as raízes biológicas não irão importar para os “produtos” dos serviços dos “criobancos”... Nós descendentes estamos reconhecendo o direito que foi tirado de nós – o direito a saber quem são ambos os nossos pais. E estamos prontos a reclamar isso.”¹³³

Nos EUA, a busca pelo pai biológico ficou famosa, partindo de duas filhas, de diferentes mães, morando em cidades distantes, conectadas pela Internet. Danielle Pagano e JoEllen Marsh publicaram após se descobrirem irmãs: “Oi, sou sua filha. Nosso pai é o doador 150”. Em entrevista para o jornal, afirmava Danielle:

“Odeio quando as pessoas que usam Inseminação por Doador dizem que a

¹³² “Mapping the God of Sperm”. *Rev. NewsWeek*, 16 de dezembro de 2009. Disponível em: <http://www.newsweek.com/2009/12/15/mapping-the-god-of-sperm.html> Acesso 12/10/2010.

¹³³ “I’m here to tell you that emotionally, many of us are not keeping up. We didn’t ask to be born into this situation, with its limitations and confusion. It’s hypocritical of parents and medical professionals to assume that biological roots won’t matter to the “products” of the cryobanks’ service... We offspring are recognizing the right that was stripped from us at birth -- the right to know who both our parents are. And we’re ready to reclaim it.” Katrina Clark, “My father was an anonymous sperm donor”. *Washington Post*, 17 de Dezembro de 2006. Disponível em: <http://www.washingtonpost.com/wpdyn/content/article/2006/12/15/AR2006121501820.html> Acesso 13/11/2010.

biologia não importa” (...) Porque se realmente não importa para elas, por que então usaram a I.D.? Poderiam ter adotado ou ajudado crianças que precisavam”¹³⁴.

O caso não é isolado. Durante os anos de 1970 a 1990, muitos foram os anônimos que complementaram sua renda vendendo sêmen até três vezes por semana nos EUA, como Chase Kimball. Durante sua passagem pela universidade de Utah, a exemplo de Kirk Maxey, Kimball estima ter ajudado ao nascimento de centenas de crianças, recebendo 20 dólares por doação, no período de 7 anos.

Caroline Husted, filha de um doador anônimo na Inglaterra, reivindica a mesma resposta que as jovens:

“Fui concebida em um disco petri por meio de Inseminação Artificial na Clínica Harley Street, em Londres” (...) No meu ponto de vista, é um horrível meio clínico de ser concebida. Toda a minha vida senti como se fosse apenas meia pessoa.”¹³⁵

Em 1º de Abril de 2005, uma nova lei passou a permitir aos filhos de anônimos a buscarem seus pais biológicos assim que completassem 16 anos, na Inglaterra¹³⁶. Com o fim do anonimato, o número de doadores caiu e uma campanha publicitária buscava estimular, em março de 2010, a

¹³⁴ "I hate when people that use D.I. say that biology doesn't matter (cough, my mom, cough)," Danielle wrote in an e-mail message, using the shorthand for donor insemination. "Because if it really didn't matter to them, then why would they use D.I. at all? They could just adopt or something and help out kids in need." Amy Harmon. "Hello, I'm your sister. Our father is donor 150". *The New York Times*, publicado em 20 de Novembro de 2005. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2005/11/20/national/20siblings.html> Acesso 10/12/2010.

¹³⁵ "I was conceived in a petri dish by artificial insemination at a Harley Street Clinic in London," (...) "In my view, it is a horrible, clinical way to be conceived. All my life I've felt as if I'm only half a person." Caroline was fathered by a sperm donor - so why does she bitterly resent the stranger who gave her life?". Frances Hardy e Diana Appleyard, *Mail Online*, 25 de Junho de 2010. Disponível em: <http://www.dailymail.co.uk/femail/article-1289042/Caroline-fathered-sperm-donor--does-bitterly-resentstranger-gave-life.html> Acesso 29/20/2010.

¹³⁶ "From 1 April 2005 this is the information the HFEA collected from donors: their physical description (height, weight, eye and hair colour) if provided by the donor; the year and country of their birth; their ethnicity; whether they had any children, how many and their gender; their marital status; their medical history; a goodwill message to any potential children, if provided by the donor; identifying information (the donor's name, date of birth and last known address). Donor-conceived people conceived after 1 April 2005, when they reach 16 years old, are able to apply to the HFEA to receive the nonidentifying information that their donor provided (all information given by the donor except for their name and last-known address). Donor-conceived people conceived after 1 April 2005, when they reach 18 years old are able to apply to the HFEA to find the information their donor provided, including identifying information". "If you were conceived after 1 April 2005". Disponível em: <http://www.hfea.gov.uk/5526.html> Acesso 9/03/2010.

doação de sêmen, visando aumentar de 384 para 500 o número de doadores naquele país¹³⁷.

No Brasil, a venda de órgãos, sangue, sêmen e óvulos é proibida pelo Conselho Federal de Medicina, incluindo o veto sobre a chamada “barriga de aluguel”¹³⁸. Considera-se que a gestação de uma criança no corpo de uma pessoa deve ser motivada exclusivamente pela solidariedade, uma vez que não se pode comercializar a placenta, órgão gerado para viabilizar a gravidez no útero da mulher. Apesar da proibição, é muito fácil encontrar ofertas de mães de aluguel na Internet, desejando produzir uma renda extra, ao mesmo tempo em que ajudariam outras mulheres, casais hetero ou homossexuais a realizarem seu sonho¹³⁹. Na Índia e nos estados da Califórnia e da Flórida, nos EUA, o processo pode ser legalmente remunerado.

¹³⁷ “Grã-Bretanha pede a atletas e fãs de esporte que doem sêmen”. Publicado em 16/03/2010 - 11h31. *BBC News*. Disponível em: <http://esporte.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2010/03/16/gra-bretanha-pede-atletas-e-fas-de-esporte-que-doem-semen.jhtm> Acesso 13/09/2010.

¹³⁸ Para uma comparação entre as legislações a respeito da “barriga de aluguel” no mundo e no Brasil, ver “Gravidez a Soldo”. Lopes, Adriana Dias. *Revista Veja*, Ed. 2059. 7 de maio de 2008. http://veja.abril.com.br/070508/p_140.shtml Acesso 10/09/2010.

¹³⁹ “Elton John, um dos maiores astros do rock mundial, realizou um sonho nesse Natal: virou papai. Ele e o companheiro tiveram um bebê com o método conhecido como barriga de aluguel. A ajuda veio de uma mulher da Califórnia. O menino foi batizado com um nome pomposo: Zachary Jackson Levon Furnish John. Nasceu no feriado do dia 25 de dezembro e passa bem. Elton John vive com o cineasta canadense David Furnish há mais de 20 anos.” “Barriga de aluguel ajuda Elton John a realizar sonho de ser papai” 28/12/2010 08h21 - Atualizado em 28/12/2010 08h35. Disponível em: <http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2010/12/barriga-de-aluguel-ajuda-elton-john-realizar-sonhode-ser-papai.html> Acesso 28/12/2010.

Conclusão

Iniciamos este ensaio com a notícia sobre a interrupção das pesquisas de uma mutação do vírus da gripe aviária, o H5N1, e vimos que seu desenvolvimento reflete a máxima proposta por Marylin Strathern ao afirmar que continuamos vivendo e produzindo conhecimento “após a Natureza”. Ou seja, assumindo o risco iminente de uma catástrofe com uma possível pandemia de gripe, os argumentos que defendem a pesquisa e a criação da mutação de um vírus em laboratório têm por fundamento a ideia de controle sobre a natureza e o uso instrumental da técnica para operá-lo.

Ao nos determos sobre os objetos técnicos, vimos que a Wikipedia, uma *enciclopédia virtual* mantida com o trabalho *distribuído e voluntário*, sugere a autoria coletiva em permanente produção de conhecimento, entendendo-se aqui o potencial da ferramenta *wiki* em absorver a colaboração de um número indefinido de autores. A edição coletiva e ágil de textos viria ainda acompanhada de outros efeitos da produção colaborativa, apresentando-se também enquanto um novo paradigma epistemológico: *o conhecimento aberto*.

Por outro lado, quando se imaginam as trocas de arquivos, em geral a forma adotada prevê algo como rotas definidas para os dados que transitam, metáfora sobre a qual se debruçam, por exemplo, aqueles que querem propor modelos de quantificação de *download* de material protegido por *copyright*. Ao nos voltarmos para o BitTorrent, a tentativa foi mostrar, mais uma vez, um conflito que revela distintos modos de operar a existência das coisas no mundo, onde o trabalho de uma ou poucas pessoas ajudou a implodir um modelo de troca direta e escassa. Eis algumas das formas exploradas no texto para tentar traduzir o impacto que o uso do *software* de compartilhamento de arquivos BitTorrent ocasionou sobre a circulação de propriedade intelectual, afetando diretamente as premissas que garantiam os direitos de autor, que prevêem, entre outros, a contabilidade da exposição pública de bens protegidos por lei; mais profundamente, as novas

práticas indicam uma compreensão que vai além da relação entre *indivíduos trocando coisas*, apontando para a necessidade de alternativas abordagens econômicas que busquem compreender as nuvens de informação e a abundância do consumo ao invés de insistir em artificializar modelos mais simples que reflitam apenas desejos de controle, tornados ineficazes sob uma atenta prática compartilhada e cotidiana. Ao descrevermos as relações fraturadas por objetos técnicos, em que a participação nos projetos de concretização e de seu futuro desenvolvimento ganha continuidade e mobiliza *anonimozgratuitos*, que sentidos de soberania e responsabilidade estão engajados na gestão de direitos e liberdades de pessoas que se interconectam pela Internet? A apropriação crítica da relação humano-máquina é aqui vislumbrada como possibilidade de propagar um vocabulário que defende a neutralidade da rede, aprende diferenças entre os protocolos vulneráveis e torna conhecido o surgimento de objetos técnicos como o Freenet¹⁴⁰, um *software* de compartilhamento de informações que pratica com mecanismos específicos a liberdade de expressão protegida pelo anonimato.

A percepção sobre as relações entre técnica, autoria, pessoa e propriedade compôs uma abordagem que tentou respeitar ao mesmo tempo que inventar uma nova função para uma parcela significativa de “sem nomes”, híbridos e redes que ganharam realidade, intensidade e qualidade enquanto *anonimozgratuitos*.

Quando o site WikiLeaks publicou a primeira seleção de informações de um lote contendo comunicados diplomáticos dos EUA e vários outros países, em outubro de 2010, um

¹⁴⁰ “A Freenet (licenciada sob a GPL) não se envergonha de ser política. Seu objetivo é ser duradoura, particular, eficiente e segura. Seu fundador, Ian Clarke, descreve a Freenet como “uma anarquia quase perfeita”. Uma rápida visita ao site da Freenet deixa bem claro sua posição e seus propósitos: “A Freenet é um software livre que permite a publicação e obtenção de informações na internet sem medo da censura. Para alcançar essa liberdade, a rede é totalmente descentralizada e os editores e consumidores de informações são anônimos. Sem anonimato não pode haver uma autêntica liberdade de expressão, e sem a descentralização a rede estaria vulnerável a ataques”. Eu não saberia explicar melhor, só gostaria de acrescentar que o anonimato é absolutamente inegociável. É como um botão. Ou está ligado, ou está desligado.” Richmond, Gary. “GNU/Linux free software tools to preserve your online privacy, anonymity and security”. Publicado originalmente em: freesoftwaremagazine.com Tradução: Roberto Bechtluft. Disponível em: <http://www.guiadohardware.net/artigos/ferramentas-linux-seguranca/> Acesso 20/12/2011.

acontecimento internacional teve lugar, disparando reações de entidades responsáveis pela arrecadação das doações que financiam o site, que cancelaram subitamente o serviço. Em poucas horas, as empresas enfrentaram o contra-ataque da rede auto-proclamada *Anonymous*, que elegeu alvos em reuniões virtuais, tornando o atendimento à demanda de informações impossível, retirando os *sites* das empresas do ar. Uma nova guerra tinha início, e se encontra hoje multiplicada e distribuída, sem qualquer previsão para terminar...

Ferramentas de criação como *wikis*, *blogs*, voltadas a produção e edição colaborativa de textos, interessam-nos se consideradas à luz das possibilidades que acabaram incorporando à tecnologia um modo de conceber a *autoria em movimento*, ou a *autoria comum*, onde o resultado do trabalho de criação gera um produto cujas relações de produção tornam tecnicamente obsoleto o formato de autoria individual assumido por lei. Inspirado nos modelos abertos de construção de *software*, o licenciamento flexível de propriedade intelectual combina a possibilidade de manutenção da autoria, que enfatiza os direitos de propriedade, podendo ainda permitir a disponibilização integral da obra para qualquer fim, comercial ou não.

Visando enfrentar o debate sobre a propriedade intelectual sobre bens móveis, bens não rivais da Internet trafegam por tortuosos caminhos éticos, e, agenciados taticamente, dividem sua importância entre a venda enquanto propriedades instituídas conforme as regras gerais da autoria, de modelo liberal-individual, para também serem compartilhados em deliberadas ações de sabotagem. É o sentido da gratuidade que mantém o acesso às nuvens de informação, à infraestrutura de comunicação compartilhada por milhões de usuários, e não o reconhecimento ou a remuneração. A tentativa aqui é descrever formas de relação e colaboração que escapam ao registro social de crescente apelo ao desenvolvimento de relações de autoria e propriedade que estão em franco conflito com os direitos de acesso da população à educação e cultura, assegurados como direitos fundamentais em muitos dos países onde a Internet funciona.

Para além do indivíduo-autor, perseguimos os rastros que a produção comum deixou, somando ao debate envolvendo bens culturais e *tecnicidades* a preocupação com a migração para o IPv6¹⁴¹, o próximo protocolo de comunicação da Internet. Embora ainda pouco implementada, a próxima geração de tecnologias entre redes precisa dar conta da demanda por novos endereços IP, prioridade número um à luz da iminência do esgotamento dos endereçamentos disponíveis, tendo como uma de suas inovações tecnológicas mais evidentes um aumento de capacidade que permitirá a vários serviços multimídia funcionarem em uma mesma máquina, disponibilizando diferentes endereços para cada serviço. O resultado de tamanha inovação alimenta otimismo e reservas, e resultará do embate de muitas forças.

Considero que a possibilidade de interatividade oferecida pela estrutura de comunicação da Internet nos convida a criar, como propõe Graeber (2011), o esboço de uma “teoria sobre entidades políticas que não são Estados”, rumo à uma teoria que pense o advento da globalização “sem fronteiras nacionais”, gerando um debate cujo o desafio maior estaria no estabelecimento de uma “cidadania global” (Graeber 2011:120). Mas uma cidadania que deixa o Estado de fora é possível?

Hoje, predomina junto ao modelo de desenvolvimento tecnocientífico uma forma liberal que alimenta uma alienação que conduz a uma perda da vitalidade do encontro entre humano e técnica, fazendo da última descoberta, ou da última invenção, o objeto de maior desejo de consumo. Se pensarmos nos futuros imaginários que são projetados a partir de uma noção de pessoa que assume como metáfora privilegiada para sua construção como indivíduo a possibilidade de controle sobre os recursos da natureza (Wagner 2010), todos potencialmente disponíveis se descobertos, entenderemos então uma maneira de pensar que projeta de maneira singular o cálculo da passagem do tempo.

¹⁴¹ <http://www.ipv6.br/> Acesso 08/11/2011.

A expectativa de que anunciamos põe ênfase na emergência dos “híbridos” (organismo-máquina) que, potencializados com as redes - e não autômatos localizados - sugerem o rompimento das formas de socialidade capitalistas assentadas na autoria, no valor monetário e na individualidade perdendo espaço para a *anonimogratitude* como fenômeno compartilhado e além-natural.

Diante da perda de seu auto-reconhecimento como espécie, esgotado em sua fragilidade, que se vê superado pelas possibilidades da substituição do carbono pelo silício em seus corpos, promovendo novos arranjos de parentesco e sexualidade, viabilizados ou não com a técnica, resta-nos imaginar o amor ao humano virtual, que em nós se atualiza.

“Amor pelo humano é amor pelo que o humano tem de imanente e não foi apropriado pelos deuses, comprometido pela história, ou esmagado pela dominação e pela exploração. É o amor por aquilo que está aquém ou além da tragédia ou pelo que dentro dela luta, busca uma abertura. Se a história é concebida como tragédia, o humano é a diferença que pode fazer uma revolução.” (Garcia dos Santos 2003:253).

A tomada de espaço sobre os papéis antes exercidos pelo indivíduo, referindo-se a um corpo indivisível, definindo uma unidade da espécie, segue ameaçando o ponto de vista de conservação do humano em sua forma “natural”, a qual o Banco de Sêmen contribui para romper: oferecendo produtos humanos em porções manipuladas e classificadas sob características fenotípicas dos doadores, interessamo-nos em apresentar, por fim, a conversão do patrimônio genético humano em informação *anônima e gratuita*, situando as distintas consequências que as variações de gratuidade e anonimato vêm provocando nos países onde as TRA são adotadas. Assumindo a notoriedade pública da questão, a doação anônima de sêmen atinge o desrespeito ao direito de personalidade do nascituro ao mesmo tempo em que faz falar da solidariedade contribuinte para o nascimento de filhos, sonhados por tantas mães. Autorizado por uma ausência de moderação ética sobre a produção de filhos, o acesso às TRA deixou de ser apenas um meio de cura para infertilidade de casais e passou a compor legalmente o espectro de possibilidades de

formação familiar e criação de laço consanguíneo a partir da procriação autônoma ou entre homossexuais, segundo determinação do Conselho Federal de Medicina do Brasil, e publicado no Diário Oficial da União em 6 de janeiro de 2011. Além de especular sobre relações de gênero, interessa-nos o fato de a técnica deixar de restituir capacidades naturais e passar a ajudar a produzir desejos antes inexistentes. Assim, como manter o desenvolvimento tecnocientífico sem compactuar com seu grande discurso de consumo eufórico e irresponsável, que desconsidera a reflexão sobre o futuro do que é ou não comum, do que se entende como natureza humana e o que isso significa para gerações vindouras?

Bibliografia de Referência

ALMEIDA, Mauro William Barbosa [2009]. “Mentes Coletivas, Redes Generalizadas e a Subversão da Ordem”. Texto revisado para Aula Pública no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Disponível em: <http://mwba.wordpress.com> Acesso 8/01/2012.

_____ [2008]. “Campos, redes e sistemas”. Texto referente à palestra ministrada no Núcleo de História Indígena e Indigenismo da USP, em 28 de novembro, disponível em: <http://mwba.wordpress.com> Acesso 8/01/2012.

_____ [2007]. “Caipora e outros conflitos ontológicos”. Texto publicado por ocasião da palestra no Departamento de Antropologia da Universidade de Federal de São Carlos, em 7 de novembro, disponível: <http://mwba.wordpress.com> Acesso 8/01/2012.

_____ [1999]. “Guerras culturais e relativismo cultural”. Revista Brasileira de Ciências Sociais [online], v. 14, n. 41, out. 1999, p. 5-14. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso 8/01/2012.

APPADURAI, Arjun [2008]. *A vida social das coisas – as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói: EdUFF.

BARBROOK, Richard [2009]. *Futuros Imaginários*. São Paulo: Peirópolis.

BATAILLE, Georges [1973]. *La Part Maudite*. Paris: Gallimard.

BERARDI, Franco “Bifo” [2009]. *Precarious Rhapsody: semiocapitalism and the pathologies of the post-alpha generation*. London: Minor Compositions.

BOELLSTORFF, Tom [2008]. *Coming of Age in Second Life – An Anthropologist Explores the Virtually Human*. Princeton: University of Princeton Press.

BOSTROM, Nick [2005]. “In Defense of Posthuman Dignity”. *Bioethics*, v. 19, n. 3, pp. 202-214.

CASTRO, José Renato Gomes [2006]. *Discussão Epistemológica da Produção de Teses de Programas de Pós-Graduação na Área da Saúde Reprodutiva*. Tese de Doutorado aprovada na Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas.

COLEMAN, Gabriella [2005]. *The Social Construction of Freedom in Free and Open Source Software: hackers, ethics and the liberal tradition*. Tese de Doutorado em Antropologia Social na Universidade de Chicago.

COOMBE, Rosemary J. [1998]. *The Cultural Life of Intellectual Properties: authorship, appropriation, and the law*. Durham, NC: Duke University Press.

_____ [2004] . “Commodity Culture, Private Censorship, Branded Environments, and Global Trade Politics: Intellectual Property as a Topic of Law and Society Research” In Austin Sarat, ed., *The Blackwell Companion to Law and Society*. Malden, MA: Basil Blackwell, 2004.

pp. 369-391.

CORRÊA, Adriana Espínola [2009]. *O Corpo Digitalizado: Bancos de Dados Genéticos e sua Regulação Jurídica*. Tese de Doutorado aprovada no Programa de Pós-Graduação em Direito, Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná.

CORRÊA, Marilena [2001]. *Tecnologias Reprodutivas – Limites da Biologia ou Biologia sem Limites*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ.

COSTA, Rosely Gomes [2004]. “O que a seleção de doadores de gametas pode nos dizer sobre noções de raça”. *PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, 14(2), pp. 235-255.

CRAMER, Florian [2006]. “The Creative Common Misunderstanding”. Disponível em: <http://www.nettime.org/Lists-Archives/nettime-l-0610/msg00025.html> Acesso 12/12/2010.

DELEUZE, Gilles e Felix GUATTARI [2007]. “Introdução: Rizoma”. In *Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia*. vol. 1, pp. 11-35. São Paulo: Ed. 34.

_____ [1991]. *Qu'est-ce que c'est Philosophie?*. Paris: Ed. du Minuit.

DÍAZ-ISENRATH, Maria Cecilia [2008]. *Máquinas e pesquisa : o estatuto do saber no capitalismo informacional*. Tese de Doutorado em Sociologia defendida no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, SP.

ENZENSBERGER, Hans Magnus [1978]. *Elementos para uma teoria dos meios de comunicação*. São Paulo: Tempo Brasileiro.

FONSECA, Cláudia [2004]. “A certeza que pariu a dúvida: paternidade e DNA”. *Estudos Feministas* 12(2), Florianópolis, maio-agosto, pp. 13-34.

FORMENTRAUX, Jean Paul [2008]. “Philosophie Politique du Piratage”. *Rev. Critique*. Tome LXIV – N. 733-734. Juin-Juillet.

FOUCAULT, Michel [2004]. *La Naissance de la Biopolitique: Cours au College de France, 1978-1979*. Paris: Editon du Seuil Gallimard.

GARCIA dos SANTOS, L. [2003]. *Politizar as novas tecnologias: o impacto sócio-técnico da informação digital e genética*. São Paulo: Editora 34.

GIESLER, Markus e Mali POHLMANN [2003]. “The Anthropology of File Sharing: Consuming Napster as a Gift”. *Advances in Consumer Research*, Volume 30. Disponível em: <http://visionarymarketing.com/articles/gieslerpohlgift.html> Acesso 09/12/2010.

GRAEBER, David [2011]. *Fragments de uma Antropologia Anarquista*. Tradução Coletivo Protopia S. A. Porto Alegre: Deriva.

_____ [2001]. *Toward an Anthropological Theory of Value: The False Coin of Our Own Dreams*. New York: Palgrave.

GREGORY, Christopher A. [2000]. “Anthropology, Economics, and Political Economy: A Critique of Pearson”. *History of Political Economy* - Volume 32, Number 4, Winter, pp. 999-1009.

_____ [1997]. *Savage money: the anthropology and politics of commodity exchange*. Amsterdam: Harwood Academic.

_____ [1982]. *Gifts and Commodities*. London: Academic Press.

_____ [1980]. “Gifts to Men and Gifts to God: Gift Exchange and Capital Accumulation in Contemporary Papua”. *Man* 15: 626–652.

GUILLAUME, Marc [1987]. “La notion de dépense de Mauss à Bataille”. In *Écrits d'ailleurs – Georges Bataille et les ethnologues* (org.) LECOQ, Dominique e Jean-Luc LORY. Paris: Ed. de la Maison des sciences de l'homme.

HABERMAS, Jürgen [2004]. *O Futuro da Natureza Humana*. São Paulo: Martins Fontes.

_____ [1978]. *L'Espace Public*. Paris: Aubier.

JONAS, Hans [1995]. *Le Principe de Responsabilité: une éthique pour une civilisation technologique*. Paris: Cerf.

JORDÃO, Cláudia [2009]. “Elas decidem como e quando ser mães”. *Revista IstoÉ* 2075 de 19/08/2009, pp. 64-66.

KEUCHEYAN, Razmig [2008]. “Philosophie Politique du Piratage”. *Rev Critique*. Tome LXIV – N. 733-734. Juin-Juillet.

KLEIN, Naomi [2004] *No Logo. La tyrannie des marques*. Paris: J'ai lu.

LATOUR, Bruno [2008]. *Reassembling the social: an introduction to actor-network theory*. Nova Iorque, Oxford University Press.

_____ [2004]. “Whose Cosmos, wich cosmopolitics? - comments on the Peace Terms of Ulrich Beck”. *Symposium: Talking Peace with Gods, Part 1, Common Knowledge*, pp. 450-462. Duke University Press.

_____ [2003]. “La société comme possession — la “preuve par l’orchestre””. Disponível em: <http://www.bruno-latour.fr/sites/default/files/119-DEBAISE-POSSESSION-FR.pdf> Acesso 20/01/2011.

_____ [1996]. *Petite réflexion sur le culte moderne des dieux faitiches*. Paris: Synthélabo.

LEAL, Ondina F. & Rebeca H. V. de SOUZA [2010] (Org.). *Do regime de propriedade intelectual – estudos antropológicos*. Porto Alegre: Tomo Editorial.

LÉVI, Pierre [1998]. *As Tecnologias da Inteligência*. São Paulo: Ed. 34.

LÉVI-STRAUSS, Claude [2011]. *L'Anthropologie face aux problèmes du monde moderne*. Paris: Ed. du Seuil.

_____ [1983]. *O Pensamento Selvagem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____ [1949]. *Les structures élémentaires de la parenté*. Paris: Presses Universitaires de France.

LIANG, Lawrence [2004]. *Guide to open content licenses*. Vol.1.2. Amsterdam: Piet Zwart Institute.

LOVINK, Geert [2008]. *Zero Comments*. Londres: Routledge.

LUNA, Naara [2005]. “Natureza humana criada em laboratório: biologização e genetização do parentesco nas novas tecnologias reprodutivas”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 12, n. 2, p. 395-417, maio-ago.

_____ [2002a]. *Provetas e clones: teorias da concepção, pessoa e parentesco nas novas tecnologias reprodutivas*. Tese de doutoramento. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Rio de Janeiro, UFRJ.

_____ [2002b]. “Maternidade desnaturada: uma análise da barriga de aluguel e da doação de óvulos”. *Cadernos Pagu*, v. 19, p. 233-78.

MALUF, Adriana Caldas do Rego Freitas Dabus [2004]. “Direito da personalidade no novo código civil e os elementos genéticos para a identidade da pessoa humana”. In: DELGADO, Mário Luiz e Jones Figueiredo ALVES (Coords.). *Questões controvertidas: no novo código civil*. São Paulo: Editora Método, pp. 45-90.

MARQUARDT, Elizabeth, Norval D. GLENN e Karen CLARCK [2010]. *My Daddy's Name is Donor: A New Study of Young Adults Conceived Through Sperm Donation*. Commission on Parenthood's Future. Nova Iorque: Institute for American Values.

MAUZÉ, Marie [1987]. “Georges Bataille et le potlach: à propos de La part maudite”. In *Écrits d'ailleurs – Georges Bataille et les ethnologues* (org.) LECOQ, Dominique e Jean-Luc LORY. Paris: Ed. de la Maison des sciences de l'homme.

NIMUS, Anna [2006]. “Copyright, Copyleft & Creative Anti-Commons”. Disponível em: subsol.c3.hu/subsol_2/contributors0/nimustext.html Acesso 10/09/2010.

PASQUINELLI, Matteo [2008]. “The Ideology of Free Culture and the Grammar of Sabotage”. In *Animal Spirits: A Bestiary of the Commons*, Rotterdam: NAI Publishers.

PRECIADO, Beatriz [2008]. *Testo Yonqui*. Madrid: Espasa.

RABINOW, Paul [1996]. *Essays on Anthropology of the Reason*. Princeton: Princeton University Press.

RAMÍREZ-GALVÉZ, Martha [2009a]. “Corpos fragmentados e domesticados na reprodução assistida”. *Cadernos Pagu* (33), julho-dezembro, pp.83-115.

_____, [2009b]. “Necessidade de mães, necessidade de filhos. Razões técnicas para o uso de tecnologias reprodutivas conceptivas”. Texto não publicado, enviado para discussão no Congresso de Antropologia do Merco-Sul, a RAM, em Buenos Aires, outubro de 2009.

_____, [2003]. *Novas Tecnologias Reprodutivas Conceptivas: fabricando a vida, fabricando o futuro*. Tese de Doutorado em Antropologia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas.

RANCIÈRE, Jacques [2006]. *The Politics of Aesthetics: the distribution of the sensible*. Nova Iorque, Londres: Continuum.

RUS, Andrej [2008]. “‘Gift vs. commodity’ debate revisited”. *Anthropological Notebooks* 14 (1): 81–102. Slovene Anthropological Society.

SALEM, Tania [1997]. “As novas tecnologias reprodutivas: o estatuto do embrião e a noção de pessoa”. *Mana*, v. 3, n. 1, pp. 75-94.

_____, [1995]. “O princípio do anonimato na inseminação artificial com doador (IAD)”. *Physis – Revista de Saúde Coletiva*, v. 5, n. 1, p. 33-68.

SCHOLZ, Roswitha [2000]. “Sobre o conceito de valor e valor-dissociação”. In *O Sexo do Capitalismo – Teorias Feministas e Metamorfose Pós-Moderna do Patriarcado*. Disponível em: <http://obeco.planetaclix.pt/rosewitha-scholz6.htm> Acesso 13/09/2010.

SILVA, Tomaz Tadeu [2000]. *A Antropologia do Ciborgue – as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu [2009]. “Redes Cibernéticas e Tecnologias do Anonimato”. In: *Comunicação e Sociedade*, ano 30, n51, pp. 113-134, jan/jun.

_____, [2005]. *A mobilização colaborativa e a teoria da propriedade do bem intangível*. Tese de Doutorado em Ciência Política na Universidade de São Paulo - USP. Disponível em: <http://wiki.softwarelivre.org/TeseSA/TeseIndice> Acesso 10/12/2010.

SIMMEL, Georg [1992]. “Digression sur la fidelité et la reconnaissance”. In *George Simmel et les Sciences Humaines*. Paris: Méridien Clicksieck, pp. 43-59.

_____, [1978]. *The Philosophy of Money*. Ed. Frisby, D. Trad. Bottomore, T., & Frisby, D. London: Routledge & Kegan Paul.

SIMONDON, Gilbert [2007]. *L’individuation psychique et collective à la lumière des notions de Forme, Potentiel et Métastabilité*. Paris: Edition Aubier.

_____ [1989]. *Du Mode d'Existence des Objets Techniques*. Paris: Edition Aubier. [2008] *El modo de existencia de los objetos técnicos*. Trad. Margarida Martínez e Pablo Rodríguez. Buenos Aires: Prometheu Livros.

_____ [1961]. "Psycho-sociologie de la technicité" (deuxième partie). Bulletin de L'Ecole Pratique de Psychologie et de Pédagogie. Université de Lyon. n. 3, janvier/février, pp.227-238.

SODERBERG, Johan [2002]. "Copyleft vs. Copyright: A Marxist critique". First Monday, Volume 7 Number 3 - 4 March. Disponível em: <http://firstmonday.org/htbin/cgiwrap/bin/ojs/index.php/fm/article/viewArticle/938/860> Acesso 08/01/2011.

SOLANAS, Valerie [2000]. *O Manifesto Scum – uma proposta para a destruição do sexo masculino*. São Paulo: Conrad.

STRATHERN, Marilyn [2006]. "Intellectual Property and Rights: an anthropological perspective" in Tilley, Chris et al (Eds.). Handbook of Material Culture. London: Sage, pp. 447-462.

_____ [2005]. "Imagined collectivities and multiple authorship". In: AYER GHOSH, R. (Ed.). Code: collaborative ownership and the digital economy. Cambridge, MA. London: MIT Press.

_____ [1999a]. *Property, substance and effect: anthropological essays on persons and things*. London – New Brunswick, NJ: The Atlone Press.

_____ [1999b]. "No limite de uma certa linguagem" (entrevista). Mana: estudos de antropologia social, v 5, n. 2, out.

_____ [1996a]. "Potential Property. Intellectual rights and property in persons". Social Anthropology, 4 (1), pp. 17-32.

_____ [1996b]. "Cutting the network". Journal of the Royal Anthropological Institute, v. 2, n. 3, Sept. 1996, p. 517-535.

_____ [1995a]. *The Relation: issues in complexity and scale*. Cambridge: Prickly Pear Press.

_____ [1995b]. "Necessidade de pais, necessidade de mães". Estudos Feministas, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 303-29.

_____ [1992a]. "Qualified value: the perspective of gift exchange". In: C. Humphrey and S. Hugh-Jones (eds.), Barter, exchange and value: an anthropological approach. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 169–190.

_____ [1992b]. *Reproduction the future: essays on anthropology, kinship and the new reproductive technologies*. New York: Routledge.

TAMANINI, Marlene [2003]. *Novas tecnologias reprodutivas conceptivas à luz da bioética e das*

teorias de gênero: casais e médicos no Sul do Brasil. Tese de doutoramento, PPGICH, UFSC.

TARDE, Gabriel [1902]. “La Valeur et les Sciences Sociales” (Cap.II, Tomo I). “La Propriété” (Cap. IV, Tomo II). *Psychologie Economique*. Disponível em: http://classiques.uqac.ca/classiques/tarde_gabriel/psycho_economique_t1/psycho_eco_t1.html Acesso 20/01/2011.

_____ [1898]. *Les Lois Sociales*. Disponível em: http://classiques.uqac.ca/classiques/tarde_gabriel/les_lois_sociales/les_lois_sociales.html Acesso 20/01/2011.

_____ [1895]. *Essais et mélanges sociologiques*. Cap. VIII. Disponível em: http://classiques.uqac.ca/classiques/tarde_gabriel/essais_melanges_sociologiques/essais_melanges.html Acesso 12/10/2011.

TESTART, Alain [2001]. “Échange marchand, échange non marchand”. *Revue Française de Sociologie* 42, pp. 719-748.

VILAÇA, Murilo Mariano [2009]. “O humano entre natureza e seleção. Dilemas éticos no debate Sloterdijk-Habermas”. *Cadernos de Ética e Filosofia Política*, 15, pp. 211- 231.

VILLELA, Jorge Luiz Mattar [2000]. “A dívida e a diferença - Reflexões a respeito da reciprocidade”. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, 2001, V. 44 n° 1, pp. 185 –220.

VIRNO, Paolo [2003] *Gramática de la Multitude – para un análisis de las formas de vida contemporâneas*. Buenos Aires: Colihue.

VIVEIROS de CASTRO, Eduardo Batalha [2009]. *Métaphysiques Cannibales*. Paris: Presses Universitaires de France.

WEINER, Norbert [1965]. “L’homme et la machine. In: Le concept d’information dans la science contemporaine”. *Cahiers de Royaumont, Philosophie*, n. V, Paris: Minuit/Gauthier-Villars, 1965, pp. 99-132.

ŽIŽEK, Slavoj [1997]. “Cyberspace, Or, The Unbearable Closure of Being”. *The Plague of Fantasies*. London: Verso.